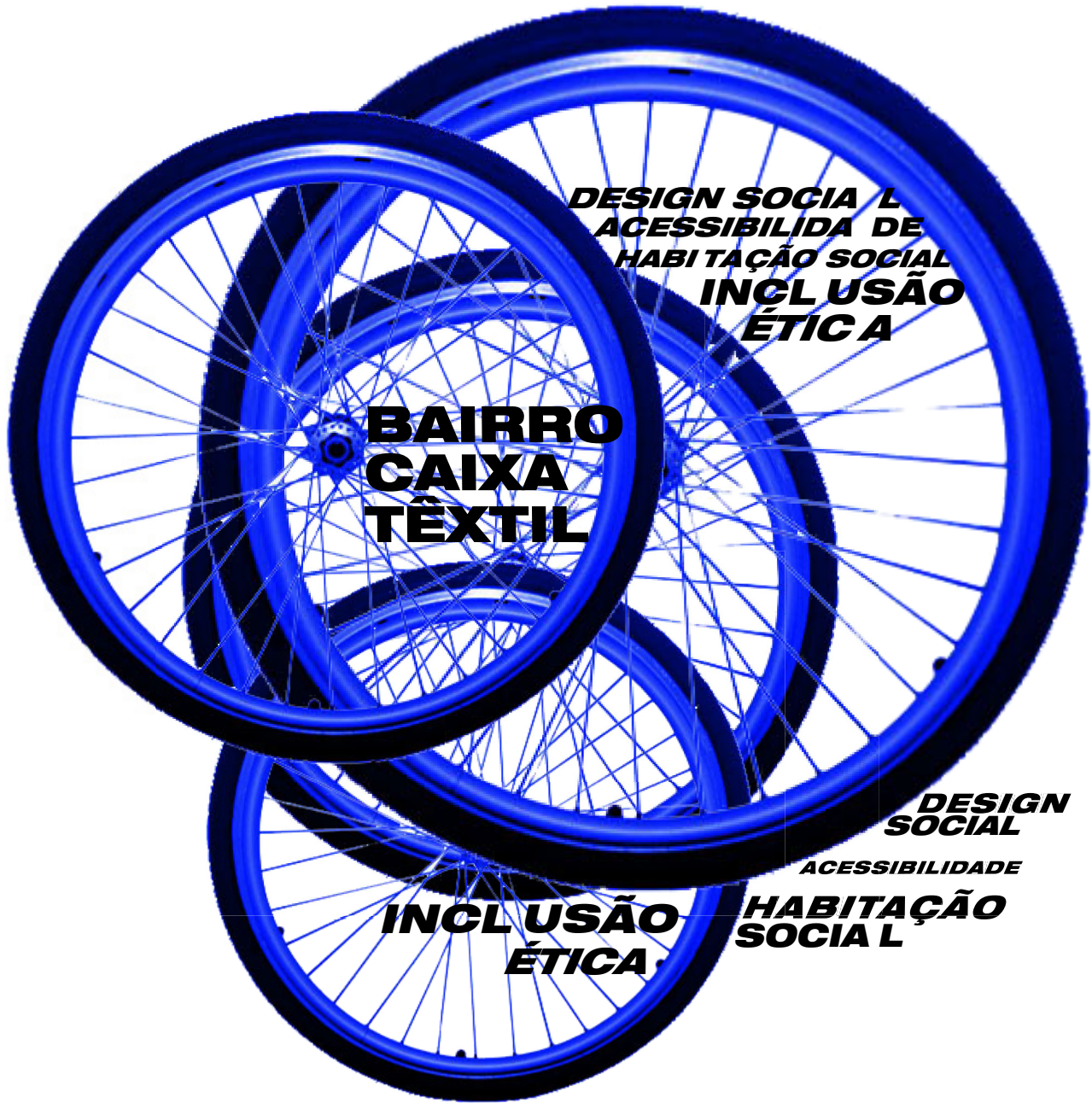


2024

BAIRRO CAIXA TÊXTIL

A ética do design na inclusão de pessoas com mobilidade condicionada nos espaços habitacionais de génese social.



**DESIGN SOCIAL
ACESSIBILIDADE
HABITAÇÃO SOCIAL
INCLUSÃO
ÉTICA**

**BAIRRO
CAIXA
TÊXTIL**

**DESIGN
SOCIAL
ACESSIBILIDADE
HABITAÇÃO
SOCIAL
INCLUSÃO
ÉTICA**



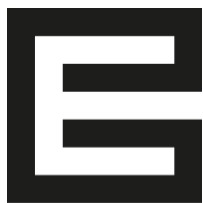
**esad
arte+
design**

Escola Superior de Artes e Design
Mestrado em Design: especialização em Design de Interiores

orientador: Paulo Jorge Seco Fernandes de Almeida
co-orientador: Ana Sofia Carneiro e Cardoso

ANA RITA CARVALHO PINTO FREITAS





BAIRRO CAIXA TÊXTIL

**A ética do design na inclusão
de pessoas com mobilidade
condicionada nos espaços
habitacionais de génese social.**

esad

arte+

design

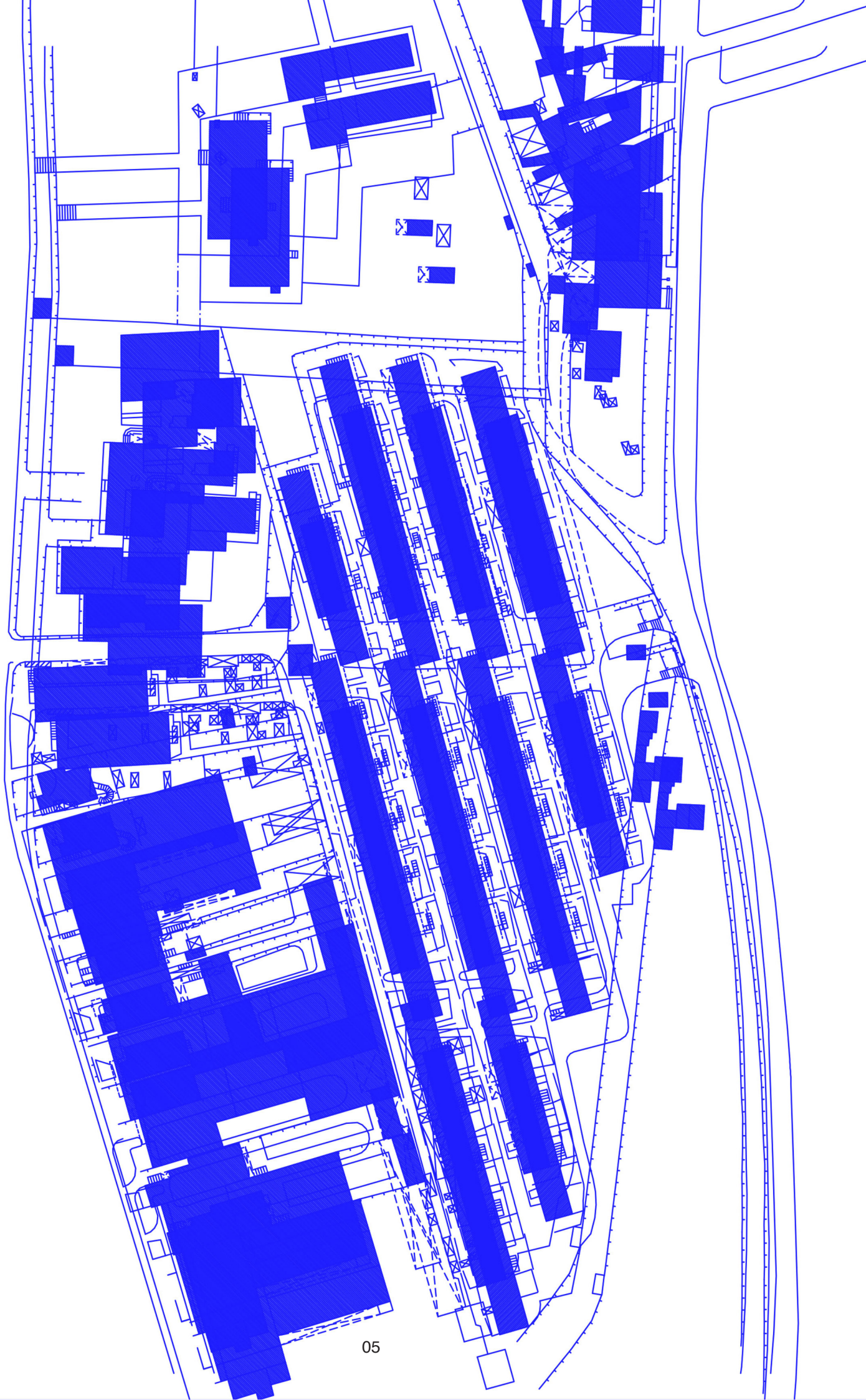
Mestrado em Design:
especialização em Design de Interiores
Ana Rita Carvalho Pinto Freitas

orientador: Paulo Jorge Seco Fernandes de Almeida

co-orientador: Ana Sofia Carneiro e Cardoso

**“O design só triunfará
se guiado por uma
perspetiva ética.”**

(John Vassos in Papanek, 1995, p.9)



RESUMO + PALAVRAS CHAVE

O designer tem a responsabilidade de melhorar a qualidade de vida do ser humano, respondendo às necessidades sociais, ambientais, ergonómicas, de segurança e saúde. A temática da habitação é complexa, sobretudo nas questões de acessibilidade em espaços reduzidos. Com a evolução da sociedade e da cidade, levantam-se questões e necessidades para combater a instabilidade social e apelar à uniformização dos direitos humanos, sendo a habitação um direito fundamental à vida da comunidade. O Design de Interiores tem o potencial para capacitar o desenvolvimento de espaços de forma a solucionar incompatibilidades espaciais existentes. Interpretar as necessidades da população é essencial para a criação de espaços adequados consoante as suas realidades. Neste contexto, o presente objeto de estudo centra-se numa habitação do *Bairro Caixa Têxtil*, onde a *MatosinhosHabit* é gestora de fogos, e pretende adaptar um destes a pessoas com mobilidade condicionada, apelando à autonomia e igualdade social na habitação.

**DESIGN SOCIAL
ACESSIBILIDADE
HABITAÇÃO SOCIAL
INCLUSÃO
ÉTICA**

ABSTRACT + KEYWORDS

The designer has the responsibility to improve the quality of human life by addressing social, environmental, ergonomic, safety, and health needs. The issue of housing is complex, particularly regarding accessibility in small spaces. With the evolution of society and cities, questions and needs arise to combat social instability and to appeal for the uniformization of human rights, with housing being a fundamental right for the community's life.

Interior Design has the potential to empower the development of spaces in order to solve existing spatial incompatibilities. Interpreting the needs of the population is essential for creating spaces that are appropriate according to their realities.

In this context, the current study focuses on a dwelling in the Bairro Caixa Têxtil, where MatosinhosHabit manages the housing units, and aims to adapt one of these units for people with limited mobility, promoting autonomy and social equality in housing.

SOCIAL DESIGN
ACCESSIBILITY
SOCIAL HABITATION
INCLUSION
ETHIC

AGRADECIMENTOS

À minha, eterna, ESAD,
pela comunidade que é,
pela liberdade e partilha,
pela segunda casa que se tornou.

Aos meus orientadores e professores,
pelo ensinamento, partilha e exemplo.

À MatosinhosHabit,
pela disponibilidade e auxílio.

Aos meus pais e padrinhos,
pelo amor, pela educação e esforço,
e por todas as oportunidades que me propuseram,
sem eles o caminho não seria infinito.

À Rita,
pelos cinco anos de amizade e partilha.

Ao João, Inês, Fabiana e Mário,
por estarem ao meu lado neste caminho.

Aos meus amigos,
Os que na ESAD se tornaram família,
pelos laços de irmandade e abraços de amizade;
Os da cidade do meu coração,
por serem o refúgio do pensamento,
o colo e por acreditarem em mim.

Aos meus queridos avós,
por todo o amor e inspiração.

Um profundo obrigada a todos vocês!

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

pág.16

01

HABITAR (breve contextualização)

pág.19

- 1.1 Habitação Social pág.21
- 1.2 Breve contextualização da Urbanização em Portugal pág.22
- 1.2.1 Ilhas, Porto pág.23
- 1.2.2 Pátios, Lisboa pág.24
- 1.2.3 Vilas Operárias pág.25
- 1.2.4 Programa das Casas Económicas pág.28
- 1.2.5 Programa das Casas Desmontáveis pág.30
- 1.2.6 Programa das Casas de Renda Económica pág.31
- 1.2.7 Habitações Económicas - Federação das Caixas de Previdência pág.34
- 1.2.8 Fundo de Fomento de Habitação e SAAL pág.36
- 1.2.9 Nova Geração de Políticas de Habitação pág.40

02

DESIGN COMO VEÍCULO PARA UMA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E HABITACIONAL

pág.43

- 2.1 Sustentabilidade Social pág.45
 - Cidades Sustentáveis: pág.46
 - Bairro Solar em Belas, Lisboa
 - De Ceuvel, Amesterdão
- 2.2 Igualdade Social na habitação pág.52
 - ‘Universal Design’ de Ron Mace pág.58
 - Uso equitativo
 - Uso flexível
 - Uso simples e intuitivo
 - Informação perceptível
 - Tolerância para o erro
 - Baixo esforço físico
 - Tamanho e espaço para abordagem e uso
- 2.3 Casos de Estudo pág.63
 - Genaro House / s_estudio
 - Frank Lloyd Wright, Kenneth laurent house, Rockford, illinois

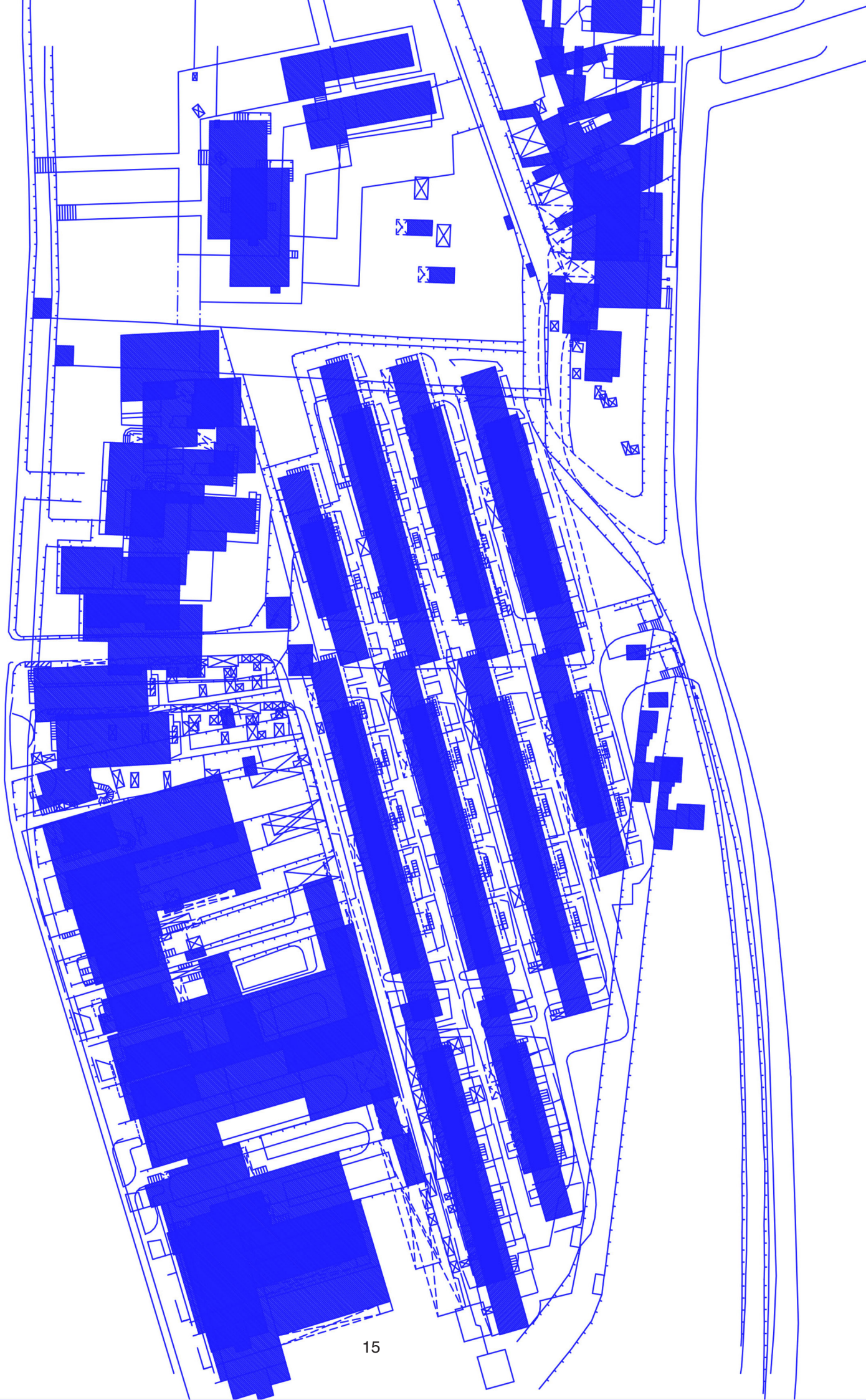
03

	BAIRRO CAIXA TÊXTIL	pág.71
3.1	Contextualização Projetual	pág.73
3.2	MatosinhosHabit:	pág.74
	História da MatosinhosHabit	
	S. Mamede Infesta	
3.3	História do Bairro Caixa Têxtil	pág.76
	Germano de Castro Pinheiro	
3.4	Público-alvo	pág.78
3.5	Análise da pré-existência	pág.80
3.6	Programa	pág.86
3.7	Layout: desenhos técnicos	pág.90
	Layout 1: planta	
	Layout 2: planta	
	Layout 3: planta	
	Cortes	
	Cozinha	
	Quarto(s)	
	Instalação Sanitária	
	Sala de Estar	
	Acessos à habitação	
	Interior habitação	
3.8	Ambiente e Materialização	pág.124
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	pág.142
	BIBLIOGRAFIA WEBGRAFIA	pág.147
	DECRETOS-LEI E ARTIGOS	pág.155
	LISTA DE IMAGENS	pág.159
	ANEXOS	pág.165
	Desenhos técnicos arquivo histórico	
	Desenhos técnicos MatosinhosHabit	
	Desenvolvimento projeto	
	Desejos técnicos projeto Bairro Caixa Têxtil	

SIGLAS | GLOSSÁRIO

- DUDH --** Declaração Universal dos Direitos Humanos
A DUDH é um documento, não vinculado legalmente, que estabelece a salvaguarda global dos direitos humanos essenciais. Foi aprovado pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.
- ONU --** Organização das Nações Unidas
A ONU é uma instituição internacional formada em 1945, com o objetivo de promover a cooperação global, manter a paz e segurança, fomentar o desenvolvimento sustentável e proteger os direitos humanos.
- IS --** Inovação Social
- RTP --** Rádio e Televisão de Portugal
A RTP é a empresa estatal de radiodifusão de Portugal, fundada em 1935.
- EDP --** Energias de Portugal
A EDP é uma empresa energética multinacional fundada em 1976 e sediada em Portugal. As suas atividades abrangem a geração, distribuição e comercialização de eletricidade, com um foco significativo na produção de energia renovável, como hidrelétrica, eólica e solar.
- CACER --** Comunidade de Autoconsumo Coletivo de Energias Renováveis
A CACER refere-se a um modelo em que um grupo de consumidores se une para compartilhar e utilizar energia de fontes renováveis, como solar ou eólica. Nesse sistema, os participantes contribuem para a produção sustentável de energia, geralmente por meio de painéis solares ou turbinas eólicas compartilhadas, o que promove a geração descentralizada, sustentabilidade e colaboração na produção e consumo de eletricidade entre os membros da comunidade.
- CIEG --** Custos de Interesse Económico Geral
CIEG representa os custos relacionados a interesses económicos amplos, abrangendo possíveis despesas ou encargos que tenham relevância para a economia de forma geral.
- RGEU --** Regulamento Geral das Edificações Urbanas
O RGEU em Portugal é um conjunto de normas que define regras técnicas e construtivas para edificações urbanas. Essas normas abrangem aspetos como segurança, salubridade, acessibilidade e eficiência energética, procurando assegurar a qualidade e conformidade das construções urbanas.
- MCPS --** Ministério das Corporações e Previdência Social
O MCPS refere-se a um órgão governamental responsável por questões relacionadas com as corporações, sindicatos e previdência social.
- MOPC --** Ministério das Obras Públicas e das Comunicações
O MOPC é uma entidade governamental responsável por supervisionar e coordenar políticas e projetos relacionados à infraestrutura pública, transportes, obras civis e comunicações no país.
- HE --** Habitações Económicas
As HE são residências projetadas para serem acessíveis a grupos de renda mais baixa ou média, sendo construídas com custos otimizados para proporcionar habitações mais acessíveis à população em geral. O objetivo é criar opções habitacionais que atendam às necessidades financeiras de indivíduos ou famílias com recursos limitados.
- FCP --** Federação das Caixas de Previdência
A FCP é uma entidade que representa e coordena várias instituições responsáveis pela gestão de regimes de previdência e segurança social. Atua como órgão de coordenação, procurando promover interesses comuns, facilitar a troca de informações e colaborar em questões relacionadas à previdência social.

- HE-FCP --** Habitações Económicas - Federação das Caixas de Previdência
- CGDCP --** Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência
- INTP --** Instituto Nacional do Trabalho e Previdência
- ICAT --** Iniciativas Culturais Arte Técnica
- ODAM --** Organização de Arquitetos Modernos
- FFH --** Fundo Fomento Habitação
O FFH é uma iniciativa financeira criada para promover o desenvolvimento e disponibilidade de projetos habitacionais com foco em facilitar o acesso à moradia, especialmente para grupos de renda mais baixa. Tem o propósito de impulsionar o setor habitacional, promover o desenvolvimento urbano e oferecer soluções de moradia acessíveis.
- SAAL --** Serviço Apoio Ambulatório Local
O SAAL foi um programa implementado em Portugal na década de 1970. O seu principal objetivo era enfrentar a carência habitacional, envolvendo as comunidades locais na concepção e construção de habitações, especialmente para populações de baixa renda. O SAAL adotou uma abordagem participativa e inclusiva, colaborando com arquitetos, comunidades e organizações locais para criar soluções habitacionais mais justas e equitativas.
- FMI --** Fundo Monetário Internacional
O FMI é uma instituição internacional, fundada em 1944 para promover a estabilidade económica global. Ele fornece assistência financeira a países com dificuldades económicas em troca da implementação de políticas de estabilização. Além disso, o FMI realiza análises económicas, oferece aconselhamento político e facilita a cooperação internacional para abordar questões financeiras e económicas em escala mundial, procurando prevenir crises financeiras e promover o desenvolvimento sustentável.
- IGAPHE --** Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado
O IGAPHE em Portugal é responsável pela administração e venda de propriedades habitacionais pertencentes ao Estado. A função primordial é gerir eficientemente o parque habitacional público e facilitar a alienação de imóveis estatais. Desempenha um papel central na implementação de políticas habitacionais, visando otimizar a gestão do património imobiliário público no contexto habitacional.
- PER --** Programa Especial de Realojamento
O PER é uma iniciativa implementada em algumas regiões, especialmente em contextos urbanos, com o objetivo de realojar populações em condições precárias de habitação.
- NGPH --** Nova Geração de Políticas de Habitação
A NGPH refere-se a uma abordagem renovada e para lidar com questões habitacionais em determinadas regiões. Envolve a implementação de políticas que visam abordar os desafios atuais relacionados à habitação, incluindo a escassez, acessibilidade e qualidade das moradias.
- ELH --** Estratégias Locais de Habitação
As ELH são planos desenvolvidos a nível municipal ou regional para enfrentar desafios habitacionais em áreas específicas. Essas estratégias procuram promover acessibilidade, qualidade e sustentabilidade nas habitações, além de criar condições para um desenvolvimento urbano equitativo. O objetivo é adaptar soluções habitacionais às características locais, assegurando condições adequadas para os residentes.
- CUD --** ‘The Center for Universal Design’
O “The Center for Universal Design” é uma organização que se dedica a promover o conceito de design universal. Trabalha no desenvolvimento de princípios e práticas de design universal, procurando a inclusão e a acessibilidade para uma ampla variedade de utilizadores, independentemente das capacidades físicas ou cognitivas.



INTRODUÇÃO

A presente investigação surge da intenção de estudar e refletir, através de uma metodologia teórica e prática, sobre questões projetuais possíveis soluções habitacionais alternativas de modo a dar resposta à necessidade de inclusão de pessoas com mobilidade condicionada na habitação em geral e nos conjuntos habitacionais de génese social.

O grande impulso para o desenvolvimento desta investigação foi a vontade de assumir uma responsabilidade, enquanto Designer, perante a sociedade e evidenciar o seu propósito profissional no cerne da habitação e o integral direito à mesma. A ligação ao design de interiores e a constante curiosidade projetual apelam ao desafio desta exploração de um conjunto habitacional acessível, trabalhando as competências de projeto de forma a contribuir para uma análise ética da disciplina do Design.

Ao dirigir o estudo para uma prática num conjunto habitacional social, inicia-se a investigação com uma breve contextualização deste tipo de habitação, da urbanização em Portugal e seu desenvolvimento consoante as necessidades da sociedade. A acentuada procura de habitações na cidade, as áreas reduzidas, a falta de condições sanitárias, os programas habitacionais da responsabilidade do Governo e o desenvolvimento da consciência com a área da habitação que levou à execução de políticas habitacionais para estabelecer uma sustentabilidade social no país.

De modo a enriquecer o projeto, há a necessidade de desenvolver também uma breve investigação de doutrinas pertinentes num projeto de design e estudos de solução das mesmas para, no projeto final, se acordar uma hierarquia de valores associada ao projeto em questão.

Quando se estuda a prática do design, definem-se alguns tópicos essenciais no pensamento e no projeto das áreas como a justiça social; sustentabilidade ambiental; economia; ergonomia; estética; função e inclusão social. Um apelo projetual à igualdade social com o design como veículo para a inclusão e acessibilidade com o estudo de normas espaciais de habitar, ergonomia, tendo em conta a legislação como guia projetual. Planificar esquemas de organização e flexibilidade na habitação para um espaço mínimo que pode dar uma resposta inclusiva aos seus habitantes contrariando as possíveis restrições de mobilidade e apelando à autonomia do cidadão na prática tradicional do habitar.

Com esta intenção teórica e prática, surge o projeto no conjunto habitacional Bairro Caixa Têxtil, localizado em São Mamede de Infesta, como reflexo do objetivo final desta investigação. Ao desenvolver um breve estudo do habitar encontram-se várias insuficiências habitacionais nos espaços de génese social, o que leva o projeto a partir de uma transformação e reabilitação espacial.

Este objeto de estudo baseia-se na fusão do design de interiores e no aprofundamento da investigação de uma prática de habitar social inclusiva. A necessidade da flexibilidade projetual que dê resposta às diversas necessidades do ser humano que cada zona requiere, e que a incita a um estudo de projeto desde as proporções do corpo humano às funcionalidades flexíveis do modo de habitar, que desperta a importância dos pormenores de um espaço.

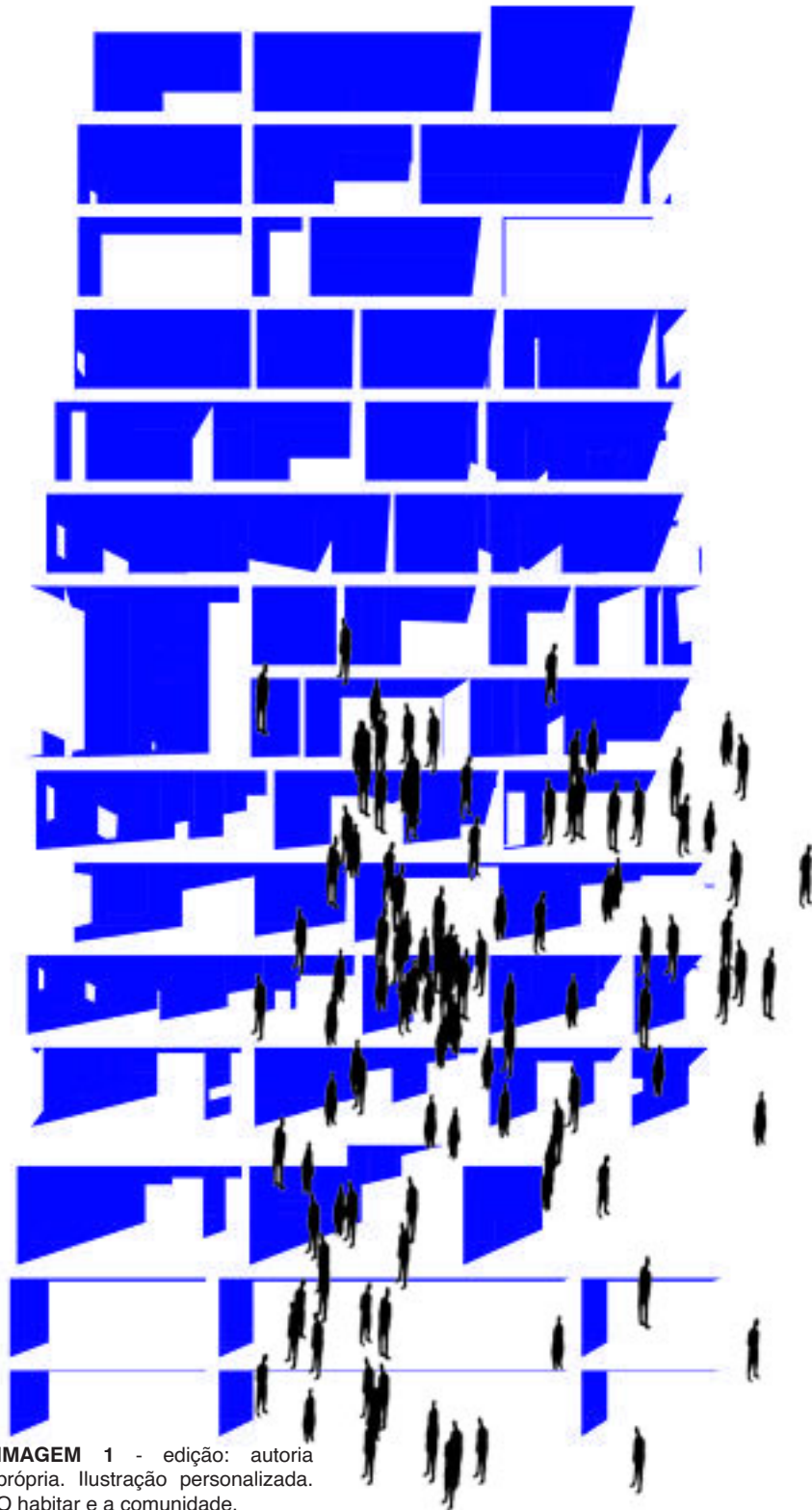
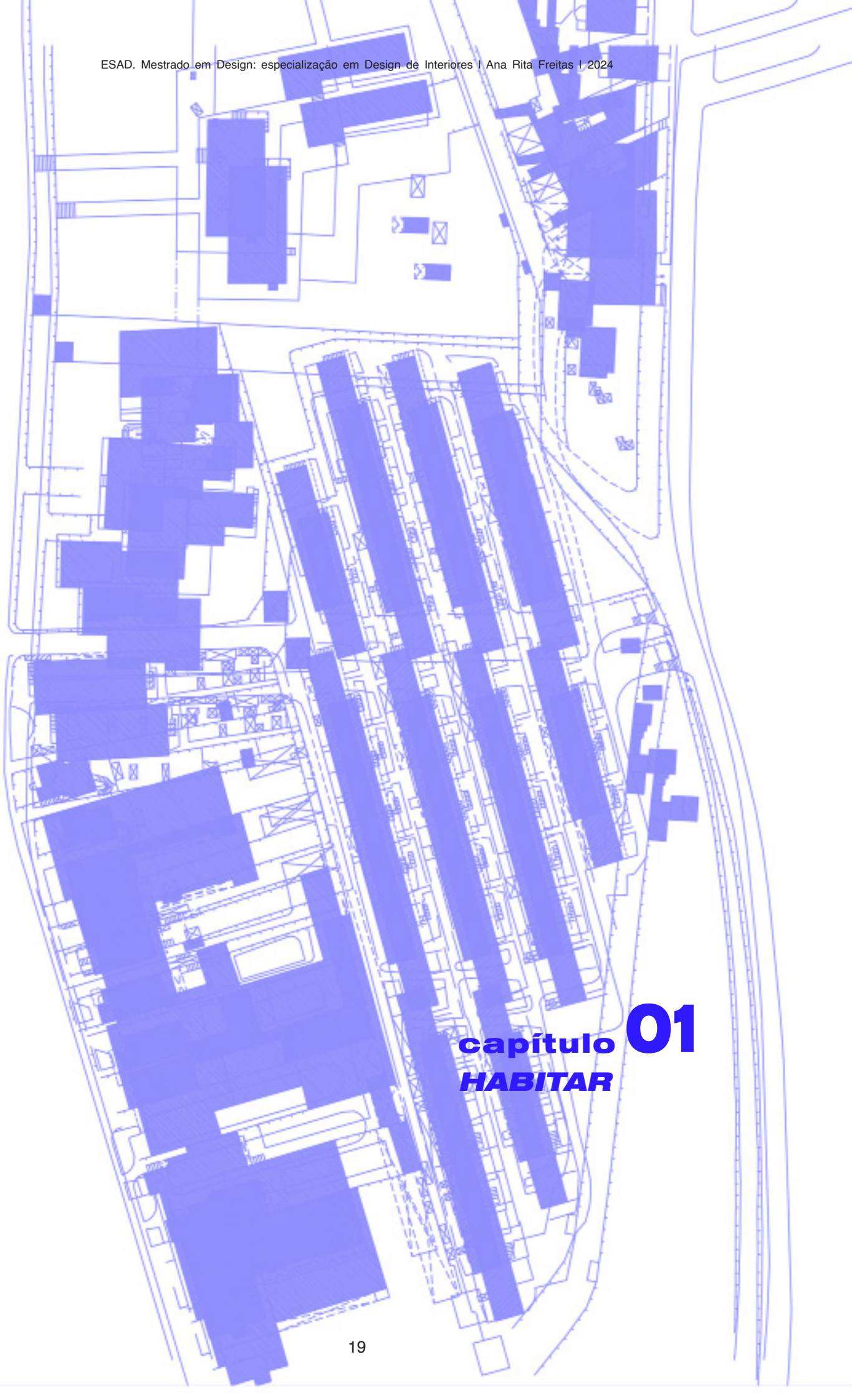


IMAGEM 1 - edição: autoria própria. Ilustração personalizada. O habitar e a comunidade.



capítulo 01
HABITAR

HABITAR

Habitar.

Contextualizado de forma sucinta, como o ato de residir ou viver em; morar em; povoar; estar em; estar presente em.

A relação do ser humano com o espaço que habita.

O Homem. O Mundo. O habitar.

A Habitação.

A relação prolongada do Homem com um espaço onde detém nele pensamentos e memórias. Uma apropriação emergente mútua.

Habitar o espaço é um ato que vem acompanhando a sociedade desde o abandono do nomadismo e conseqüente sedentarização e fixação num determinado local, evoluindo gradualmente em questões de funções e forma.

Primordialmente, essas evoluções eram deliberadas principalmente por fatores naturais como o clima, território, luz, ciclos naturais, entre outros. No entanto foi visível uma crescente importância da influência de fatores sociais, culturais, históricos, biológicos e mesmo económicos na questão da habitação.

A temática da habitação levanta uma série de questões a ter em consideração sobre modos de habitar; géneses de habitações como a habitação social que surgiu como uma resposta às crescentes desigualdades socioeconómicas. A necessidade de garantir um lar digno a toda a sociedade leva ao desenvolvimento da construção de habitações de carácter acessível.

Este surgimento significa uma mudança na visão da habitação, que passou a ser uma preocupação com o bem-estar da sociedade. A ergonomia na prática da construção da habitação surge também como um auxílio fundamental que garante a resposta às necessidades fisiológicas dos habitantes, promovendo, assim, um equilíbrio entre forma e função, tal como ambientes saudáveis e eficientes, que dão ênfase aos princípios do design na interação entre o ser humano e o espaço.

Desta forma, acredita-se na evolução da habitação como uma reflexão das complexas interações entre o homem e o seu meio ambiente, impulsionada por todos os fatores que moldam a forma como vivemos e habitamos.

***“Nascemos no interior,
vivemos, amamos, criamos as
nossas famílias, veneramos,
trabalhamos, envelhecemos,
adoecemos e morremos dentro
de casa. A arquitetura espelha
cada aspeto das nossas vidas -
Social, económico, espiritual.”***

(Eugene Raskin in Papanek, 1995, p.82)

1.1 HABITAÇÃO SOCIAL

Habitar resulta da relação do ser humano com um espaço.

Habitação Social resulta de uma consciência e posterior solução social do direito humano à habitação.

Este tipo de habitação é destinado, normalmente, à população com baixo nível de rendimento e surge de uma iniciativa pública que tem como objetivo promover o direito à habitação com infraestruturas necessárias à qualidade de vida de custo controlado.

Apesar de todos os seres humanos terem direito à habitação, a realidade económica e social dificulta o acesso à habitação para uma vasta parte da população. Sendo assim, o Estado desenvolve programas de construção de habitações onde os imóveis poderão ser comprados ou alugados através de financiamentos suportados pelo Estado. Estes conjuntos habitacionais são normalmente caracterizados por um numeroso aglomerado de apartamentos, casas ou até lotes urbanos.

Atualmente, surgem diferentes visões sobre a habitação na sociedade em que se insere. Estas habitações não podem ser vistas apenas como uma questão de sobrevivência, cuja problemática se baseia no contexto económico. É fundamental olhar a habitação como um ponto fulcral para o bom funcionamento social. Encarar a sua importância e impacto na sociedade. É urgente repensar nas políticas de habitação social consoante as progressivas necessidades do ser humano na expansão evolutiva constante da sociedade e do mundo atual. (Moreira, S., 2020)

Neste sentido, o designer desempenha um papel fundamental, pois, além de analisar as necessidades básicas, tem também a função de inserir inovação e visão estratégica nos projetos habitacionais.

A acessibilidade, funcionalidade, sustentabilidade e estética são elementos cruciais no desenvolvimento do projeto. Para além destas características práticas do habitar, quando o designer contribui para a promoção do bem-estar emocional e social dos habitantes, representa uma habitação de design. Assim, o design surge como uma ferramenta para transformar espaços como comunidades inclusivas.

Acredita-se que, para uma excelência projetual, o conhecimento do território habitacional e a sua evolução são essenciais para a compreensão da pré-existência e da transformação, sendo crucial um breve estudo da urbanização em Portugal.



IMAGEM 2 - Habitação social.

1.2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA URBANIZAÇÃO EM PORTUGAL

Como consequência da Revolução Industrial, que se deu na segunda metade do século XIX, o habitar da sociedade sofreu algumas mudanças com o começo do processo de urbanização e industrialização.

Do campo para a cidade.

O surgimento excessivo de uma densidade populacional maioritariamente pobre, despertava o interesse humanitário, contudo o recear de uma agitação social. Para um possível desenvolvimento económico e aumento da reprodução de trabalho, era urgente resolver esta questão da falta de moradias de forma a promover uma ordem social na cidade. Manifestou-se assim uma necessidade de desenvolvimento do estudo da habitação urbana para uma população de recursos económicos escassos, onde a arquitetura se manifestou como solução de problemas sociais e habitacionais.

Em Portugal, a Revolução Industrial e consequente urbanização chegou mais tarde que no resto da Europa, em meados do século XIX.

As cidades não estavam preparadas para receber um elevado número de habitantes repentinamente. No caso da classe operária, viam-se obrigados a solucionar o seu habitar, no entanto as suas opções em pequenos alojamentos, em traseiras dos prédios dos senhorios ou em velhos edifícios continham condições muito precárias e insustentáveis à vida humana. (Simões, J. I. A. F., 2010)

Os baixos salários e as insuficientes condições de vida conduziram à criação de habitações de baixa qualidade e custo. Nas principais cidades industriais do país surgiram novas tipologias de habitação para estas famílias operárias. No Porto eram construídas as ilhas e em Lisboa aparecem os pátios.

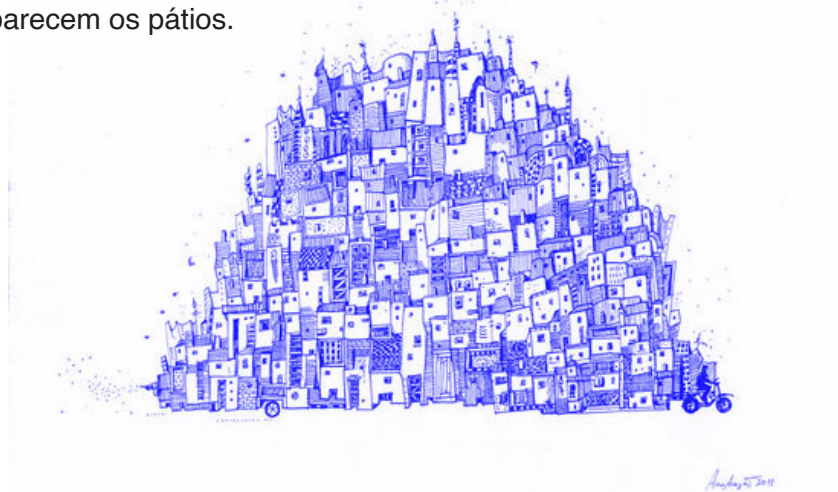


IMAGEM 3 - Ilustração Ana Aragão.

1.2.1 Ilhas, Porto

As ilhas consistiam num tipo de habitação caracterizado por filas de pequenas casas térreas, normalmente com um piso e uma área de aproximadamente 16m², que se erguiam, principalmente, em terrenos de baixo valor económico, pertencentes aos quintais e traseiras de habitações de classe média. Localizavam-se em centros de quarteirões urbanos e o acesso à via pública sucedia em estreitos corredores. Estas habitações tinham áreas muito reduzidas e as suas fachadas com cerca de 4 metros, tinham apenas uma janela e porta, o que possibilitava a construção de um considerável número de habitações. Em certas ilhas, residiam cerca de 700 pessoas em apenas trinta habitações descritas pela degradação sanitária e a falta de saneamento. O baixo custo e qualidade nos materiais de construção originavam uma fácil deterioração e problemas de infiltrações. Esta precária condição de vida levava a uma progressiva propagação de doenças respiratórias, epidemias e até mesmo a peste. No entanto, a renda destas habitações traduzia-se, apenas em 10% dos salários mensais dos operários, sendo uma opção economicamente sustentável para a maioria da população operária, apesar da insuficiente condição de saúde. (Pereira, G. M., 2013)

Ilha do Caleiro, Porto

A ilha do Caleiro, na rua S. Victor, localizada na cidade do Porto, faz parte de uma das inúmeras ilhas desta rua.

Com uma aparência extremamente desagradável, influenciada também pelas práticas locais que se baseavam na matança de porcos e todo o processo posterior e pelo abundante fumo que se formava nas fogueiras dentro das casas sem ventilação nem água canalizada. Em cada casa habitavam famílias numerosas, de 10 ou mais pessoas. Uma problemática desta ilha e de outras era pouca quantidade de retretes. Estas eram comuns e partilhadas, em média por cinco habitações.

A convivência com os animais, partilha de retretes por um vasto número de pessoas e as condições das casas faziam desta ilha um antro de doenças contagiosas. (Maia, A., 2022)



IMAGEM 4 - Vista rua da Ilha do Caleiro, autor desconhecido, Porto, 1941.

1.2.2 Pátios, Lisboa

Conhece-se a existência de pátios desde o tempo dos muçulmanos, em meados do século VII, contudo emergiram posteriormente novas tipologias deste género de habitação.

Normalmente, surgiram em redor de núcleos habitacionais já existentes. Muitos deles resultaram da conversão de antigas edificações dos bairros populares da cidade, sobretudo nas zonas de Alfama e Mouraria. Dado que a situação económica do país afetava todas as classes sociais, incluindo a nobreza, esta classe viu-se sem condições económicas para manter os seus palácios, levando muitos dos proprietários a optar por abandoná-los, originando assim habitações improvisadas e precárias para as famílias operárias ou permitindo que estas ocupassem o espaço mediante o pagamento de uma renda. Os pátios eram construídos no interior de quarteirões, maioritariamente separados da rua por muros, tendo acesso à mesma, por um vão com todos os habitantes das residências inseridas no pátio. O que interligava estas habitações era, então, a entrada para o pátio e a entrada de espaço livre em comum. Em geral, os pátios tinham uma boa área, no entanto muitos apresentavam ainda míseras dimensões, idênticas às ilhas do Porto. Semelhante às ilhas, era visível a falta de condições sanitárias e de higiene mínimas que sujeitavam a população operária a riscos de saúde, originados igualmente por uma lastimável área espacial, com necessidade de mais rasgos de luz para combater as questões de humidade. (Pereira, N. T., 1994)

Pátio do Biaggi, Lisboa

Emergiu com o nome do seu fundador, o Pátio do Biaggi, um dos maiores pátios operários da zona de Lisboa, tinha início na Rua das Amoreiras, junto ao arco do aqueduto das Águas Livres. O principal acesso dava-se através de umas escadas que levava às variadas ruas, largos, uma taberna e centenas de habitações que faziam parte do cerco deste pátio.

Conhecido como o maior pátio de Lisboa, edificado em 1870 com a construção de 88 lojas e 17 primeiros andares, o Pátio do Biaggi viria a ser demolido em 1940. (Fraga Aurélio, 2015).



IMAGEM 5 - Pátio do Biaggi, às Amoreiras, s/d, foto de Eduardo Portugal, in a .f. C.M.L., Lisboa.

1.2.3 Vilas Operárias

Com a acentuada procura de habitação na cidade e periferia da mesma, os pátios deixaram de ser apenas habitações provenientes da pré-existência do interior dos quarteirões e começaram a adquirir-se terrenos com ideia de construir mais habitações.

Estas construções, denominadas de Vilas Operárias, ganharam uma racionalidade projetual, sendo mais programadas e modeladas para se sustentarem num futuro mais duradouro. A simetria, o cuidado com os vãos e com os letreiros das vilas, as coberturas eram pormenores da nova racionalidade habitacional presente nas vilas.

As Vilas Operárias, originárias dos Pátios, destacavam-se por sua abordagem de construção meticulosa e dimensões habitacionais sustentáveis. Apresentavam semelhanças com galerias e são posicionadas discretamente, distantes do restante da cidade. Essas vilas eram distintas por suas diversas tipologias, que incluíam acesso coletivo às residências, vias paralelas com escadas metálicas ou conexões transversais em espaços abertos dentro da vila.

Estas habitações, pensadas para a população rural que se mudava para a cidade, apesar da localização urbana, demonstravam um caráter rural dos hábitos desta população de casas e meios pequenos onde se relacionavam numa comunidade mais próxima. Como se vivessem na cidade, mas ao mesmo tempo fora desta. (Pereira, N. T., 1994)

Vila Sousa, Lisboa

A Vila Sousa foi uma das vilas operárias da cidade de Lisboa, localizada especificamente no Largo da Graça. No terreno desta vila já havia sido o palácio dos *Condes de Vale de Reis* que foi destruído com o Terramoto de 1755. O que restava do edifício foi reconstruído para edificar a vila cujo nome surge de *João de Luís de Sousa & Filho*, no período de 1918. A habitação instalou-se ao redor de um grande pátio cujo acesso era feito por um túnel. De tamanha grandiosidade, o conjunto possui cinco pisos sendo o último construído posteriormente e apresentava a fachada exterior decorada de azulejos. Expressava uma particularidade da época de conter duas áreas distintas, uma para os habitantes trabalhadores operários e outra área habitacional para o proprietário da vida e familiares. (Pereira, N. T., 1994)



IMAGEM 6 - Vila Sousa, Machado & Souza, Lisboa, entre 1898 e 1908.

Tanto as ilhas como os pátios e as vilas foram a dominante forma de habitação popular na segunda metade do século XIX. Impulsionaram a aproximação e socialização da vizinhança, vivendo em comunidade. Contudo, a falta de sustentabilidade na saúde dessa classe operária e as condições socioeconómicas precárias que não se alteravam, tornaram urgente a intervenção e apoio do Estado ou de instituições privadas para solucionar esta crise de saúde.

“...a par do «Trabalho», foram explorados...as relações da «Habitação» com a «Urbanização» e com a «Governação».”
(*Habitação: cem anos de políticas públicas em Portugal 1918-2018*, p.12)

O Governo considerava que a habitação e sua construção não estavam ao seu encargo, de modo a que incentivavam as instituições privadas a desenvolverem e construir modelos de habitações para uma classe mais carenciada, com a condição de que os projetos teriam de ser revistos pelas câmaras municipais antes da edificação. Apesar do incentivo do Governo, esta iniciativa fracassou devido à falta de terrenos de baixo custo e escassez de lucro para o mercado livre de construção habitacional, que por consequência leva os empreendedores privados a descartar estes investimentos.

Tal degradante situação social, exige do Governo uma iniciativa de responsabilidade acerca do estado da habitação.

Ocorre então durante o século XX, mais precisamente em 1918, os primeiros passos na construção habitacional social com a proclamação do Decreto n.º 4137, publicado no Diário do Governo, onde este afirma no país o estabelecimento de “várias providências atinentes a promover a construção de casas económicas”. (anexo 2) principalmente nas grandes cidades de Lisboa e Porto para os que “por carência de recursos materiais, têm sido obrigados até agora a viver em residências infectas, sem luz nem ar, e por isso gravemente nocivas à saúde dos que as habitam.” (anexo 2)

Foi a partir deste decreto-lei que se iniciou a intervenção do Estado na habitação social pelo desenvolvimento das novas políticas de urbanização como bairros sociais de casas económicas, em Lisboa e Porto. Então, em 1919, o Estado obteve terrenos para a construção destes espaços habitacionais que obedeciam a uma mínima qualidade decretada pelo Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU) no Decreto-lei nº 38382. (anexo 3)

Além da precária situação habitacional que se verificava no país naquela época, o regime opressor do Estado Novo colocava a Família como o principal alicerce da sociedade e a sua estabilidade, logo a qualidade de vida familiar, era fundamental, influenciando o poder de habitar. Isto suscitava uma maior preocupação com a questão da urbanização, levando à conceção de novos programas habitacionais, como o programa das casas económicas decretado por Salazar em 1933.

Iniciou-se assim, a responsabilidade habitacional da parte do Estado no país com a legislação indicada, organizações como a Caixa de Previdência e os consequentes programas residenciais: Programa das Casas Económicas, Programa das Casas Desmontáveis e, mais tarde, Programa das Casas de Renda Económica.



IMAGEM 7 - Carimbo HE-FCP.

1.2.4 Programa das Casas Económicas

O programa das Casas Económicas foi o primeiro projeto criado pelo governo com objetivo de remediar a problemática habitacional para as famílias carenciadas. O Estado Novo procurava nesta tipologia de habitação urbana uma analogia idêntica à habitação rural, traduzindo o campo para a cidade. Esta iniciativa política avançou em 1933 com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 23052, onde “É o Governo autorizado a promover a construção de casas económicas, em colaboração com as câmaras municipais, corporações administrativas e organismos corporativos.” (anexo 4).

O programa permitia também o acesso à habitação por parte de famílias menos favorecidas, condicionando apenas o pagamento de uma parcela mensal durante 20 anos, ao fim dos quais garantia a propriedade da mesma, “Do contrato deve constar que o morador-adquirente se responsabiliza, por si e com a garantia de uma apólice de seguro de vida, pelo pagamento de 240 prestações, calculadas no termo do artigo 49.º, adquirindo ele ou o seu herdeiro, com o pagamento da última prestação, a propriedade plena da moradia.” (anexo 4). Esta prestação mensal era taxada segundo os rendimentos de cada família, desenvolvendo uma criação de classes em proporção relativamente aos níveis de estruturação do agregado familiar.

Habitações destinadas ao serviço de chefes de família, civis, operários, funcionários públicos, operários de serviços do Estado e câmaras municipais de modo a garantir uma ordem social na urbanização.

O Estado, de modo a adquirir uma construção de baixo custo procedeu à urbanização destas habitações nos subúrbios das cidades, assumindo a necessidade de garantir uma cadeia de transportes suficiente.

O programa das Casas Económicas exigiu um maior pensamento estrutural na organização de políticas burocráticas com a junção de várias entidades especializadas como, inicialmente, o Subsecretariado das Corporações e Previdência Social e o Ministério das Obras Públicas e das Comunicações (MOPC), do qual era responsável pela orçamentação e aprovação de projetos, fiscalização e administração na construção das casas económicas.

Para auxílio na construção, foi criado um fundo depositado na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (CGDCP), à Ordem do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.

Este fundo era composto por verbas procedentes do Estado, entidades administrativas, participações das câmaras municipais, donativos, heranças e rendimentos das prestações mensais.

Tal programa gerou habitações em vários pontos do país em progressivo desenvolvimento citadino como Lisboa, Porto, Braga, Bragança, Olhão, Viana do Castelo, Covilhã, Coimbra e Guimarães. (Abreu, P. C. C., 2010)

Bairro Casas Económicas do Amial

O Bairro do Amial faz parte do programa das Casas Económicas. O bairro foi construído em duas fases distintas, sendo composto por cerca de quatrocentas habitações, na sua totalidade. Uma construção característica pela dimensão e cuidado dos alçados de traçado geométrico, coberturas de duas a quatro águas, alçados de várias cores com um simples quintal nas traseiras e um jardim na fachada principal da rua Engenheiro Carlos Amarante. Localiza-se ao redor de diversas ruas e travessas.

Em comum, as duas fases de construção e as suas variadas classes possuem cozinha e casa de banho, variando mobiliário e equipamentos consoante as classes e logística de construção das diferentes fases. O número de quartos variava consoante tipologia, contendo de um até cinco quartos.

A luz direta era uma característica na maioria das divisões das habitações. (Filipe, A., 2008)



IMAGEM 8 - Vista aérea do Bairro de Casas Económicas do Amial, Porto, 1966.

Bairro Casas Económicas Caselas

Bairro de Caselas, em Lisboa era um bairro económico proveniente de uma construção regular. Planificado e construído nos terrenos da quinta de Santo António a partir da pré-existência que orientou os principais eixos da edificação. A conexão deste bairro à cidade faz-se a partir de um plano desenvolvido pela Avenida Descobertas.

A malha organizacional urbana era composta por quarteirões retangulares e vias perpendiculares a estes como esquema de implantação das casas económicas. No entanto, a sul do bairro, localizava-se o Parque de Monsanto, que provocou uma implantação de quarteirões de formas poligonais consoante as margens do parque.

Desenvolvido por cerca de pouco mais de trezentas habitações geminadas e cercadas por um pequeno quintal na frente e um jardim na retaguarda. De alçados simples e número de vãos consoante as dimensões da fachada e tipologias de cada habitação, encontravam-se, nas principais ruas da urbanização, as casas para famílias com mais rendimentos e, nas ruas secundárias, as famílias mais carenciadas. (Costa, A., 2014)



IMAGEM 9 - Bairro de Casas Económicas de Caselas, Lisboa, entre 1944 e 1948.

1.2.5 Programa das Casas Desmontáveis

A elevada procura de habitação dificultava o sucesso das políticas de habitação intervenientes pelo Estado Salazarista, nomeadamente o programa de Casas Económicas que não foi suficiente para combater as necessidades de urbanização no país. Houve então uma necessidade por parte do Estado em desenvolver um novo programa habitacional. Em 1938 entrou em vigor o Decreto-Lei nº 28912 onde foi efetivado o Programa das Casas Desmontáveis.

Este programa consistiu em construir alojamento temporário para as famílias, até conseguirem moradia numa Casa Económica.

De materiais economicamente baixos como fibrocimento e madeira, estes modelos prévios de curto prazo seguiam um propósito final de demolição, até os inquilinos provisórios terem acesso a uma permanente habitação. Eram modelos derivados de uma produção em série, com direito a um pequeno jardim, instalações de saneamento, iluminação e água, apresentando-se mobilados à chegada dos habitantes.

A execução e administração do projeto eram do encargo do Município de Lisboa que estipulava a construção de mil casas desmontáveis, distribuídas por três bairros na zona de Lisboa, tendo sido estes a Quinta da Calçada, Furnas e Boavista, devido às necessidades de ordem social e à possibilidade de urbanização dos terrenos.

Perante o Estado Novo, este modelo habitacional era o melhor para dar abrigo a um alargado número de pessoas de forma rápida, no entanto sem o considerar ideal para uma residência definitiva.

Contudo, com o final da Segunda Guerra Mundial, o Governo toma uma posição com o Decreto-lei nº 33278 (anexo 6),

como recurso para reestruturar as políticas de urbanização devido às repercussões causadas pela guerra. O programa das Casas Descartáveis passou a ser uma iniciativa com fundo definitivo pelas capacidades de abranger um grande número de pessoas a habitar de uma forma mais económica. (Agarez, R. C., 2018)

Bairro de Casas Desmontáveis da Quinta da Calçada

Um dos bairros localizava-se no Campo Grande, junto à Azinhaga das Galhardas. O bairro da Quinta da Calçada foi projetado para hospedar quinhentas famílias vindas do bairro das Minhocas e do bairro da Bélgica. Uma construção pré-fabricada com casas já mobiladas de forma simples e padronizada, que se difundia simultaneamente de acordo com os arruamentos. Continha infraestruturas que se estendiam desde a escola até ao lavadouro e também a uma igreja. Consoante a casa habitada, a renda mensal variava entre os 30 e 50 escudos.

Para promover um bem-estar comunitário do bairro, tanto no que diz respeito à interação entre os residentes quanto à manutenção das instalações, os habitantes seguiam um regulamento. (s.a., 2020)



IMAGEM 10 - Bairro de Casas Desmontáveis da Quinta da Calçada, em construção, Lisboa, 1939.

1.2.6 Programa das Casas de Renda Económica

O agravamento económico do final da Segunda Guerra Mundial influenciou de tal modo no crescimento da crise que o primeiro programa das Casas Económicas sofreu o impacto no custo elevado dos materiais de construção e dos próprios terrenos dispostos à urbanização, estagnando a construção, por parte do Governo, devido a carência de meios.

A 7 de Maio de 1945 entrou em vigor o Decreto-Lei nº 2007 (anexo 7), com a criação de um novo Programa das Casas de Renda Económica que se sobrepunha ao Programa das Casas Económicas após o fracasso deste último e que se encontrava em simultâneo com o Programa das Casas Desmontáveis. A nova proposta do Governo diferia do primeiro programa proposto, no sentido em que, embora ainda fosse solicitado o pagamento de uma renda mensal, ao contrário do Programa das Casas Económicas, os habitantes não se tornavam proprietários da habitação ao final dos 20 anos. A lei reformulava a inicial habitação numa construção plurifamiliar que continha no máximo três pisos e deixava o terreno destinado ao jardim ou horta fora do novo projeto.

Como colaborador deste programa, *Nuno Teotónio Pereira* teve um papel fundamental para as habitações sociais, tendo também feito parceria na construção do primeiro bairro de renda económica, o Bairro de Alvalade que foi fundamental no começo de novas políticas urbanísticas das Habitações Económicas (HE). (Agarez, R. C., 2018)

Bairro de Alvalade, Lisboa

O bairro de Alvalade estruturou-se segundo uma divisão de oito conjuntos em quarteirões regulares e ortogonalmente planejados pela Rua Augusto Palmeirim e a Rua Acácio Paiva. Integrado num plano de expansão urbanística da cidade, o bairro foi projetado numa área de cerca de 250 hectares, albergando cerca de 45 000 habitantes, dividindo-se em diferentes tipologias sociais como habitações coletivas ou unifamiliares, podendo estas ser de renda económica ou de renda não limitada.

O plano do bairro apontava para a resolução da crise habitacional, mas também para a descentralização de serviços a nível de comércio e indústria do centro da cidade, sendo esta zona habitacional complementada com uma zona comercial e industrial no piso térreo. Esta tipologia de habitação inovadora gerou novos paradigmas na urbanização e construção da cidade a nível da habitação, mas também da experimentação de materiais e processos de construção. (Figueiredo, R., 2010)



IMAGEM 11 - Vista aérea do Bairro de Alvalade, Alberto Nunes, Lisboa, 1953.

Bairro de Ramalde, Porto

O bairro de Ramalde, conjunto habitacional formado por um conjunto multifamiliar de três pisos que se guiou pelo projeto do bairro de Alvalade, redimensionado para albergar 6000 habitantes, localizou-se a sul do parque desportivo de Ramalde e surgiu com intenção de ocupar uma zona da cidade suburbana com baixo paradigma de construção. O bairro foi constituído por habitações de classe A e B, onde na primeira foram casas térreas de um só piso e, na segunda classe, de dois pisos, com excepção de algumas que contiveram cave. Em ambas as classes de habitações existiu a construção de diversas tipologias.

Este programa definiu-se com a construção de 43 blocos de habitação que incluiu serviços públicos como escolas primárias, garagens, zonas desportivas e centro comercial, rematados numa zona central. O projeto determinou uma ligação com o espaço verde, sendo um reflexo dos modernos princípios de construção urbana. (Filipe, A., 2010)



IMAGEM 12 - Fachadas Bairro de Ramalde, Porto.



IMAGEM 13 - Bairro de Ramalde, Porto.

O estado económico e social incitou a criação da Federação de Caixas de Previdência pelo Estado para que esta federação gerisse os capitais económicos da Previdência Social acumulados até então e os orientasse na produção da construção habitacional.

Nos inícios de 1946, a FCP promoveu as Habitações Económicas (HE-FCP) com o Decreto-Lei 35611 de 25 de Abril, que se fundamentou principalmente na criação do Programa das Casas de Renda Económica de modo a assegurar a prática do mesmo pela participação da Federação das Caixas de Previdência.

“Pode dizer-se que desde a primeira hora a resolução do problema da habitação para os operários e para as classes médias figurou entre os objetivos da Revolução Nacional.”

(Decreto-Lei n.º 35611, de 25 de abril de 1946, I série- número 89)

1.2.7 Habitações Económicas - Federação das Caixas de Previdência

Ao longo de 25 anos, as HE-FCP impulsionaram o financiamento e promoção do projeto habitacional a nível da construção de casas económicas e contribuíram para a reformulação ideológica da prática do habitar. O decreto-lei do arrendamento económico foi-se afirmando, gradualmente, como uma iniciativa relevante da promoção habitacional por parte do Estado. Esse decreto estabeleceu um regime de supervisão que impunha certas obrigações económicas relacionadas aos hábitos domésticos, exigindo que os residentes efetuassem pagamentos de forma pontual, do dia 1 ao 8 de cada mês, apresentando-se no balcão da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (CGDCP).

Para além de orientar os capitais económicos das habitações sociais, as HE-FCP tinham poder para direccionar a construção de outras obras de construção social, com aprovação do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP).

Os bairros sociais, edificados pela orientação do programa em questão, tornavam-se reflexo de uma significativa mudança arquitetónica da habitação como as novas políticas de edifícios multifamiliares, permitindo também o estudo e construção de novos modelos modernistas pelo desejo considerável dos arquitetos na experimentação destas tipologias arquitetónicas, já edificadas em países mais desenvolvidos. Uma das características mais desenvolvidas nestes modelos são o envolvimento dos princípios de habitação mínima.

Este sistema operacional por parte do Estado revelou o desenvolvimento e produtividade da questão habitacional até à reforma administrativa do Estado entre 1969 e 1972. (Oliveira, F. R. R., 2012)

À medida que cresce o interesse pela situação habitacional no país, questões relacionadas com esse tema começam a ser debatidas na sociedade, inserindo-se em um contexto político e cultural. O reflexo desta preocupação resulta já em 1948 com o 1º Congresso Nacional de Arquitetura. Promovido pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos, este primeiro Congresso surge com apoio do Governo como iniciativa de reafirmar a Arquitetura do Estado Novo. Pela primeira vez, são abordadas as problemáticas económicas e nacionais da arquitetura em Portugal, sobretudo a Arquitetura no plano nacional, o problema português da habitação e o conseqüente papel social dos arquitetos e da arquitetura.

Como pensadores deste Congresso Nacional, fizeram parte três gerações de arquitetos, o que diversificou o pensamento e teses defendidas.

Uma primeira geração, mais velha de pioneiros do modernismo em Portugal, uma segunda geração, pragmática e com desejo de mudança, que pertencia ao ICAT e ODAM e também uma geração mais nova de arquitetos recém reformados com uma visão centrada no Movimento Moderno e na defesa de valores sociais na cidade.

Para desagrado do Estado, a consequência das teses proferidas neste Congresso rejeitava a ideia do estilo arquitetónico do Estado Novo. Estes arquitetos afirmavam a responsabilidade social na qualidade arquitetónica, de modo a equilibrar a sociedade com o planeamento de cidades de forma racional com a vontade de aceleração da Habitação Económica e Reajustamento Social. (Tavares, M. 2008)



IMAGEM 14 - Relatório da Comissão Executiva do 1.º Congresso Nacional de Arquitectura, Lisboa.

O reflexo destas análises relativas à consciência da habitação começava a estender-se na sociedade e imprensa. A incessante inquietação sobre a habitação por parte da sociedade e a crise económica que Portugal vivia segundo pós-guerra, avança com a aprovação do I Plano de Fomento (1953-1958), um programa de investimentos públicos que resulta na incerteza política e económica da época com intenção de melhorar o nível de vida da sociedade.

Com o II Congresso dos Economistas e Indústria Portuguesa é criado o II Plano de Fomento (1959-1964) com objetivo de acelerar o ritmo da produção nacional, auxílio na resolução da falta de emprego, mas, com o início das guerra colonial e a emigração, foram adiadas medidas e soluções deste plano. Como solução, foi criado o Plano Intercalar de Fomento (1965-1967) onde, pela primeira vez, se deu relevância à Habitação com a criação de um setor destinado à mesma que estaria à responsabilidade dos arquitetos *Nuno Teotónio Pereira e João Braula Reis*, por parte das HE-FCP.

1.2.8 Fundo Fomento Habitação e SAAL

Por volta de 1970, o Estado desenvolve uma consciência com a área da habitação e cria o Fundo de Fomento da Habitação, através do Decreto-Lei nº 49 033 publicado a 28 de maio de 1969.

Este fundo gerava o cruzamento das habitações para classes familiares desfavorecidas que não sejam beneficiárias dos planos de caixas de previdência e todas as competências de política habitacional. De modo a fortalecer o setor da habitação e contribuir para a diminuição de gastos construtivos e mensais, o FFH resulta na junção de todos os setores do Estado referentes à habitação. Resultante destas coligações, ao FFH competem a coordenação das políticas habitacionais e seu planeamento; regulamentação dos empréstimos; aquisição por via da expropriação para urbanização e promoção dos terrenos expropriados de casas de habitação.

Planificada, a operação do FFH generalizou-se nos planos de promoção direta como indireta que se formava no apoio técnico e financeiro de várias entidades públicas e privadas. A partir de 1974, a sua génese é diferente e um destes planos resultantes de grande carência habitacional e na dificuldade de solucionar programas de construção urbana num curto espaço de tempo é o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), que auxilia as populações desfavorecidas de habitação com a construção e transformação dos próprios bairros, através das suas câmaras municipais. (Agarez, R. C., 2018)



IMAGEM 15 - Plenário de comissões de moradores e de brigadas SAAL, Palácio de Cristal, 1975.



Com o pós 25 de Abril, desperta-se uma época de mudança. Uma dinâmica organizada por associações de moradores, preeminente das “ilhas”, que passam a assumir um poder na construção das políticas de habitação. Resultado deste sistema emerge a 31 de julho de 1974 o Sistema de Apoio Ambulatório Local – SAAL, estruturado pelo FFH com propósito de unificar o direito à habitação e direito à cidade. Acontece então, uma democratização inclusiva no sistema de soluções habitacionais onde os moradores eram envolvidos desde iniciais questões à elaboração dos projetos e sua construção. (Alves, J. B., 2017).

Este sistema acaba por ser extinto em 1976 pela falta de regulamentação de ação e financiamento e conflitos entre várias entidades, levando à escassez de intervenções e seu fim.

As complicações habitacionais agravavam-se como sequelas da crise e consecutiva intercessão do Fundo Monetário Internacional (FMI). A deslocação para a periferia das cidades continuava a ser a solução para os habitantes por faltas sustentáveis habitacionais e económicas nos centros das cidades. A partir de 1981, as habitações sociais sofrem alterações e passam a ser responsabilidade dos Municípios e financiada pelo Estado, oferecendo condições base de vida a pessoas com baixo estatuto salarial.

Na década de 80 e com o fim do FFH, foi criado o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE), ao qual estabelece diferentes princípios. Já nos anos 90, os processos das habitações sociais nas cidades Porto e Lisboa passam a ser repensadas pelo Programa Especial de Realojamento (PER).

As questões habitacionais continuam a ser uma preocupação nas cidades, exigem mais processos de regulamentação e tornam-se responsabilidade dos Municípios. São financiadas pelo Estado que tem o dever de desenvolver políticas públicas que garantam qualidade de vida, segurança, saúde e economia a todas as classes com poucas capacidades socioeconómicas, garantido uma igualdade de direitos humanos básicos.



IMAGEM 16 - Construção do Bairro do Leal, no Porto.



IMAGEM 17 - Vista aérea do Bairro da Bouça, Porto. Arquivo Álvaro Siza.

Bairro da Bouça, Porto

Entre 1973 e 1977, *Álvaro Siza Vieira* trabalhou para SAAL, onde realizou dois projetos habitacionais de gênese social no Porto, sendo um deles o Bairro da Bouça.

O projeto procurava resolver problemas habitacionais, envolvendo as comunidades na construção de moradias, promovendo uma abordagem humanista e participativa por *Siza Vieira*.

Siza percebeu o desafio da construção nesta área de barracas improvisadas como parte de um conjunto de ruínas. Propôs uma solução criativa: uma parede dupla ao longo das trilhas na borda norte do terreno para proteger os apartamentos do ruído do metro, quatro fileiras de casas geminadas de 3 a 4 andares dispostas perpendicularmente a essa parede, formando quatro pátios estreitos.

No extremo sul de cada linha, foram incluídos espaços comunitários como lavandaria, biblioteca e salas para reuniões da comunidade. Esses espaços foram estrategicamente posicionados para completar as extremidades das linhas, criar entradas para os pátios entre as fileiras e conectar-se aos edifícios de apartamentos existentes no canto do terreno, voltados para a rua ao sul. Infelizmente, apenas uma parte das duas linhas orientais foi construída.

Os dois fragmentos de construção restantes consistem em maisonettes¹ de quatro andares, empilhadas uma sobre a outra.

As escadas, inicialmente projetadas como parte do muro de contenção ao longo das trilhas, dão acesso a uma galeria aberta no terceiro andar e às maisonettes superiores. Os apartamentos inferiores têm uma área de 80 m², enquanto os superiores são um pouco menores (74 m²), devido aos edifícios recuarem no último andar, criando terraços em cada extremidade.

No bloco leste, que está situado numa inclinação, os apartamentos de dois andares possuem acessos em série. O andar térreo das casas geminadas contém uma cozinha, sala de estar e um quarto, enquanto o andar superior tem 2 quartos e uma casa de banho. Nas maisonettes do andar térreo, os quartos estão no andar mais baixo e as áreas de estar estão acima, com uma segunda escada externa que conecta ao andar superior. Os apartamentos superiores têm pequenas varandas e uma entrada embutida com uma varanda.

O bairro destaca-se pela integração com o ambiente natural e pela ênfase em materiais e técnicas locais para promover a sustentabilidade.

Concluído em várias fases até 2006, o Bairro da Bouça tornou-se um exemplo de sucesso de habitação social, proporcionando qualidade de vida e coesão social aos seus residentes.

¹maisonettes: apartamento independente de dois andares, dentro de um edifício maior, com escada e entrada próprias.



IMAGEM 18 - Vista de um dos pátios do Bairro da Bouça, Porto. Arquivo Álvaro Siza.



IMAGEM 19 - Vista das entradas das habitações, Porto. Arquivo Álvaro Siza.



IMAGEM 20 - Vista para as habitações do Bairro da Bouça, Porto. Autor desconhecido.

1.2.9 Nova Geração de Políticas de Habitação

No Conselho de Ministros n. º50-A de 2018, o XXI Governo Constitucional constatou, como uma das suas prioridades políticas, a habitação e a reabilitação urbana como contribuição de uma melhor qualidade de vida das populações e conseqüente conexão social e territorial. Com o desenvolvimento racional a nível social e político, a habitação e reabilitação atingiu reconhecimento da sua importância no desenvolvimento humano e vida em comunidade, sendo estes tópicos debatidos em organizações internacionais como as Nações Unidas, o Conselho da Europa, a União Europeia ou a Organização Mundial de Saúde.

Como direito fundamental constitucional, surge uma Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH) como paradigma de resolução do setor habitacional e sustento simultâneo de coesão entre as diversificadas áreas do Governo. Assim, a Nova Geração de Políticas de Habitação agrega-se a grupos vulneráveis como a Estratégia de Integração das Comunidades Ciganas, Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem Abrigo e ações de apoio à segurança e ao método de emancipação das vítimas de violência doméstica.

É reconhecido também o propósito de desenvolvimento de cidades sustentáveis e inteligentes, assumindo novas políticas de construção e dinamização das cidades, atenção e melhoria de condutas ambientais e energéticas centradas nos edifícios e da inclusão social como foco. Confirma-se então uma Nova Geração de Políticas de Habitação com a seguinte missão:

- 1) Garantir o acesso de todos a uma habitação adequada, entendida no sentido amplo de habitat e orientada para as pessoas, passando por um alargamento significativo do âmbito de beneficiários e da dimensão do parque habitacional com apoio público;
 - 2) Criar as condições para que tanto a reabilitação do edificado como a reabilitação urbana passem de exceção à regra e se tornem nas formas de intervenção predominantes, tanto ao nível dos edifícios como das áreas urbanas.
- (Diário da República, (2018). 1.ª série — N.º 84)

Num contexto estratégico, o Conselho de Ministros decretou os seus grandes objetivos na área da habitação, de modo a contribuir para a adequada habitação e reabilitação pública sustentável como:

- 1 — Dar resposta às famílias que vivem em situação de grave carência habitacional, garantindo que a gestão do parque habitacional público concorre para a existência de uma bolsa dinâmica de alojamentos capaz de dar resposta às necessidades mais graves e urgentes de uma forma célere, eficaz e justa;
- 2 — Garantir o acesso à habitação aos que não têm resposta por via do mercado, incentivando uma oferta alargada de habitação para arrendamento a preços acessíveis e a melhoria das oportunidades de escolha e das condições de mobilidade dentro e entre os diversos regimes e formas de ocupação dos alojamentos e ao longo do ciclo de vida das famílias;
- 3 — Criar as condições para que a reabilitação seja a principal forma de intervenção ao nível do edificado e do desenvolvimento urbano, passando a reabilitação da exceção à regra, assumindo a generalização da sua expressão territorial e fomentando intervenções integradas;
- 4 — Promover a inclusão social e territorial e as oportunidades de escolha habitacionais, apostando em abordagens integradas e participativas nos bairros de arrendamento públicos e no reforço da informação, encaminhamento e acompanhamento de proximidade. (Diário da República, (2018). 1.ª série — N.º

A execução destas novas políticas habitacionais e a gestão dos programas de apoio à reabilitação e arrendamento urbano onde deverão ser fundamentadas as Estratégias Locais de Habitação (ELH), está à responsabilidade dos Municípios como solução habitacional no domínio do 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação (Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de maio; Portaria 230/2018, de 17 de agosto), de modo a responder às questões de habitação nacionais no contexto das famílias carenciadas.

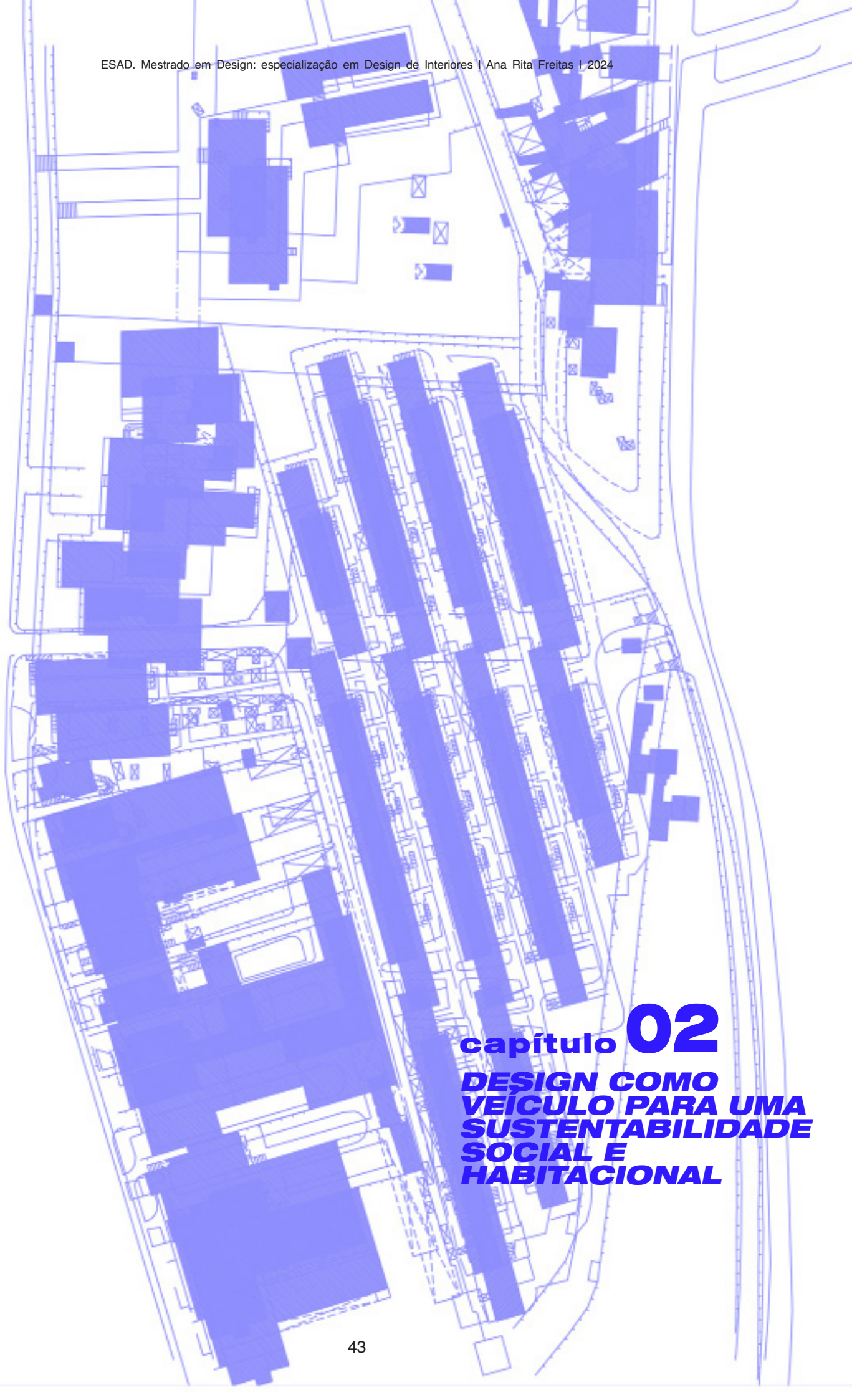
Atualmente, é visível, progressivamente, a relevância dos direitos sociais, económicos e políticos e até em questões ambientais para alcance de uma sustentabilidade social.

A criação de NGPH é essencial para uma sustentabilidade social com capacidade de promover condições de moradia acessíveis e ecologicamente responsáveis. Com a evolução da sociedade, é imprescindível que as políticas habitacionais se adaptem às necessidades emergentes e gerem soluções sustentáveis para garantirem uma habitação digna para todos.

Para um futuro da habitação sustentável, é preciso considerar a diversidade de perfis familiares, rendas e necessidades, trabalhando para superar desafios como a falta de moradias acessíveis, a gentrificação e as dificuldades socioeconómicas. Além disso, é crucial integrar práticas sustentáveis, como a eficiência energética, o uso de materiais eco-friendly e o desenvolvimento de comunidades mais resistentes.

Ao orientar as políticas habitacionais para uma sustentabilidade social, promove-se um efeito benéfico nas condições de vida da sociedade, contribuindo para a coesão social, a melhoria da qualidade de vida e a promoção da inclusão. Estes procedimentos podem ser visíveis também na saúde pública e educação, assegurando uma base sólida para o desenvolvimento sustentável a longo prazo.

Portanto, as NGPH podem desempenhar um papel fundamental na construção de sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis, proporcionando não apenas moradias, mas também ao crescimento das comunidades como à adaptação às mudanças sociais e ambientais.



capítulo 02
DESIGN COMO
VEÍCULO PARA UMA
SUSTENTABILIDADE
SOCIAL E
HABITACIONAL

Com a constante envolvente do design na sociedade e no seu dia a dia, surgem questões atuais que fazem com que a prática da disciplina tenha a necessidade de assumir uma posição perante a constante evolução das últimas décadas aliando a sua prática teórica à sua prática projetual.

Assumir a responsabilidade enquanto Designer traduz-se no desenvolvimento de capacidades como um complemento da solução face às necessidades da sociedade e à sua evolução, contribuindo com a capacidade constante de adaptação como enriquecimento do mundo que nos rodeia. Além da criação e produção, o design tem um estudo ético de valores essencial para que todo o processo da sua disciplina seja completo de forma a dar resposta ideal ao utilizador e à sociedade.

Numa abordagem projetual alargada, atualmente são inúmeras as preocupações a ter em consideração no processo de design.

Os efeitos futuros de um projeto são cada vez mais examinados durante o seu desenvolvimento com o intuito de prevenir potenciais complicações que se possam refletir no meio ambiente.

Atualmente, a sustentabilidade torna-se num aspeto imprescindível no pensamento de projeto.

O design de interiores pode desempenhar um papel significativo na promoção da sustentabilidade social e habitacional, ao incorporar práticas que contribuam para um ambiente acessível, equitativo e ecologicamente responsável, como os seguintes tópicos:

1- Acessibilidade e Inclusão Social:

Na projeção de espaços interiores é fundamental garantir uma acessibilidade universal em espaços adaptáveis para pessoas com diferentes habilidades e necessidades especiais, contribuindo para a inclusão social.

2- Utilização Materiais Sustentáveis:

O designer pode optar por materiais reciclados e de origem sustentável, de modo a reduzir a pegada ecológica dos projetos.

3- Flexibilidade Espacial:

Projeção de espaços interiores flexíveis que permitam uma adaptação às necessidades fisiológicas dos ocupantes e, assim, reduzir a necessidade futura de constantes mudanças e construção de novas estruturas.

4- Eficiência Energética:

O design de interiores tem a capacidade de incorporar medidas que economizem energia, tais como a implementação de iluminação LED, a utilização de sistemas de ventilação eficientes e a aplicação de isolamento térmico. Ao contemplar o uso de materiais recicláveis e estratégias para gerir resíduos de forma responsável, o design contribui para diminuir o impacto ambiental.

2.1 SUSTENTABILIDADE SOCIAL

Como centro do projeto, a investigação sobre a sustentabilidade social tem foco nas questões da habitação. A sustentabilidade como reflexo de conservação ou proteção verifica-se em inúmeros aspetos como o social, o ambiental, cultural, económico, etc.

No caso da habitação, uma vez que as mudanças ambientais se tornam uma preocupação, cabe ao designer assumir as suas responsabilidades e contribuir com as suas capacidades de projeto combater a crise ambiental progressiva. Equilibrar os valores sustentáveis ao nível dos valores económicos. Um princípio não só profissional como humanitário. É urgente correr o risco de mudança e dar voz ao design sustentável.

Torna-se imprescindível que todo o ser humano, seja criador ou utilizador, reconheça a importância de assumir um princípio ecológico de valores visto que “existe uma dimensão ecológica e ambiental em todas as atividades humanas” (Papanek, V., 1997, p.17), então “estamos todos, cada um de nós, envolvidos nas questões de ecologia” (Papanek, V., 1997, p.17). Defender uma ecologia de princípios enraizada no ser humano como um princípio base de valores na vida do mesmo.

Como criadores, os designers podem seguir estes princípios gerando uma prática projetual dirigida pela sustentabilidade.

A ecologia e o equilíbrio ambiental são os esteios básicos de toda a vida humana na Terra; não pode haver vida nem cultura humanas sem ela. O design preocupa-se com o desenvolvimento de produtos, utensílios, máquinas, artefatos e outros dispositivos, e esta atividade exerce uma influência profunda e direta sobre a ecologia. A resposta do design deve ser positiva e unificadora, deve ser a ponte entre as necessidades humanas, a cultura e a ecologia. (Papanek, V., 1997, p.31).

Vive-se uma era em que as preocupações ambientais e sociais são cruciais para o futuro que advém. Toda a sociedade tem o dever de acompanhar e ser parte da solução do planeta em que se habita.

As consequências projetuais negativas para o bem-estar da sociedade e do planeta têm de ser repensadas. O designer de interiores tem a capacidade de garantir uma ocupação equilibrada do território que se habita. Como expõe o arquiteto *László Varga*, “Durante centenas de anos, a arquitetura viveu desta ideia de o arquiteto genial construir outro edifício incrível e icónico algures. No século XXI, isso está ultrapassado. Na maior parte da Europa há imensos edifícios. Podíamos parar e aproveitar ao máximo aquilo que já temos.” (Arquiteto *László Varga*:RTP1- PLANETA A - “Cidades Sustentáveis”).

Como designer, é necessário atuar perante esses edifícios, transformando-os, não os deixar levar pelo desperdício e encontrar um equilíbrio sustentável que garanta a qualidade de vida social e ambiental do nosso planeta.

CIDADES SUSTENTÁVEIS

Mais de metade da população vive em zonas urbanas.

É perceptível o contraste de desigualdade social que se encontra nas cidades. Se, por um lado, existem centros de evolução e riqueza, por outro, encontra-se ainda uma vasta área de poluição e pobreza. O grande desafio a alcançar é o equilíbrio entre o desenvolvimento económico e a sustentabilidade ambiental de modo a construir uma nova cidade, mais inclusiva e socialmente saudável. A cidade é o meio de partida para a evolução, cabendo ao ser humano contribuir para a saúde ambiental da mesma onde reside, constrói e vive.

Uma das condicionantes na luta contra a pegada ecológica é o excesso de produção e consumo atual, que tem vindo a progredir com a sociedade de consumo, rapidamente descartável. Vive-se numa era de modas descartáveis que implicam a sucessiva produção pelas indústrias, elevando a necessidade de fabrico ainda mais rápida e em constante inovação. Um falso pressuposto de abundância, o que questiona a produção saudável com a escassez de recursos naturais. Estes recursos, necessários à preservação da vida humana, são limitados e têm sofrido consequências que vêm a degradar, a avaliar pelas alterações climáticas dos últimos tempos. Estas condicionantes de recursos naturais são uma constante no planeta, no entanto, têm vindo a acelerar o seu desgaste a um ritmo elevado gerando uma insustentabilidade preocupante.

A economia procura crescer como doutrina, contudo, de modo a contribuir para a precaução do planeta é indispensável que realize uma prática de desenvolvimento com princípios de saúde e qualidade de vida onde só é possível obter num planeta sustentável equilibrado com a exploração económica. Reduzir, Reutilizar e Reciclar para um modelo de economia que precisa de combater o desperdício sendo mais eficiente e sustentável.

Na série “Planeta A”, exibida pela RTP1, onde *João Reis* é o anfitrião e viaja em busca de novas soluções para a saúde das cidades, encontram-se práticas desenvolvidas pelo ser humano, demonstrando a praticidade do homem pensador e criativo em reunir condições de melhoramento de uma atividade sustentável.



IMAGEM 21 - s.a, (s.d) ilustração cidades sustentáveis.

Bairro Solar em Belas, Lisboa

Uma das determinantes no desequilíbrio da sustentabilidade do planeta é o consumo excessivo de energia. As cidades sendo atualmente responsáveis por 60% a 80% do consumo de energia precisam de se centrar em novas soluções, mais económicas, para a descentralização do consumo de energia. Portugal contém cerca de 300 dias de sol, no entanto, apenas 7,1% representa a energia fotovoltaica reproduzida pelo sol.

No episódio “Cidade Sustentáveis” da série PLANETA A da RTP1, é abordada a necessidade de investir na energia solar de modo a descarbonizar as cidades. É necessário encontrar um equilíbrio onde se baixe o preço do consumo de energia e simultaneamente se ajude na saúde do ambiente.

Em Portugal, regista-se a primeira comunidade de partilha de energia solar renovável no empreendimento Lisbon Green Valley, em Belas. Em 2020, este bairro solar gera-se a partir de duas moradias que, posteriormente, partilham toda a energia fotovoltaica com as 12 casas que as rodeiam, através de painéis solares. Neste bairro pioneiro, uma habitação com cerca de 9 painéis solares de 330W cada, uma média de 2970W no conjunto onde se calcula poupar cerca de 500 euros por ano, moderando a emissão de cerca de uma tonelada de dióxido de carbono para a atmosfera.

O projeto surge pela EDP (Energias de Portugal) e a Planbelas com intenção de lançar a primeira Comunidade de Autoconsumo Coletivo de Energias Renováveis (CACER) de Portugal e resulta na poupança económica de eletricidade e no autoconsumo 100% renovável.

Ambas as empresas procuram soluções inovadoras, precavendo o impacto ambiental e desenvolvendo soluções de energia inclusivas, com objetivo de descarbonização das cidades. Esta proposta é uma solução sustentável, ajuda na redução de geração de gases de efeito de estufa e permite uma maior eficácia energética do bairro solar.

(Oliveira, A., 2020)

Em 2018, o Governo aprova a legislação do desenvolvimento do autoconsumo partilhado de energia renovável e consequentes comunidades com iniciativa de atingir a utilização de cerca de 47% de fontes de energia renovável, em 2030. Como apoio, todos os consumidores que produzam a sua energia, tem direito à “...isenção total de CIEG (Custos de Interesse Económico Geral) para todos os projetos que utilizem a rede pública, sejam de autoconsumo coletivo ou de comunidades de energia, enquanto o individual tem apenas uma redução de 50%”(Galamba, J. (2020). Portal Energia) .

Esta inovação legislativa permite o desenvolvimento de projetos na área da energia sustentável visto que os aspetos económicos deixam de ser um impasse na inovação e expansão energética e impulsionam uma sustentabilidade ambiental na redução de CO2 para a descarbonização das cidades.

“Com os bairros, com menos instalações, podemos alimentar muito mais pessoas a energia solar.”

(Pereira, V. (2020). Jornal de Negócios)



IMAGE 22 - Vista aérea Lisbon Green Valley, autor desconhecido, Lisboa, 2020.

De Ceuvel, Amesterdão

De Ceuvel, lote vazio, localizado num antigo estaleiro no Kanaal Johan Van Hasselt, próximo do rio IJ, no norte de Amesterdão, que, em 2012, foi transformado num espaço urbano e sustentável por um grupo de arquitetos.

Com a cooperação de arquitetos, arquitetos paisagistas, designers urbanos e empreendedores, criou-se um bairro urbano que desafia a sustentabilidade e economia circular, onde todos os envolvidos ajudaram na construção.

Esta comunidade, acredita que tudo pode ter uma segunda vida, a começar pela solução espacial do bairro, cujo desenho urbano desenvolvido pela Space&Matter é caracterizado pelo porto criado pelas antigas casas flutuantes colocadas no solo, instaladas num percurso pedonal de madeira, cercadas por uma influente paisagem de plantas que ajudam na limpeza do solo. Estas casas flutuantes foram adquiridas por um baixo nível financeiro pois, aos proprietários iniciais, não compensaria pagar pela remoção dos barcos e posteriormente atualizadas de modo a garantir uma máxima qualidade arquitetónica e habitacional. Após aquisição, cada inquilino renova a casa flutuante como pretende. Alguns acabam por levantar telhados ou até baixar pisos.

Os barcos são parte de um pensamento e economia circular da comunidade de modo a desenvolver uma prática de máxima sustentável, sendo equipados com telhados verdes e células solares. É um bairro autossuficiente em energia com uma rede de partilha de cerca de 150 painéis fotovoltaicos que geram energia a partir do sol. Em 2017, foi desenvolvida uma nova criptomoeda denominada Jouliette que consiste no uso de produção e troca de energia com objetivo de gerar uma rede de inteligência local. (Halmes, D., 2014)

A reutilização de materiais e resíduos de forma inovadora resulta na extração de nutrientes que não se desperdiçam. As águas residuais são purificadas em biofiltros e os nutrientes provenientes das mesmas são essenciais para a produção de alimentos. Os resíduos orgânicos são transformados em energia, de modo a não ser necessária a ligação aos esgotos.

A comunidade é composta por espaços de trabalho autenticamente criativos, como escritórios, espaços culturais onde se incentiva um contacto próximo com a arte e cultura, um café sustentável e vegan, espaços para alugar e um hotel flutuante. No entanto, De Ceuvel é um bairro que se encontra constantemente em desenvolvimento e criação, com uma forte vontade inclusiva da sociedade por parte da comunidade do bairro.

Um dos objetivos desta comunidade é desenvolver e solucionar problemáticas de modo a tentar alcançar uma pegada ecológica nula e assim alcançar uma qualidade de vida ambiental e social estável.



IMAGEM 23 - Vista aérea De Ceuvel, Van Amsterdame Bodem, autor desconhecido, Países Baixos.



IMAGEM 24 - Instalação das casas flutuantes De Ceudel, autor desconhecido, Países Baixos.

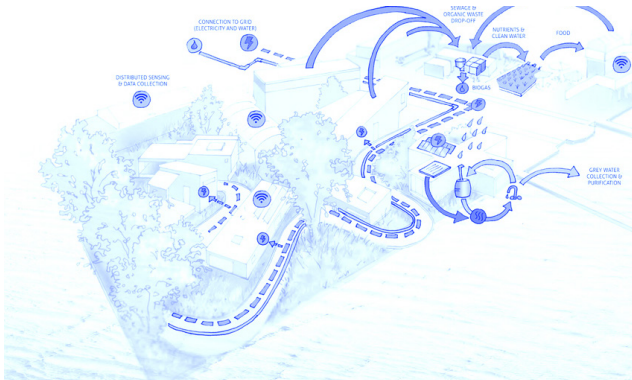


IMAGEM 25 - Planificação economia circular De Ceudel, autor desconhecido, Países Baixos.

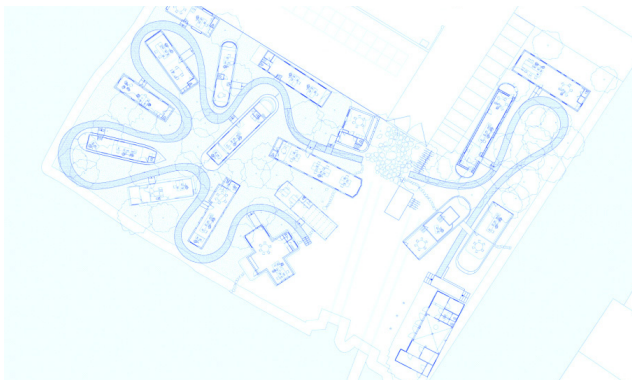


IMAGEM 26 - Planta geral bairro De Ceudel, autor desconhecido, Países Baixos.

À medida que exploramos os casos inspiradores de Belas e De Ceudel, onde a sustentabilidade e a inovação transformam zonas urbanas, surge uma reflexão crucial sobre como esses princípios podem ser aplicados para promover a igualdade na habitação. A busca por soluções habitacionais sustentáveis não pode ser dissociada da garantia que esses avanços beneficiem igualmente toda a comunidade, independentemente de sua posição socioeconómica. A transição para bairros sustentáveis deve ser orientada pela inclusão e igualdade. A habitação sustentável não deve ser um privilégio, mas sim um direito acessível a todos.

2.2 IGUALDADE SOCIAL NA HABITAÇÃO

O desenvolvimento sustentável manifesta-se com a unificação equilibrada da sustentabilidade económica, ecológica e social. Pode denominar-se de projeto sustentável aquele que reúne, sem exceções, todas estas dimensões.

A Sustentabilidade Social é um tópico fundamental na construção da Habitação Social, fundamentando a importância da qualidade precisa na habitação. Reúne capacidades de igualar as oportunidades para todos os seres humanos, independente do estatuto social, quer em atividades culturais como na relação de mobilidade, experiência habitacional, trabalho e relações sociais. Solucionar uma harmonização dos locais onde as relações sociais são desenvolvidas, gerando bem-estar e direitos de valor.

Na área da habitação, a Sustentabilidade Social consiste no pensamento e desenvolvimento de projetos que se organizem e transformem a habitação de acordo com uma doutrina de acessibilidade, flexibilidade e qualidade estética e funcional arquitetónica, ergonomia, acessos básicos de saneamento e água potável como acessos a energia elétrica.

Assim, o projeto de habitação social encontra-se diretamente associado à sustentabilidade social. A imensa diversidade do ser humano e suas diferentes necessidades resulta numa série de possibilidades de utilização da habitação onde cabe ao designer de interiores complementar num estudo de projeto todas as possíveis condicionantes e proceder à reorganização dos espaços como dos seus modos de utilização e utensílios, oferecendo ao utilizador uma ergonómica função espacial.



IMAGEM 27 - Ilustração inclusão social.

Nas habitações sociais há várias condicionantes a ter em atenção. É urgente a preocupação e normalização destas exceções na educação do estudo da habitação de modo a igualar os acessos sociais e dar ênfase aos direitos de vida abrangentes a todas as comunidades.

O número de pessoas que reside nestas habitações é preocupante, principalmente quando lhes restringe o acesso à mínima qualidade de vida. As pessoas com necessidades especiais incluem aquelas com mobilidade reduzida que dependem de cadeiras de rodas, aquelas que enfrentam dificuldades para caminhar, indivíduos com deficiências sensoriais, como visão ou audição, e também pessoas que, por razões temporárias ou devido a uma determinada faixa etária, enfrentam limitações, como crianças, idosos e mulheres grávidas.

Assegurar a qualidade de vida destas pessoas, enquanto sociedade democrática, requer ao Estado garantir a promoção destes direitos de modo a coexistir uma maior participação cívica que crie laços sociais e ajuda no desenvolvimento da igualdade social. De modo a responder a estas necessidades sociais, o Estado, a partir das incumbências que deve seguir como o direito à qualidade de vida e igualdade entre todos os portugueses, tem vindo a desenvolver leis de forma a combater a instabilidade social e apelar à instrução da sociedade como forma de apoio à uniformização dos direitos humanos.

Leis estas que se encontram inseridas na regulamentação jurídica da República Portuguesa, essencialmente nas áreas do Governo das Infraestruturas e da Habitação e também de Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. (Loureiro, B. M., 2017)

combater a instabilidade social e apelar à instrução da sociedade como forma de apoio à promoção dos direitos humanos

“O Ministro das Infraestruturas e da Habitação tem por missão formular, conduzir, executar e avaliar as políticas de infraestruturas, nas áreas da construção, do imobiliário, dos transportes e das comunicações, incluindo a regulação dos contratos públicos, bem como as políticas de habitação, de reabilitação urbana e dos transportes marítimos e dos portos.”

(República Portuguesa – XXII Governo: Área de Governo, 2019)

“A Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social tem por missão formular, conduzir, executar e avaliar as políticas de emprego, de formação profissional, de relações laborais e condições de trabalho, solidariedade e segurança social, bem como a coordenação das políticas sociais de apoio à família, crianças e jovens em risco, idosos e natalidade, de inclusão das pessoas com deficiência, de combate à pobreza e de promoção da inclusão social, de fortalecimento do setor cooperativo, da economia social e do voluntariado.”

(República Portuguesa – XXII Governo: Área de Governo, 2019)

A promoção da igualdade social consiste no aperfeiçoamento de uma ética fundamentada em valores, centrada na inclusão de toda a comunidade, para o benefício de todos. A legislação é considerada o princípio orientador do dever. O desenvolvimento do pensamento é comparado ao reforço na educação, enquanto a prática se refere à implementação em diversas situações. Compreender, desenvolver e aplicar são os elementos essenciais desse processo.

A inclusão plena dos cidadãos e cidadãs com deficiência, bem como o pleno reconhecimento e promoção dos seus direitos fundamentais, constitui uma das grandes prioridades assumidas pelo XXI Governo Constitucional. Prestar mais e melhores serviços, garantir respostas de qualidade atempadas e criar mecanismos de apoio eficazes, de acesso simplificado e célere (...)

(Antunes, A. S., 2019, Guia prático, p. 5)

Perante de uma instrução de valores estabelecida na Constituição Portuguesa, que valida as condições fundamentais para a plena execução dos direitos de cidadania, torna-se crucial aprofundar a investigação no campo da acessibilidade, a fim de fortalecer e complementar a legislação existente.

A acessibilidade e a inclusão social são conceitos complementares no âmbito da defesa da diversidade humana. A acessibilidade é a criação de condições de acessos para utilização geral de espaços, mobiliários, transportes, habitações, maquinismos, como o acesso à informação e comunicação e de todos os serviços públicos, de um modo inclusivo proveniente da possibilidade de autonomia e segurança.

Apelar à igualdade social, defendendo a pessoa com incapacidades como elemento ativo na sociedade. As suas contribuições são fundamentais para a construção de práticas socialmente acessíveis, enriquecendo-as com a experiência destas pessoas, ao mesmo tempo em que impulsiona o desenvolvimento de uma cidade mais inclusiva.

Ainda se encontram muitas pessoas nos Governos que consideram a sociedade vagarosa, lenta, não um sítio de criatividade. Julgam que toda a criatividade acontece nos média ou no design ou na publicidade ou na alta tecnologia. Contudo, cada vez vemos mais pessoas perceberem que é preciso juntar isto tudo e também, sempre que existir uma nova tecnologia, faz sentido conhecer o seu potencial social, para além do seu potencial comercial.

(Mulgan, G., 2022, Planeta A: Inovação Social. Portugal: RTP)

O Design Inclusivo surge com o poder de inclusão da sociedade na prática do estudo projetual. Afirma que a inclusão do público-alvo no processo do projeto torna este mais eficaz.

O impacto social de um projeto é o início do caminho para o seu sucesso. Garantir a sua eficácia começa por aproximar os utilizadores no desenvolvimento do projeto. A versatilidade de um espaço, objeto ou mesmo da comunicação destes traduz a capacidade universal da prática do design.

No contexto da habitação social, este processo inclusivo de design e de diálogo designer-utilizador ativo pode efetivar o projeto, ampliando a grandiosidade cívica projetual e consolidando os direitos reais humanitários que existem na habitação em questão.

A participação dos utilizadores é uma mais valia tanto na divulgação de uma igualdade social de direitos políticos como na transformação urbana.

Para desenvolver a cidade é preciso desenvolver simultaneamente a sua sociedade. As relações sociais, a compreensão totalitária do povo, independentemente das classes, incentiva o desenvolvimento social e a ascendente relação humana da cidade com o mundo que a rodeia e com a sociedade que nela vive.

Reforçar a ideia de reestruturação de um novo protótipo urbano é evidenciar a necessidade e luta por uma nova sociedade e os seus elementos participativos como instrumento indispensável neste paradigma. Alcançar uma democracia na habitação social e na cidade. É na habitação que o ser humano se apropria do espaço e o transforma segundo as suas necessidades, priorizando a sua identidade com a natural exigência de direito à privacidade e socialização familiar que torna o espaço em questão no habitar.

É preciso valorizar a identidade da comunidade no processo projetual e tal sistema só é eficazmente desenvolvido com o sentido comunitário dos utilizadores em questão e a sua vivacidade do espaço. A inclusão como dinâmica passa pelo desenvolvimento de mudanças ou adaptações seja de utensílios ou de modos de utilização que se transformem, o mais próximo possível, de um modo universal de uso como *Ron Mace* fez nos seus estudos de 'Universal Design'.

‘UNIVERSAL DESIGN’, Ron Mace

Em meados de 1970, o arquiteto e designer *Ron Mace* defende a inclusão na área do design com o conceito de ‘Universal Design’ onde o design e a sua estruturação são projetados com intuito de serem de vasto acesso e compreensão por parte da sociedade, independentemente da faixa etária, altura, habilidade ou deficiência. Um processo projetual que considera as necessidades de todas as pessoas.

Ron Mace declara este conceito como uma premissa fundamental para uma boa prática ética do design, o que impulsionou à sua orientação no desenvolvimento do centro nacional de informação e pesquisa ‘The Center for Universal Design’ (CUD), que desenvolve o estudo e entusiasma a prática do design acessível e universal. Este centro de pesquisa desenvolveu um guia dos 7 principais princípios do ‘Universal Design’:

Princípio 1: Uso Equitativo

“The design is useful and marketable to people with diverse abilities.”

(NDA. (2020). What is Universal Design: 7 Principles)

O Uso Equitativo projeta a intenção de proporcionar utilização igualitária, independentemente da idade ou habilidade. Optar preferencialmente por um uso idêntico nas situações possíveis e um uso similar em ocasiões onde não se consegue apresentar igualdade de utilização.

Evitar o distanciamento espacial de utilização condicionada e integrar todos os utilizadores, optando pela versatilidade. Assegurar segurança e privacidade para todas as pessoas.

Ex: Assento adaptável em estádio.



IMAGEM 28 - Lugar de assento adaptável em estádio.



IMAGEM 29 - Tesouras para uso de esquerdinos e destros.

Princípio 2: Uso Flexível

“The design accommodates a wide range of individual preferences and abilities.” (NDA. (2020). What is Universal Design: 7 Principles)

O Uso Flexível permite a seleção de formas de utilização, de modo a facilitar a destreza dos utilizadores, correspondendo a uma extensa opção de preferência ou capacidade individual. Resulta também na projecção e flexibilidade de equipamentos consoante as necessidades.

Ex: Tesouras que podem ser usadas por esquerdinos e destros.



IMAGEM 30 - Manual de instruções com desenhos ao invés de textos (ikea).

Princípio 3: Uso Simples e Intuitivo

“Use of the design is easy to understand, regardless of the user’s experience, knowledge, language skills, or current concentration level.” (NDA. (2020). What is Universal Design: 7 Principles)

Uso simples onde é utilizado o design de forma descomplexada e intuitiva, dispondo um uso que abrange uma extensa série de incapacidades a nível de alfabetização e linguagem. Design com intuito de organizar as informações conforme a sua relevância, facilitando a compreensão, a despeito da experiência do utilizador, e fornecendo eficácia de aplicação.

Ex: Um manual de instruções com desenhos ao invés de textos (ikea).

Princípio 4: Informação Perceptível

“The design communicates necessary information effectively to the user, regardless of ambient conditions or the user’s sensory abilities.”

(NDA. (2020). What is Universal Design: 7 Principles)

Design como meio de comunicação eficiente de informações essenciais reforçando a sua legibilidade acima de condições ambientais ou suas competências de habilidade sensorial do utilizador. Informações que devem ser facultadas de forma tátil, visual e verbal e diferenciadas de modo a que possam permitir uma maior instrução e direção da comunicação.

Ex: Informações visuais com comunicação direta e inclusiva.



IMAGEM 31 - Informação visual sinal de trânsito luminoso.

Princípio 5: Tolerância para o erro

“The design minimizes hazards and the adverse consequences of accidental or unintended actions.”

(NDA. (2020). What is Universal Design: 7 Principles)

Uso do design como auxílio para a redução de riscos e erros não intencionais nas utilizações de objetos ou instalações. Fortificar utilização de avisos de perigo como recursos a estes e dar ênfase às ações conscientes de vigilância.

Ex: Instalação de corrimãos em escadas e rampas.

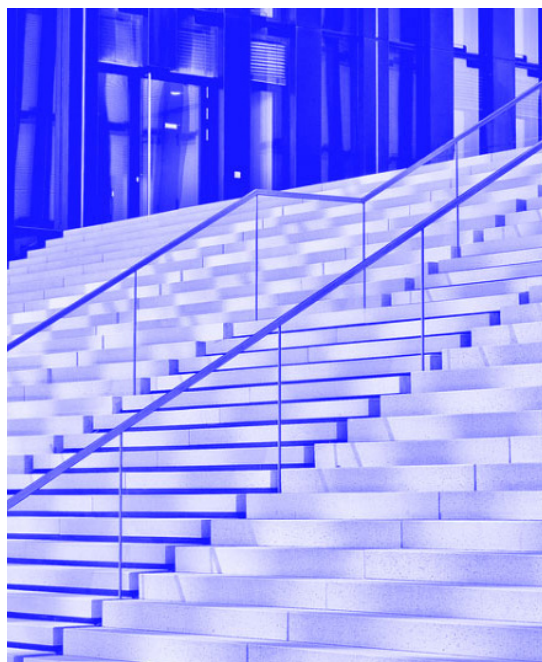


IMAGEM 32 - Instalação de corrimãos em escada.



IMAGEM 33 - Tecnologia de fácil acesso tanto a pé como de cadeira de rodas.

Princípio 6: Baixo Esforço Físico

“The design can be used efficiently and comfortably and with a minimum of fatigue.”

(NDA. (2020). What is Universal Design: 7 Principles)

Design utilizado de forma efetiva e ergonômica de modo a diminuir o mínimo de fadiga muscular na ação. Contribuir para o conforto das operações básicas diárias, mantendo uma posição corporal estável e minimizando o esforço físico.

Ex: Máquinas de utilização de fácil acesso tanto de pé como cadeira de rodas.



IMAGEM 34 - Instalação sanitária adequada a pessoas com mobilidade reduzida.

Princípio 7: Tamanho e Espaço para a abordagem e uso

“Appropriate size and space is provided for approach, reach, manipulation, and use regardless of user’s body size, posture, or mobility.”

(NDA. (2020). What is Universal Design: 7 Principles)

Uso do espaço de utilização e abordagem que estabeleça o necessário alcance de elementos importantes para qualquer usuário, estando sentado ou em pé, sem dispensar o conforto da ação. Fornecer espaço dimensional adequado para eventuais necessidades de mobilidade condicionada dos possíveis utilizadores.

Ex: Instalações sanitárias com dimensões adequadas para pessoas em cadeira de rodas.

No caso da habitação e formas de habitar consoante a inclusão e a igualdade social, reforça-se a promoção de condições de habitação acessíveis para toda a sociedade onde se garante a oportunidade de viver num ambiente digno.

Para além da criação de políticas habitacionais inclusivas, a criação de programas de casas acessíveis e a aplicação de regulamentações como o Decreto Lei nº. 163/2006, 8 de Agosto, são consideradas medidas desde o Design Inclusivo à Acessibilidade Universal que se baseiam na construção de residências acessíveis a pessoas com diversas necessidades com início do processo de design, desde a incorporação de rampas a corredores mais largos e instalações adaptadas.

Neste contexto, exploraremos casos de estudo que exemplificam a integração de princípios inclusivos no design arquitetónico, visando criar ambientes habitacionais que atendam às necessidades específicas e proporcionem uma qualidade de vida otimizada para os seus ocupantes. Cada caso de estudo será examinado sob uma perspectiva multidimensional, considerando as soluções arquitetónicas adotadas, as inovações tecnológicas implementadas e os impactos significativos na vida quotidiana dos residentes. Este estudo visa contribuir para a compreensão mais profunda e aprimorada do papel do design arquitetónico na promoção da inclusão e acessibilidade, estabelecendo um novo padrão para o desenvolvimento de habitações que acolham e sirvam a diversidade de seus habitantes.



Genaro House, s_estudio, Argentina

FICHA TÉCNICA:

Projeto: Genaro House

Ano de Construção: 2021

Arquiteto: s_estudio

Localização: Cordoba, Argentina

Área: 382m²

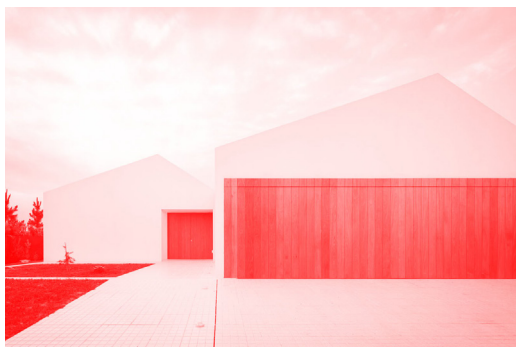


IMAGEM 35 - Fachada do volume da casa e sistema de persianas venezianas.



IMAGEM 36 - Vista exterior de acesso à piscina e jardim.

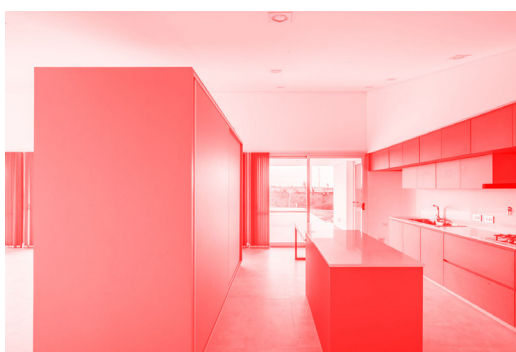


IMAGEM 37 - Zona da cozinha com vista para o exterior.

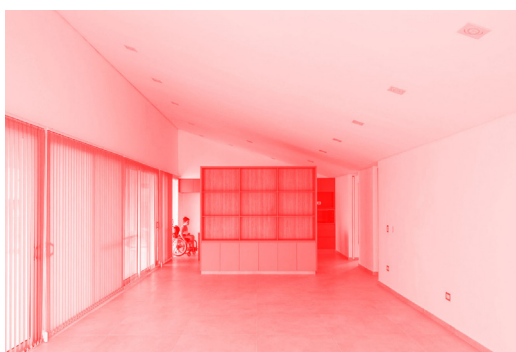


IMAGEM 38 - Volume da habitação com zona das funções sociais.

Com intuito de melhorar a qualidade de vida de um menino com deficiência chamado *Genaro*, o *s_studio* projetou a habitação, na Argentina, assegurando a acessibilidade e independência com reduzidos percursos no espaço e defendendo a privacidade.

A casa, de 382m², encontra-se num condomínio privado e é dividida em dois volumes que se interligam por um espaço de circulação no centro, caracterizado por duas clara-bóias. Os volumes são divididos consoantes as funções sociais ou privadas, onde o espaço social é o de maiores dimensões, orientado a norte, de teto inclinado. Apresenta uma sala de estar e jantar envidraçada, uma ampla cozinha e acesso direto para uma zona exterior e piscina. Na zona privada, a sul, encontram-se três quartos e uma sala de jogos.

Materialmente, os volumes com acabamentos cerâmicos rebocados e pintados de branco e telhados metálicos retratam a simplicidade para dar ênfase ao foco da funcionalidade. O sistema de persianas venezianas de madeira para proteção dos quatro lados da habitação.



IMAGEM 39 - Zona de circulação com acesso aos dois volumes da habitação.

IMAGEM 40 - Planta geral com visibilidade da distribuição de zonas.



INCLUSÃO NA MOBILIDADE

A questão da inclusão e conseqüente mobilidade, no presente caso de estudo, é visível logo no exterior da habitação quando se percebe que a mesma contém apenas piso térreo, facilitando na circulação de todos os habitantes, sobretudo pessoas que necessitem de apoio de cadeira de rodas, mas também possíveis visitantes que tenham outras condicionantes de mobilidade, sejam idosos ou pessoas que num determinado período de tempo tenham certas dificuldades.

A planta, com os seus traços simétricos e simplificados, ajuda na organização das zonas, como nos simples modos de circulação, o que faz com que os acessos a cada zona por pessoas de mobilidade condicionada sejam eficientes e transmitam a exata ergonomia espacial para qualquer inquilino, não obstruindo os essenciais modos de habitar em pleno conforto.

A simplicidade funcional da habitação é um auxílio na colocação de móveis ou objetos que interrompam a passagem, como, também, a boa área do espaço que facilita na organização das zonas.

Frank Lloyd Wright, Kenneth Laurent house, Rockford, Illinois

FICHA TÉCNICA:

Projeto: Kenneth Laurent House

Ano de Construção: 1951

Arquiteto: Frank Lloyd Wright

Localização: Rockford, Illinois

Área: 240m²



IMAGEM 41 - O pátio de acesso pela habitação.



IMAGEM 42 - Vista para o pátio do interior da habitação.



IMAGEM 43 - Alçado principal da casa.



IMAGEM 44 - Cadeira de rodas de Ken Laurent e a ergonomia do espaço aplicado.

Em 1946, *Ken Laurent* ficou paralisado da cintura para baixo, uma consequência da Segunda Guerra Mundial e, ao voltar para casa em Rockford, surgiam as dificuldades de adaptação da sua casa às novas necessidades tendo em conta o uso de cadeira de rodas.

Devido às adversidades apresentadas, o casal contratou *Frank Lloyd Wright* para a projeção de uma habitação adaptada às suas condições. *Ken* queria um espaço onde conseguisse ser autónomo sem incomodar possíveis convidados. Visto ser indispensável a experiência espacial de *Ken*, este e a esposa colaboram com *Wright* na execução do projeto.

O design da habitação foi todo considerado com base no olhar de *Ken*. Tendo em conta as medidas necessárias, projeta-se habitação perfeita. É pensado quando se senta, alturas de interruptores, móveis, maçanetas, até mesmo a altura de pé direito foi projetada com sentido de transparecer uma altura de conforto para o inquilino.

Esteticamente, a habitação segue o estilo discreto de *Frank Lloyd Wright*, com arcos curvos e linhas simples e as imensas janelas com vista para a natureza de modo a integra-la no design da casa. Acredita-se que o arquiteto não só cumpriu com as questões mecânicas para pessoa com mobilidade condicionada como garantiu uma realização emocional a *Ken*, permitindo-lhe que vivesse no seu lar com todo o conforto possível.

Não se pode deixar de enaltecer *Frank Lloyd Wright* pela perspicácia e inteligência projetual inovadora, décadas antes de haver legislações para a promoção de casas deste tipo.

O casal viveu toda a sua vida nesta casa e, nos dias de hoje, a habitação encontra-se aberta ao público como um museu, tendo em conta o desejo do casal de a conservar e proteger.

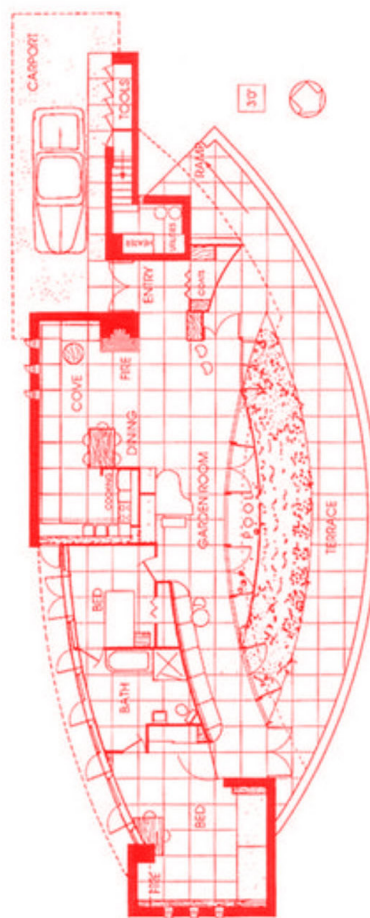


IMAGEM 45 - Planta geral habitação acessível de Ken Laurent e esposa.

INCLUSÃO NA MOBILIDADE

Neste caso de estudo, temos também a característica de um único piso térreo na projeção de uma planta oval que consta com paredes curvas em quase todas as zonas da habitação, contudo não impediu o arquiteto de conseguir uma organização de espaço acessível.

A sala com vista para o jardim, que atravessa todas as zonas da casa, faz a ligação entre elas e facilita assim a circulação, que se demonstra prática.

Um dos aspetos mais importantes neste projeto, quando se fala de inclusão, é a preocupação do arquiteto com os pormenores da habitação como a largura das portas, alturas de interruptores de luz e maçanetas, isto numa época em que pouco se abordavam as questões de condicionantes de mobilidade.

A inclusão do inquilino mostra-se, então, fundamental para o resultado desta habitação acessível.

Analisando os anteriores casos de estudo, percebemos uma abordagem inovadora e centrada nas necessidades específicas dos ocupantes, especialmente em situações complexas como a mobilidade condicionada. Tanto na Genaro House, concebida pelo s_studio na Argentina, como na residência adaptada de *Ken Laurent*, desenhada por *Frank Lloyd Wright*, testemunhamos exemplos de como o design e arquitetura podem ter um impacto transformador nas vidas das pessoas e no seu bem-estar.

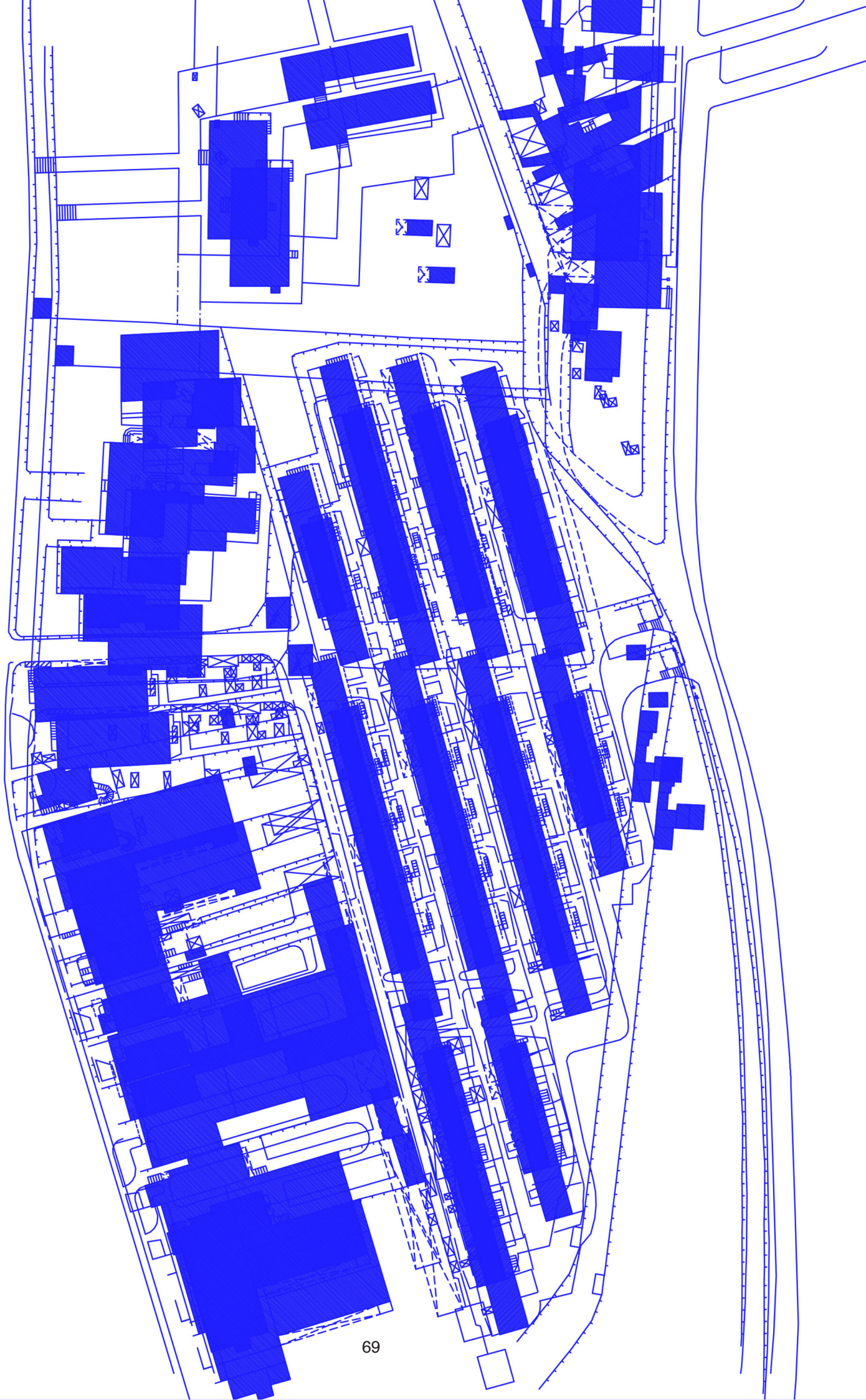
Na Genaro House, o s_studio ilustrou como a acessibilidade e a independência podem ser integradas de forma rigorosa no design, criando um ambiente que não apenas atende às necessidades físicas, mas também promove qualidade de vida. A estratégica divisão de espaços, a importância da luminosidade e a conexão com o ambiente externo revelam uma abordagem completa para a criação de uma habitação inclusiva.

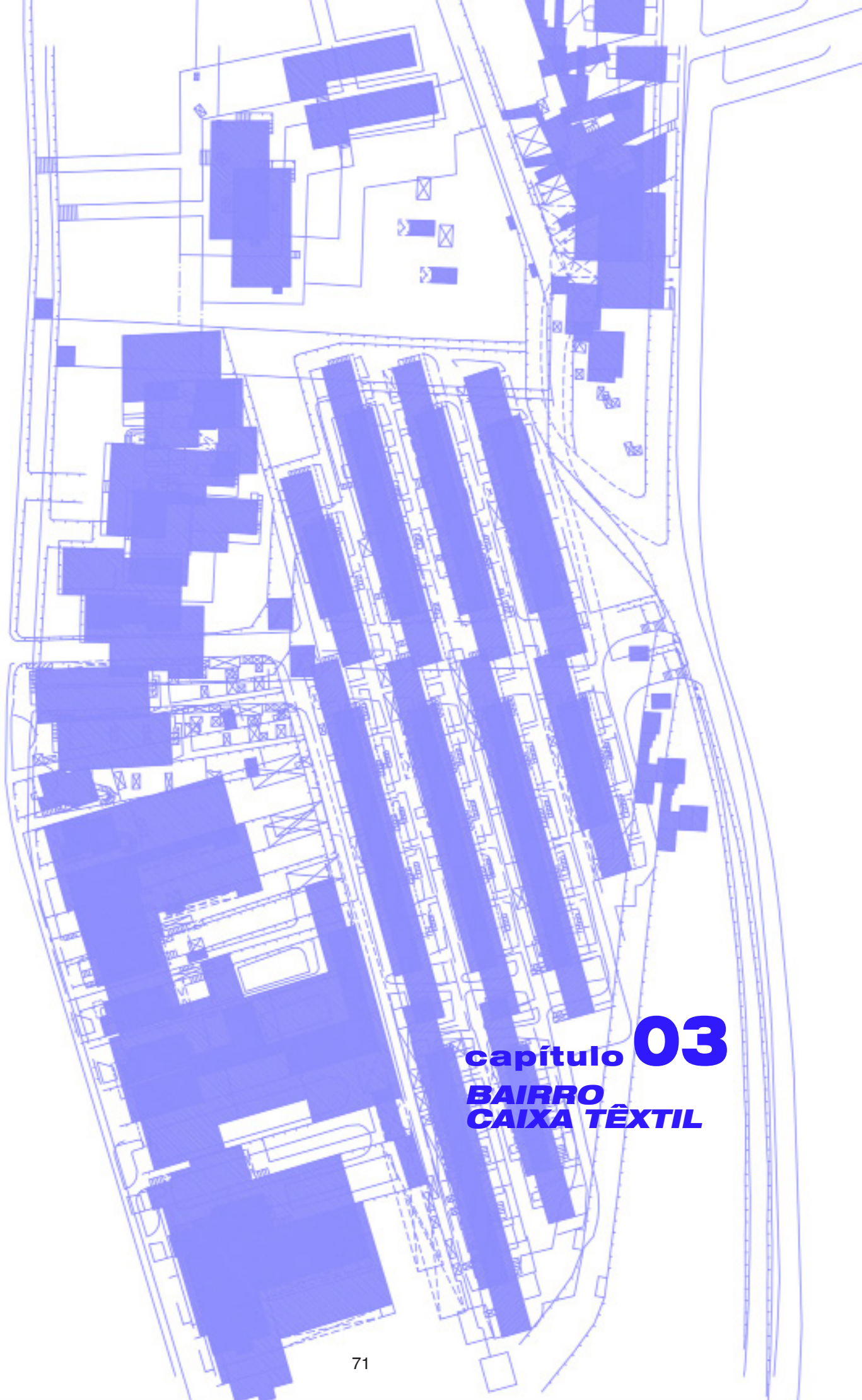
Na residência de *Ken Laurent*, *Frank Lloyd Wright* apresentou uma visão precursora da habitação adaptada, considerando não apenas os aspectos práticos, mas também os emocionais. Ao incorporar as preferências e as experiências espaciais de *Ken*, *Wright* estabeleceu um novo padrão de design inclusivo. A fusão entre estética e funcionalidade destaca a importância de contemplar não apenas as medidas físicas, mas também o impacto emocional na experiência habitacional.

Ambos os casos de estudo sublinham a relevância de uma colaboração entre arquitetos e habitantes. O envolvimento ativo dos moradores no processo de design é crucial para assegurar que as soluções propostas estejam verdadeiramente alinhadas com as suas vidas.

Ao embarcar num projeto de reabilitação de uma casa adaptada, podemos extrair lições valiosas desses estudos. A importância da funcionalidade, a consideração das necessidades específicas dos habitantes e a integração com o ambiente são princípios fundamentais. A compreensão da casa como um espaço dinâmico, capaz de evoluir com as necessidades em constante mudança dos seus habitantes, também é essencial para garantir o bom funcionamento das possíveis adaptações.

Deste modo, o projeto de reabilitação de uma casa adaptada a pessoas com mobilidade condicionada, deve ter em conta as normas e regulamentações, procurando sempre proporcionar um ambiente que promova o bem-estar e eleve a qualidade de vida dos seus habitantes.





capítulo 03
BAIRRO
CAIXA TÊXTIL

“Durante centenas de anos, a arquitetura viveu desta ideia de o arquiteto genial construir outro edifício incrível e icónico algures. No século XXI, isso está ultrapassado. Na maior parte da Europa, há imensos edifícios. Podíamos parar e aproveitar ao máximo aquilo que já temos.”

(Arquiteto Lázló Varga:RTP1- PLANETA A - “Cidades Sustentáveis”)

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO PROJETUAL

Tendo em consideração as preocupações sociais da cidade para com a sociedade e a responsabilidade de fazer parte da solução, o princípio projetual começa pela reabilitação em conjuntos habitacionais de génese social já existentes.

O papel do designer de interiores, nas questões da habitação social, privilegia o equilíbrio da organização, ergonomia e economia espacial como as relações do homem com o espaço, rentabilizando o mesmo e adaptando-o às insuficientes condições que por vezes se encontram.

A habitação social é, por vezes, vista pelos demais como um local de rejeição. Há uma caracterização impulsivamente indesejada, enraizada nos cidadãos desde os inícios da construção da sua urbanização. Os estados degradantes e falta de condições de vida de muitos bairros sociais influenciam a continuação deste paradigma social. No entanto, o inquilino de uma habitação de carácter social, apesar dos seus baixos rendimentos, tem o direito de usufruir de uma condição sustentável de vida e consecutiva habitação.

Todo o ser humano tem direito a beneficiar de recursos base de vida, como explícito no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos onde se encontra declarado que “Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar, assim como à sua família, saúde e bem-estar, principalmente no que diz respeito à alimentação, ao vestuário, alojamento, assistência médica e ainda aos serviços sociais necessários...” (Nações Unidas: Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental: DUDH, artigo25).

O contexto da casa tem evoluído ao longo dos tempos com a evolução das necessidades primordiais do homem. Em Portugal, muitos dos bairros sociais habitados atualmente, foram construídos num contexto social onde as preocupações espaciais do habitar podem ser insuficientes com as atuais necessidades e apelos da sociedade. De modo a responder às recorrentes carências de políticas habitacionais de forma sustentável, o projeto defende a reabilitação dos conjuntos habitacionais, com intuito de recuperar uma consciência do valor do espaço urbano.

A reabilitação tornou-se num tema indispensável no que diz respeito às políticas de conservação, qualificação ambiental, desenvolvimento sustentável, organização do território nacional e até preservação do património. Assume o desenvolvimento urbano interligado à promoção da sustentabilidade, intervindo também nas áreas periféricas da cidade. Conduzido por uma perspectiva ética e seguindo como ponto de partida metodológico, o presente projeto abraça a MatosinhosHabit no estudo projetual para o desenvolvimento de conscientes resoluções habitacionais tendo em consideração o estudo das necessidades sociais da possível população em questão e a instrução de uma metodologia inclusiva no desenvolvimento da reabilitação e emancipação social, tendo como proeminente as necessidades básicas da qualidade de vida humanitárias.

3.2 MatosinhosHabit

A MatosinhosHabit é uma instituição que se fundamenta no direito à habitação, abrangendo a reabilitação urbana e a resolução integral de questões habitacionais para todos os cidadãos. Além de gerir o património municipal de Matosinhos, tem a responsabilidade de desenvolver projetos de inserção social e mantém uma constante preocupação com a estabilidade e a qualidade de vida da população no que diz respeito à habitação.

Missão: Providenciar habitação digna para todos os cidadãos de Matosinhos.

Visão: A execução de Programas Habitacionais, o apoio à construção, construir e adquirir habitações de custos controlados, celebrar acordos entre entidades parceiras, gestão integral do parque habitacional e a promoção de uma estrutura organizativa multidisciplinar, flexível e competente.

Valores: Criatividade - Inovação - Transparência - Proximidade – Rigor
(MatosinhosHabit(s.d.), Informação. Retirado em Fevereiro 7, 2023 de <https://www.matosinhoshabit.pt/pages/425>)

HISTÓRIA MatosinhosHabit

A história da MatosinhosHabit está relacionada com um significativo crescimento populacional do município de Matosinhos que resultou na propagação de ilhas, barracas e demais soluções de habitação, no decorrer da década de 1960.

Surge como consequência da consciência da prioridade em resolver questões habitacionais e do território municipal em progressivo crescimento, destacando a importância de orientar a gestão do parque habitacional e a organização das famílias provenientes da habitação carenciada.

Surge como instituição multidisciplinar dedicada a resolver as diversas questões sociais e habitacionais do município a qual, em 1998, recebe aprovação por parte da Câmara Municipal de Matosinhos. Deste modo, surge a MatosinhosHabit – Empresa Municipal de Habitação de Matosinhos, encarregada da gestão patrimonial social e financeira do edificado no território do município.

A área residencial administrada pela MatosinhosHabit abrange as seguintes freguesias da cidade de Matosinhos: Senhora da Hora, São Mamede de Infesta, Custóias, Perafita, Guifões, Leça do Balio, Leça da Palmeira, Santa Cruz de Bispo e Lavra. O Bairro da Caixa Têxtil encontra-se localizado na freguesia de S. Mamede de Infesta

S. MAMEDE INFESTA

S. Mamede de Infesta, até 1835, fazia parte das freguesias de Santa Maria de Leça do Balio e era conhecida por sua marcante paisagem rural, que gradualmente cedeu espaço devido à expansão contínua da industrialização urbana.

A história e o desenvolvimento da cidade estão relacionados com a disposição geográfica da localidade. O potencial da sua localização, numa das principais saídas da cidade do Porto influenciou a edificação de indústrias em crescimento, sobretudo na área do têxtil.

Com a industrialização do sector e o desenvolvimento do mesmo, surge a necessidade de construção de habitações de modo a assegurar condições para os operários permanecerem perto dos locais de trabalho, como o caso do Bairro da Caixa Sindical de Previdência do Pessoal da Indústria Têxtil. Contudo, a falência destas indústrias levou à degradação de várias habitações deste bairro onde se encoraja com o presente projeto a reconstrução de moradias provenientes do pensamento social acessível e inclusivo. (União de Freguesias de São Mamede de Infesta e Senhora da Hora, 2017)



IMAGEM 46 - Planta geográfica concelho de Matosinhos.

3.3 HISTÓRIA BAIRRO CAIXA TÊXTIL

O Bairro da Caixa Sindical de Previdência do Pessoal da Indústria Têxtil, atualmente conhecido como Bairro da Caixa Têxtil, localizado na zona de São Mamede Infesta, foi construído perante o programa nacional de “Habitações Económicas” impelido pela Federação de Caixas de Previdência (HE-FCP) entre 1947 e 1972. Os quatro módulos distribuídos em dois pisos onde incluem 155 fogos, voltados a nascente-poente, estruturam-se perpendicularmente ao alinhamento da rua principal. Seguem o declive do terreno através de desníveis entre os fogos rematados por variadas galerias projetadas de forma decrescente, aproximando-se mais do chão.

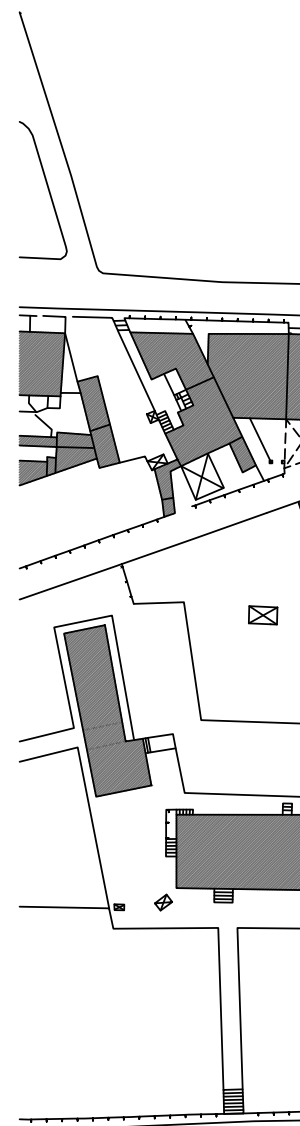
De apenas 6 metros de largura com duas frentes, os fogos com mínimas dimensões contêm um aproveitamento interior através de transições diretas entre as divisões, sem espaços de distribuição. Materialmente, apresenta uma cobertura revestida com chapa ondulada e zincada, num sistema construtivo em betão armado. A sua estrutura é visível e forma uma grelha branca com o enquadramento das vibrantes janelas salientes e a demarcação da entrada, contrastando com os tons claros dos planos recuados de cada estância. As tipologias variam de T2, T3 duplex e T4, com acessos diretos ou não, variando também por percurso em escada ou nível sendo que a passagem das habitações para o exterior é realizada através de um espaço intermédio exterior no qual o piso é definido pelo pavimento rematado pelos muros baixos em pedra, estendendo o espaço da habitação.

Inicialmente, o arquiteto *Germano de Castro Pinheiro* projetou um conjunto de três construções de uso comunitário, sendo estas um parque infantil, um edifício de comércio e um lavadouro comunitário que acabou por ser o único a edificar-se.

As tipologias permaneceram maioritariamente habitadas, com a apropriação dos utilizadores que foram modificando e ampliando informalmente os fogos.

Este projeto habitacional integra o Guia da Arquitetura Moderna e foi analisado no International Association for Housing (IAHS) em 2012 em Istambul pelo arquiteto *João Ascensão* e engenheiro *Vitor Abrantes* com o título «Social Housing Rehabilitation of Portuguese Modern Movement and the Quarter of Bairro da Caixa Têxtil» subornado ao tema geral da edição *Visions for the Future of Housing: Mega Cities*. (Pinheiro, G. C. in Proposta de monografia sobre a obra completa do arquiteto Germano de Castro Pinheiro [1913–1992]. (2015).)

- TIPOLOGIA T2
- TIPOLOGIA T3
- TIPOLOGIA T3 DUPLEX



Germano de Castro Pinheiro

Nascido a 10 de Abril de 1913, *Germano de Castro Pinheiro* foi um arquiteto português de referência pela sua prestação de serviços na área do urbanismo, construção e reabilitação principalmente em projetos sociais de saúde, hotelaria, comércio, indústrias, habitações uni e plurifamiliar.

Em 1946, o arquiteto recebeu a sua primeira encomenda da Caixa de Previdência da Indústria Têxtil para a construção da “Pensão Pão de Açúcar” na Rua Ramalho Ortigão, no Porto. Esse foi o marco inicial de um conjunto de dezessete projetos que ele realizaria nesse contexto até o ano de 1971. A Caixa de Previdência desempenhou um papel fundamental como um dos principais incentivadores do trabalho de *Germano*, proporcionando a oportunidade de desenvolver e concretizar projetos para instalações públicas numa área geográfica mais ampla. A compreensão territorial e social do arquiteto eram os seus pontos fortes de personalidade e profissionalidade no âmbito da projeção e desenvolvimento público e de habitação social onde correspondia de forma prática com os seus valores éticos.

“Numa época em que a “liberdade” tinha um significado diferente do de hoje e que para alguns ainda era um privilégio, está-se em crer que este cidadão do mundo tirou o máximo partido dos grandes debates que pautaram a época, o que se retira como consequência que também na Arquitetura a sua posição teria de ser de interesse e de reflexão.” (Pinheiro, G. C. in Proposta de monografia sobre a obra completa do arquiteto Germano de Castro Pinheiro [1913–1992]. (2015). p.28)



IMAGEM 47 - Planta Bairro Caixa Têxtil.

3.4 PÚBLICO-ALVO



Tipologia 1 - habitação destinada a pessoa com mobilidade condicionada, garantida total autonomia.



Tipologia 2 - habitação destinada a pessoa com mobilidade condicionada, com necessidade de cuidador por falta de autonomia.



Tipologia 3 - habitação destinada a um casal, no qual uma das pessoas com mobilidade condicionada, garantida total autonomia.

O estudo do design inclusivo e social requer uma investigação aprofundada e uma abordagem social completa para alcançar a igualdade social, garantindo que todas as pessoas possam habitar um espaço, independentemente das suas capacidades cognitivas ou físicas.

As necessidades e direitos do ser humano centralizados no projeto da habitação. São estudadas três possíveis tipologias de habitar o espaço e seus respetivos modos de habitar.

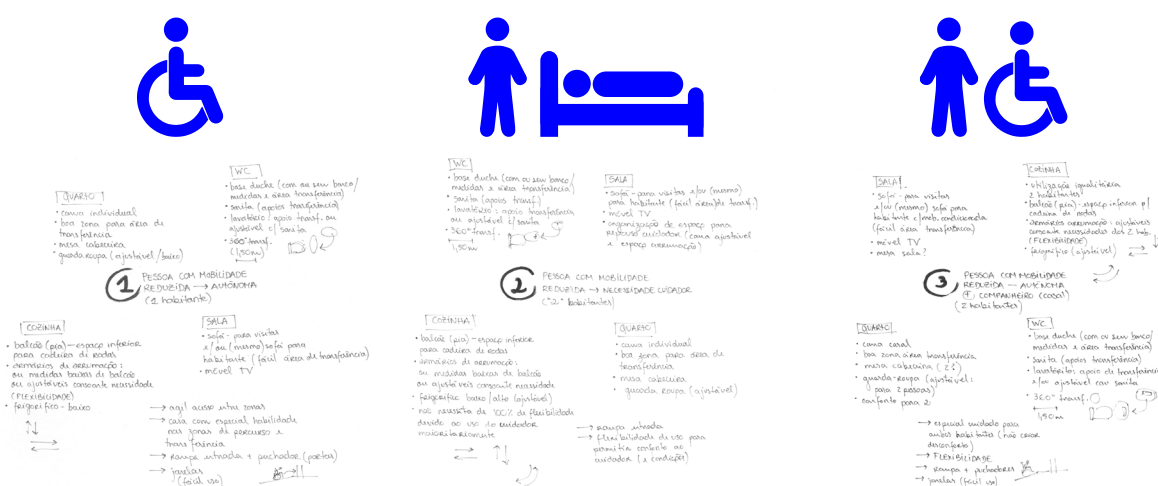


IMAGEM 48 - Estudos necessidades tipologias.

3.5 ANÁLISE DA PRÉ-EXISTÊNCIA

O objeto de estudo analisado para o desenvolvimento do projeto consiste no espaço habitacional de um bairro social, considerando a sua pré-existência. Neste caso, a reconstrução concentra-se no interior do espaço e apenas nos acessos ao mesmo do exterior, preservando a sua identidade exterior.

No esquema que segue, apresenta-se a localização das intervenções feitas e reestruturação das áreas de habitação. De um modo geral e consoante o estudo de mobilidade na utilização de zonas habitacionais o projeto base é focado no open space com a flexibilidade do mobiliário.

Dados técnicos gerais:

Área: 34,38 m²

Altura pé direito: 2,60m

Nova proposta: pé direito 2,40m após aplicação de teto falso.

A - Acessos à habitação: as duas entradas previstas são feitas por um degrau no seguimento de um caminho térreo.

Nova proposta: construção de rampa principal até 6% de inclinação para possibilitar o uso autónomo de entrada por uma pessoa com mobilidade condicionada.

B - Pilares e viga de estruturação do edifício: dois pilares e viga localizados no centro da habitação, envolvidos nas paredes do espaço.

Nova proposta: utilização da viga como apoio à **sustentação** de portas de correr, mantendo visível a existência dos pilares consoante utilização do espaço.

C - Rede abastecimento de águas: rede de abastecimento de águas a circundar as zonas da cozinha e instalações sanitárias.

Nova proposta: expansão da rede de abastecimento de águas para nova localização de instalações sanitárias.

D - Zonas interior da habitação:

Cozinha: zona com 6,21 m², ligação direta à entrada secundária da habitação.

Nova proposta: manter a localização com acessos diretos.

Quarto1: zona com 7,50 m² e entrada de luz por janela.

Nova proposta: excluir quarto da habitação para utilização de área nas zonas necessárias.

Quarto2: zona com 7,37 m² e entrada de luz por janela.

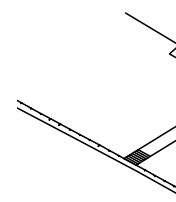
Nova proposta: manter a localização do quarto, redimensionar área e dotar o espaço de ligações diretas à restante habitação.

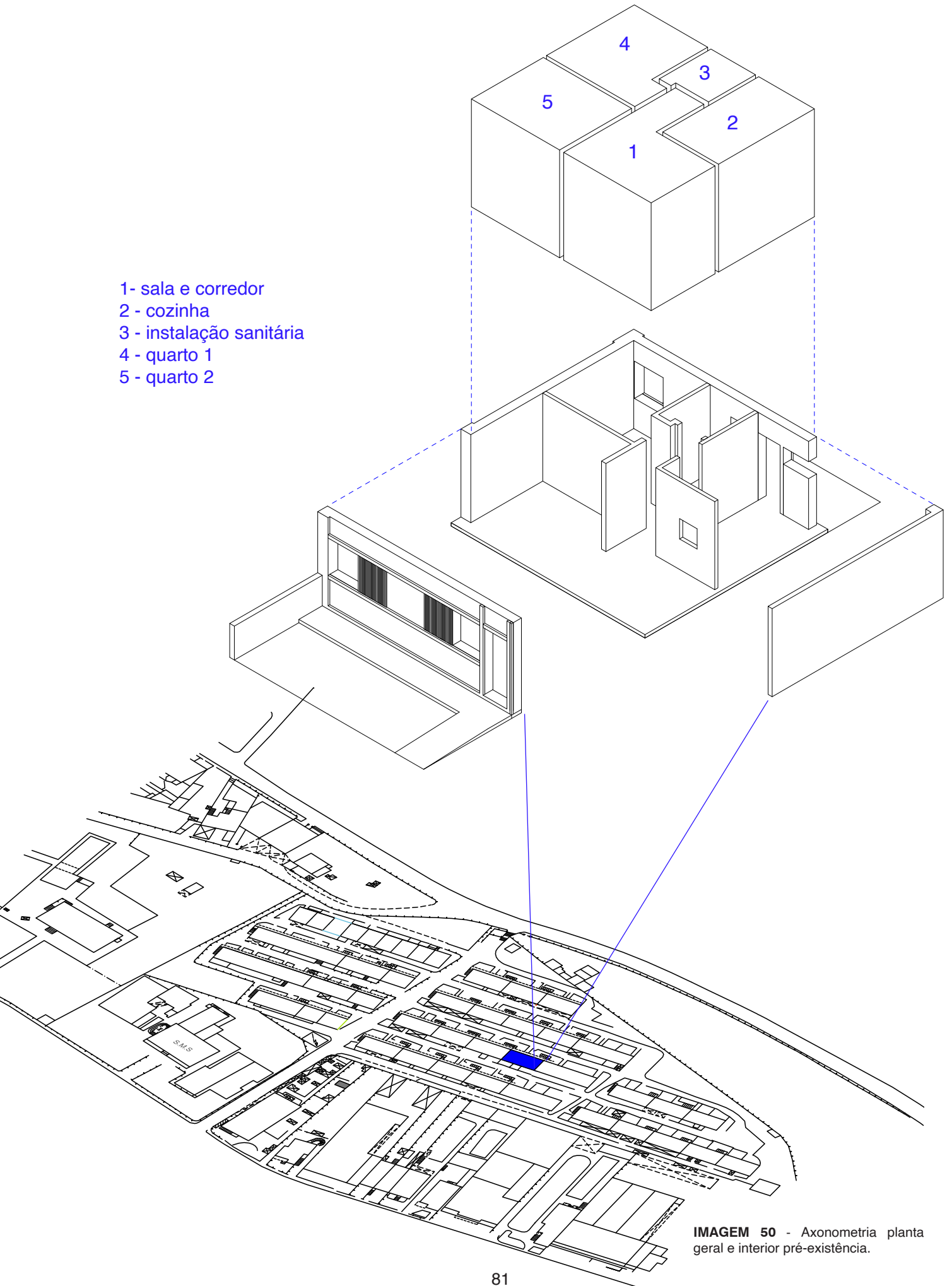
Sala: zona ampla com 6,50 m², ligação direta da entrada principal da habitação e existência de corredor de ligação às outras áreas da habitação.

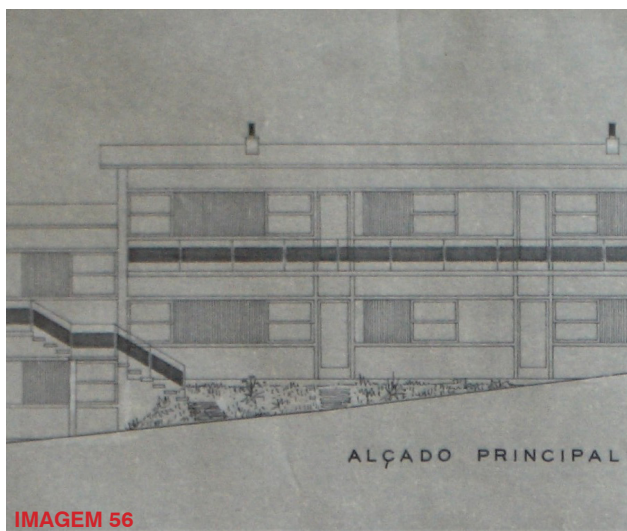
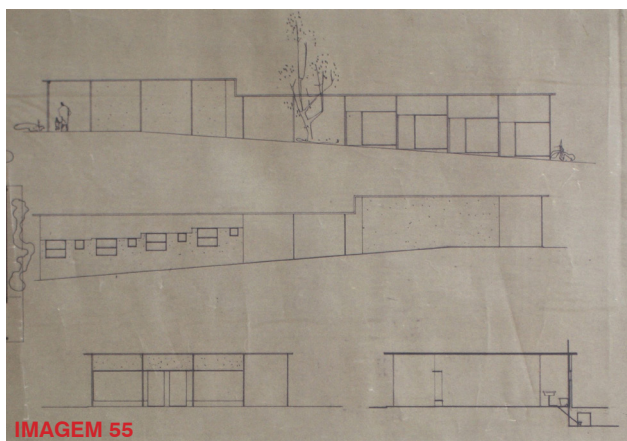
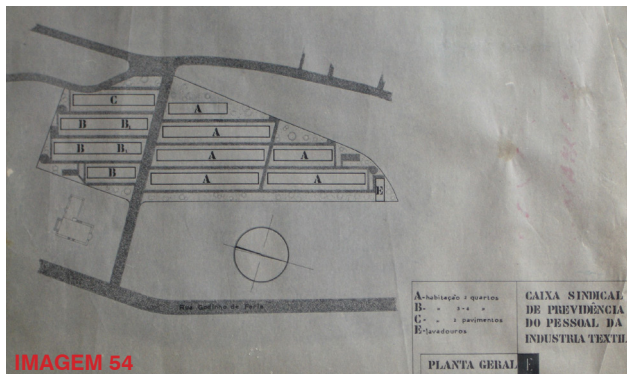
Nova proposta: manter localização.

Instalação Sanitária: zona com 2,67 m²

Nova proposta: aumentar as dimensões da instalação sanitária para que possibilite a rotação de 360 graus da cadeira de rodas. Expandir rede de abastecimento de águas, consoante ampliação do espaço.







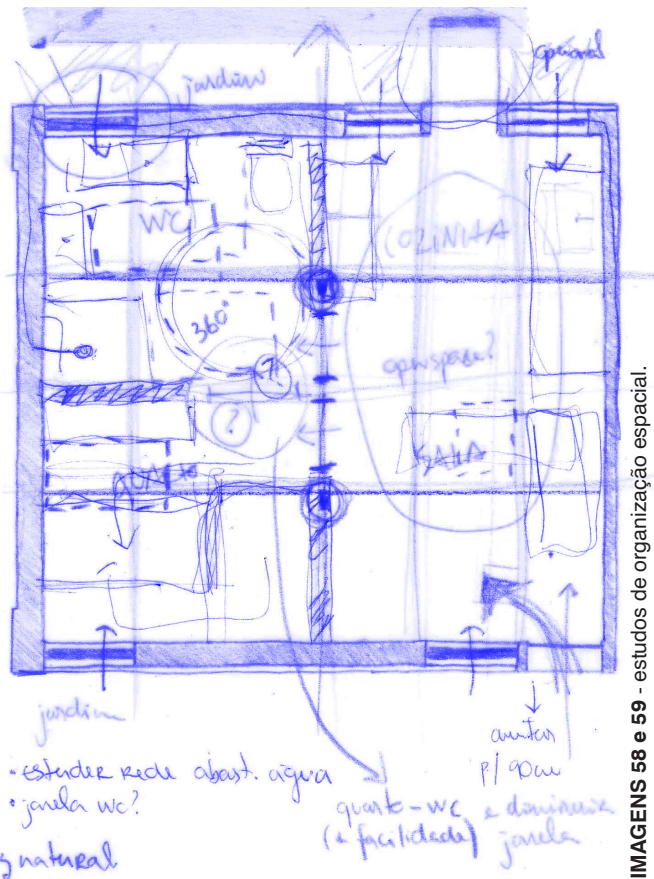
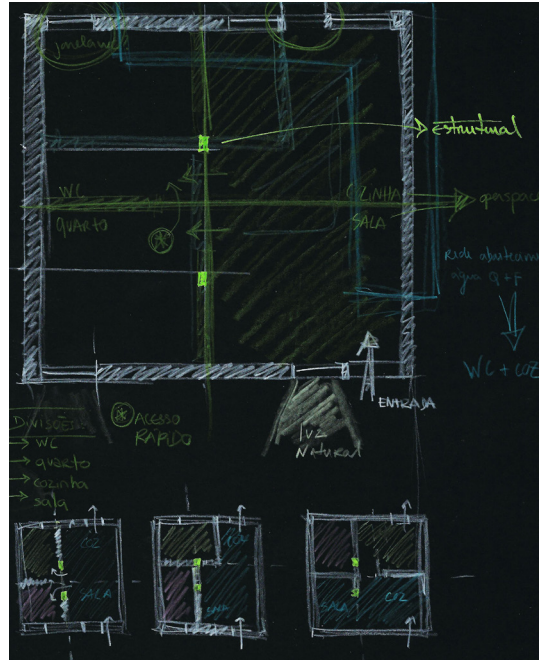
IMAGENS 51 a 53 - fotografias exterior habitação.

IMAGENS 54 a 56 - desenhos técnicos originais projeto Germano Castro Pinheiro.

3.6 PROGRAMA

Foram delineadas as áreas da habitação para um espaço de área reduzida, com o conceito de “open space” e flexibilidade como ponto de partida do projeto, sempre com a possibilidade de extensão de uso do espaço pelo utilizador. A ideia de uma arquitetura de interiores, planificada pelo mobiliário, e que identifica as zonas e o uso do utilizador.

O projeto identifica-se pela necessidade de zonas fixas, com auxílio do mobiliário flexível em algumas áreas, para aproveitamento e mobilidade do espaço conforme as suas funções. Devido à limitação das dimensões espaciais da habitação, foi necessário projetar 3 layouts de quarto diferentes para cada perfil de utilizador.



IMAGENS 58 e 59 - estudos de organização espacial.

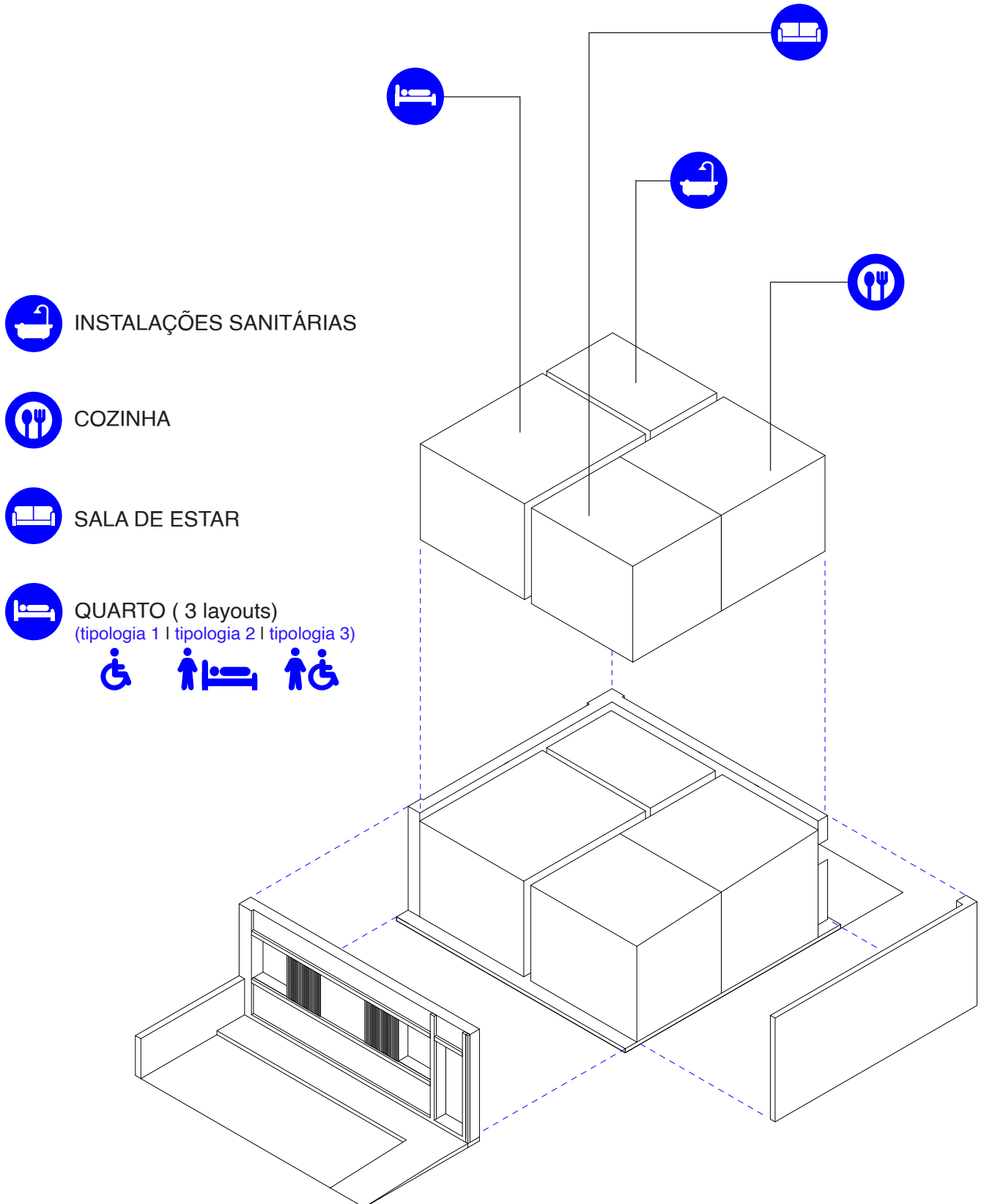
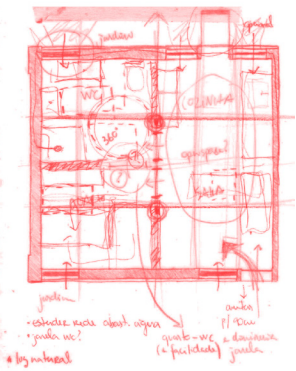
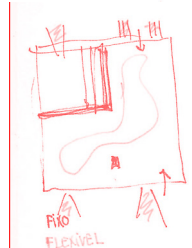
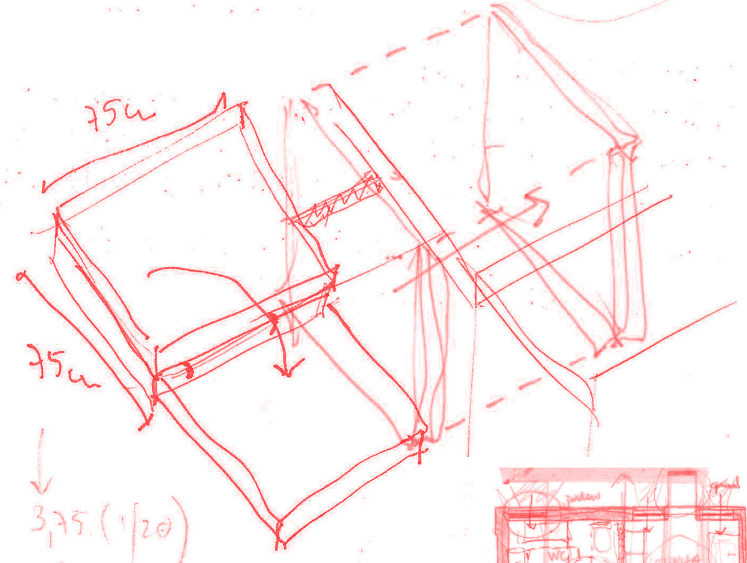
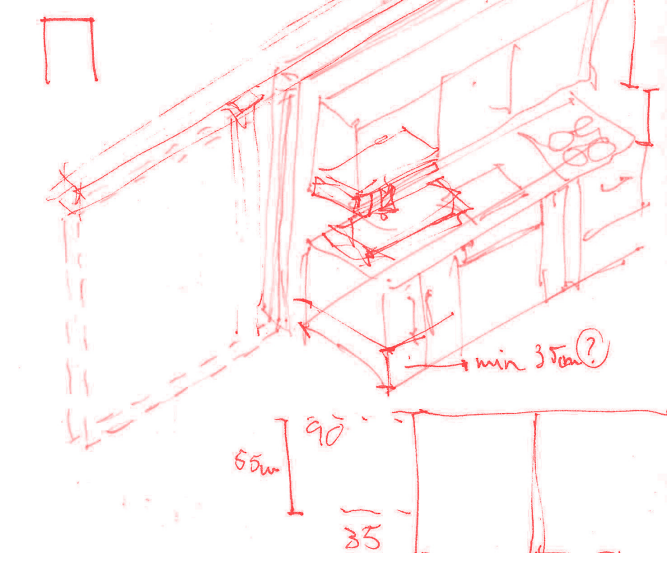
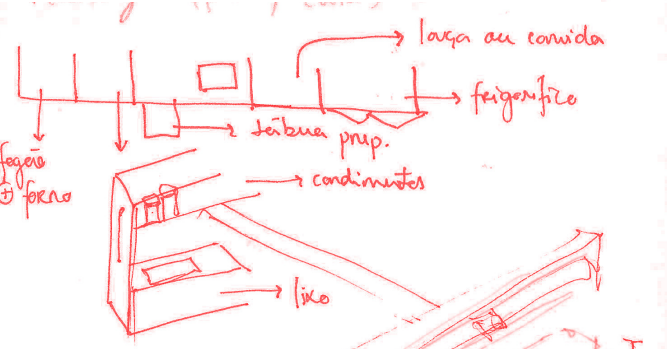
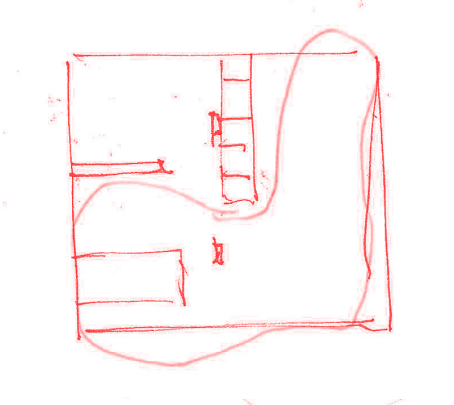
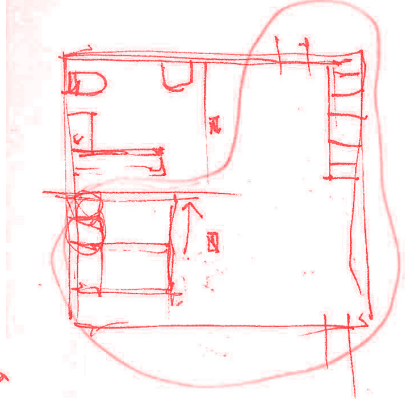
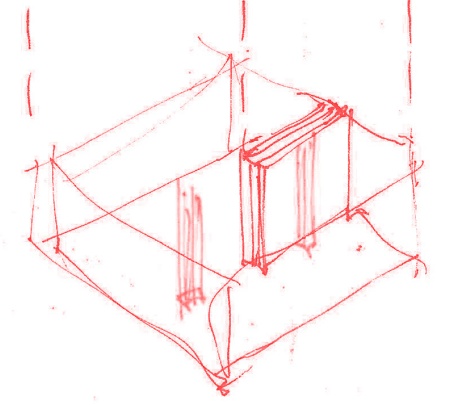
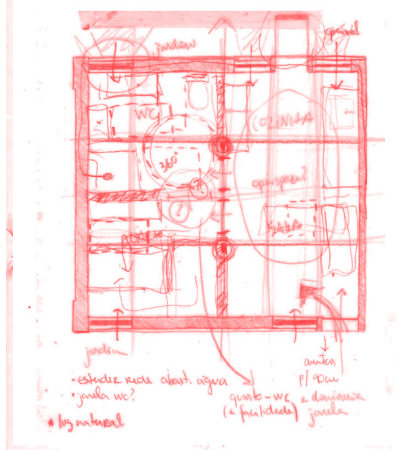
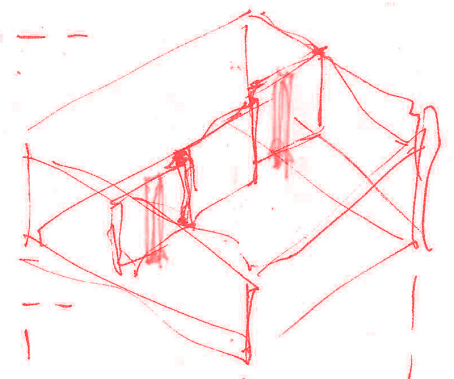
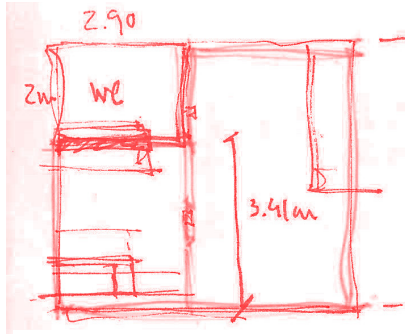
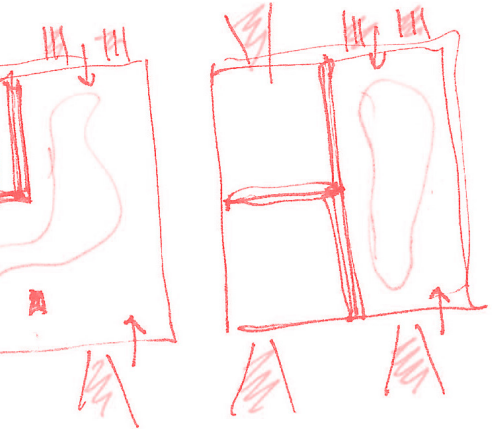
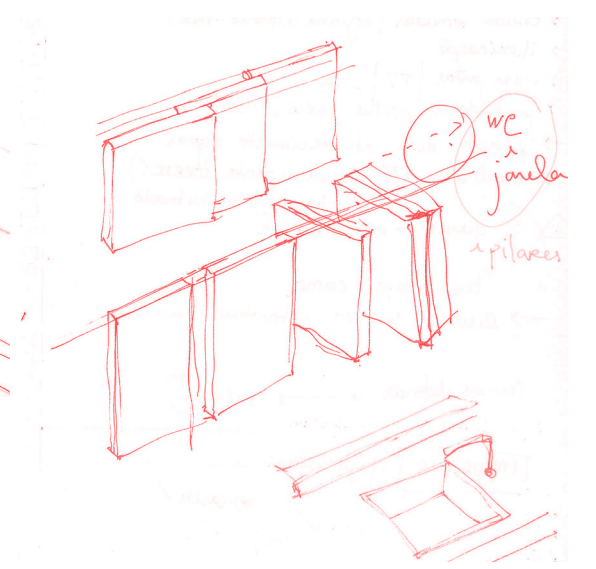


IMAGEM 60 - axonometria layout organização espaço.



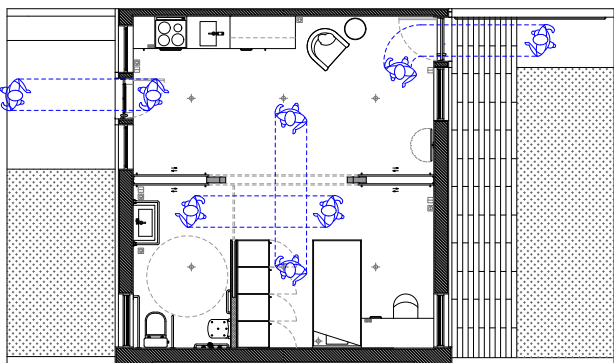
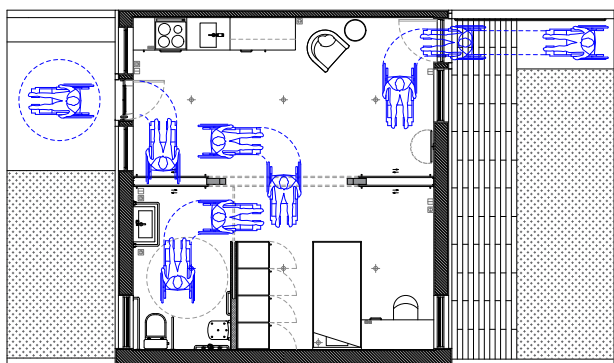
3.7 LAYOUT: desenhos técnicos

O layout apresentado na presente imagem identifica a disposição interior da habitação e do mobiliário, o percurso do utilizador com mobilidade condicionada pela entrada principal e pela entrada secundária, bem como a circulação, também por ambas as entradas, para o utilizador sem necessidades especiais.

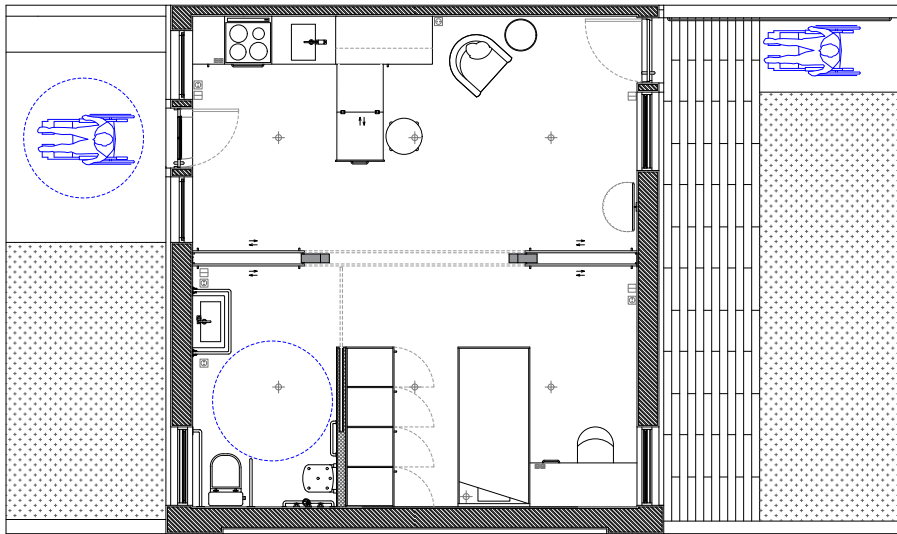
O espaço destinado às instalações sanitárias, com uma área mínima de 5 m², contém todos os serviços necessários às funções de higiene, com possibilidade de utilização pelo utilizador, bem como de rotação de 360° para a pessoa com mobilidade condicionada. Como delimitação de área que serve de auxílio ao serviço da base de duche, foi implementada a única parede divisória no espaço entre a instalação sanitária e o quarto.

O quarto, com uma área mínima de 10m², destina-se a um uso mais privado. Conforme as tipologias apresentadas na imagem seguinte, o layout 1 dispõe de um quarto com cama de solteiro, junto de uma secretária de um lado e, do outro lado, um roupeiro, que se encontra igualmente em todas as tipologias. O layout 2 apresenta-se de forma semelhante ao anterior, com o acréscimo de uma cama extra com sistema de abertura, para uso quando necessário. O layout 3 apresenta-se com uma cama de casal no centro e uma mesa de cabeceira, retirando a secretária.

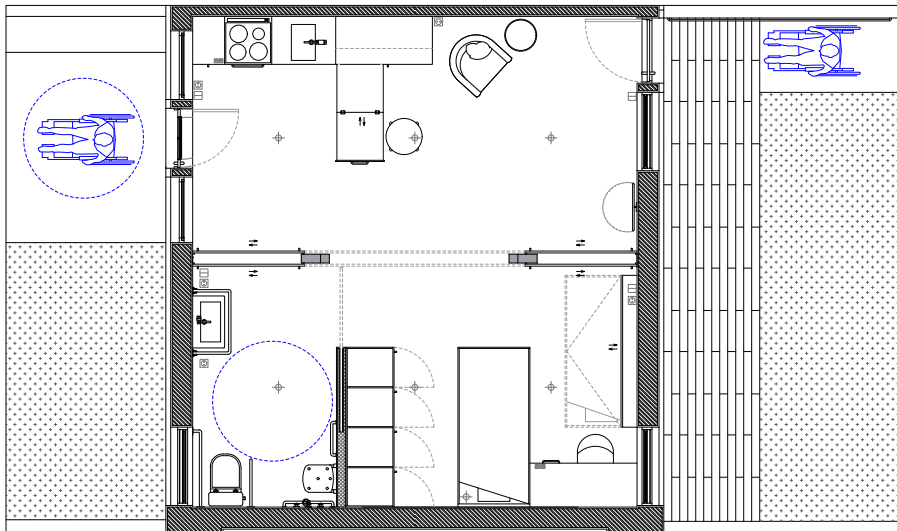
Com a possibilidade de unificar a área do quarto, a zona destinada ao lazer, ou seja, a sala, está diretamente ligada à entrada principal da habitação e à cozinha. O posicionamento flexível do mobiliário nesta área reflete um design inclusivo para atender às necessidades de cada utilizador. As portas de correr, utilizadas como divisória central da habitação, são a principal escolha para proporcionar a privacidade desejada entre as diferentes zonas.



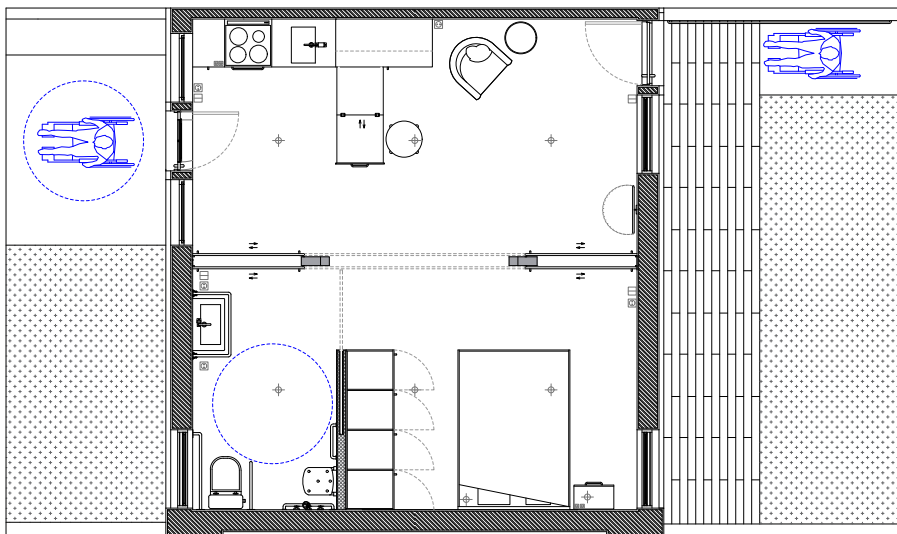
PLANTAS DE PERCURSOS E CIRCULAÇÃO



LAYOUT 1

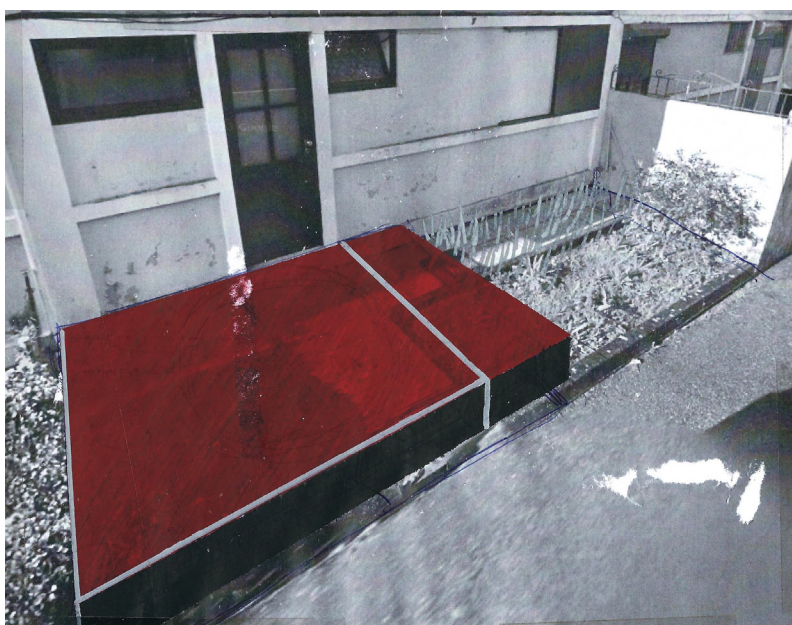
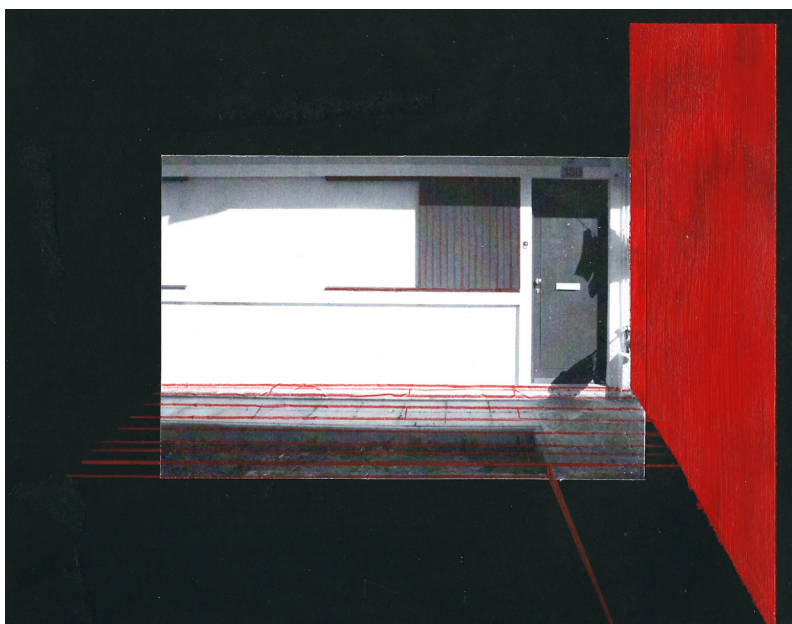


LAYOUT 2

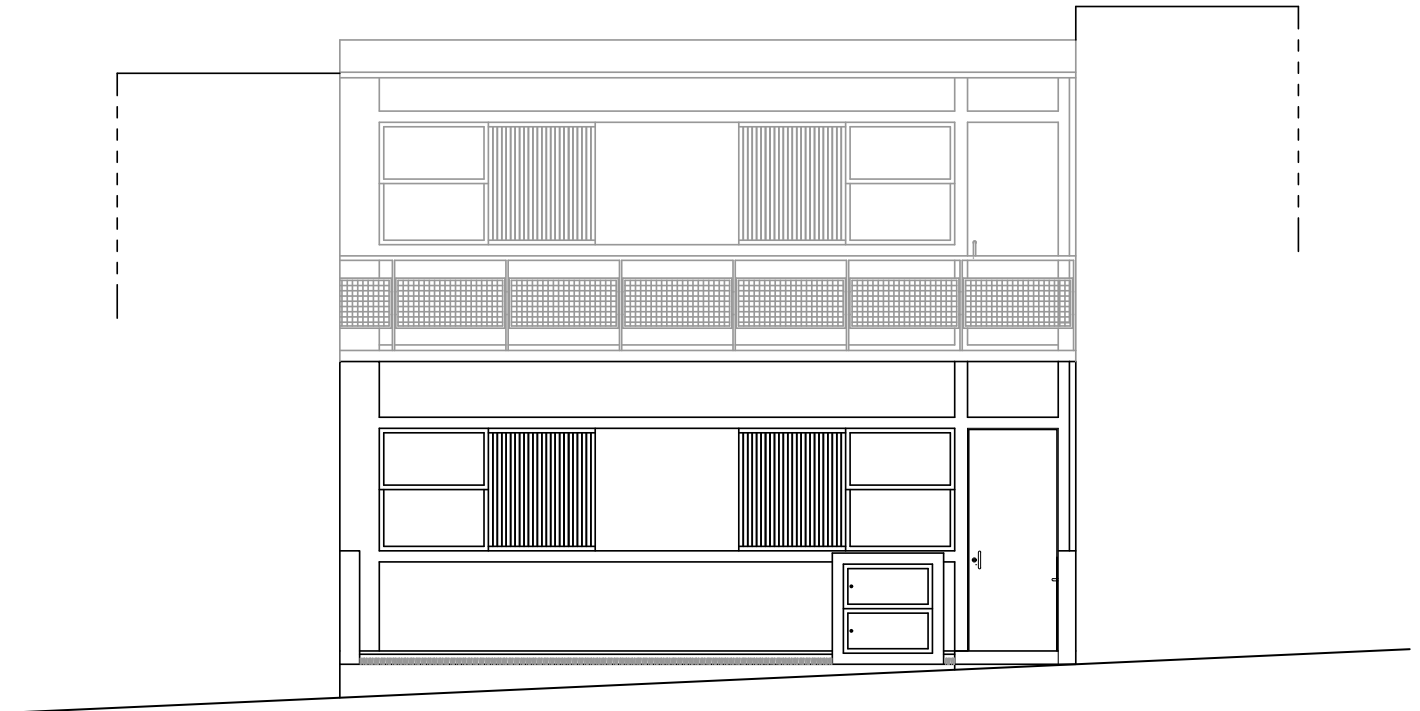


LAYOUT 3

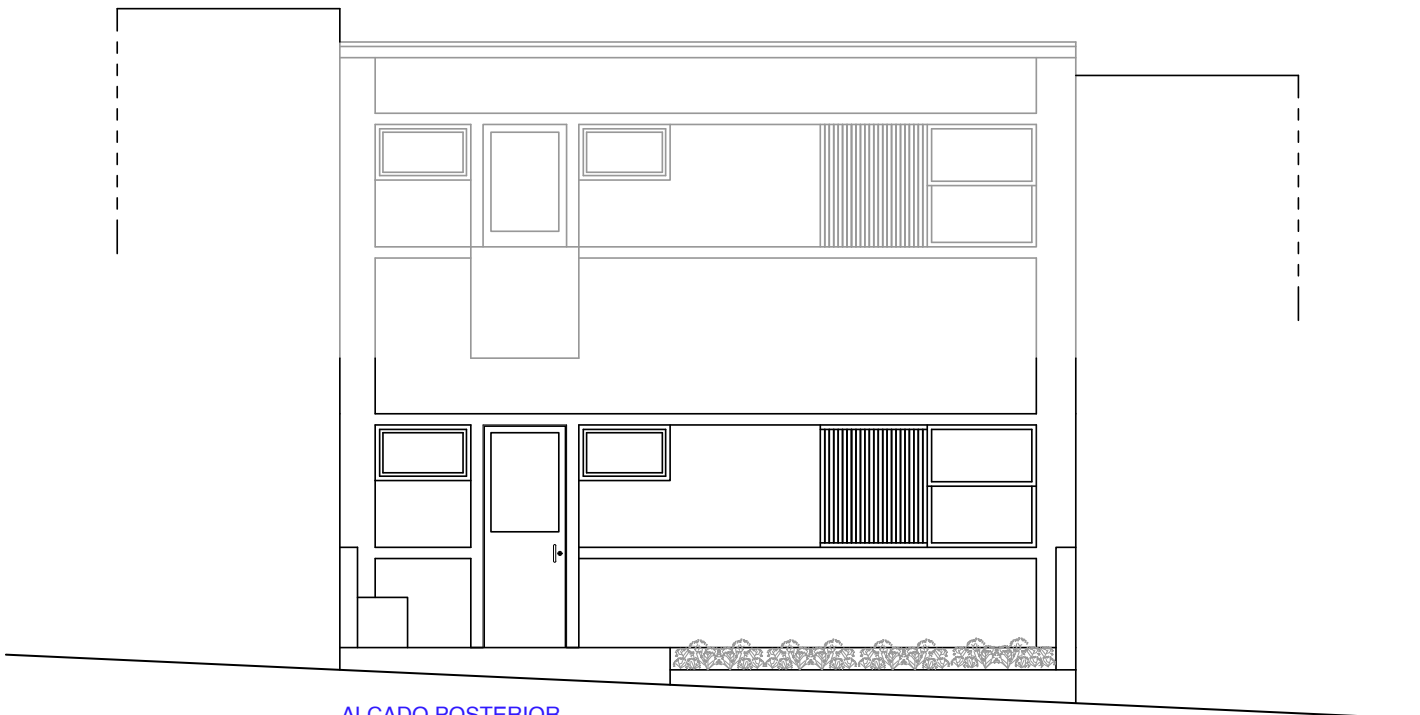
Os alçados da habitação são o reflexo da continuação da pré-existência no projeto. O alçado frontal identifica-se pela zona de entrada acessível para pessoas com necessidade de utilização de cadeira de rodas com a implantação de uma rampa que cumpre com a inclinação decretada consoante normas ergonómicas. O alçado posterior sofre algumas alterações a nível de piso devido à criação de uma zona de estar exterior com acesso direto à habitação.



ESTUDOS ENTRADAS NA HABITAÇÃO



ALÇADO FRONTAL

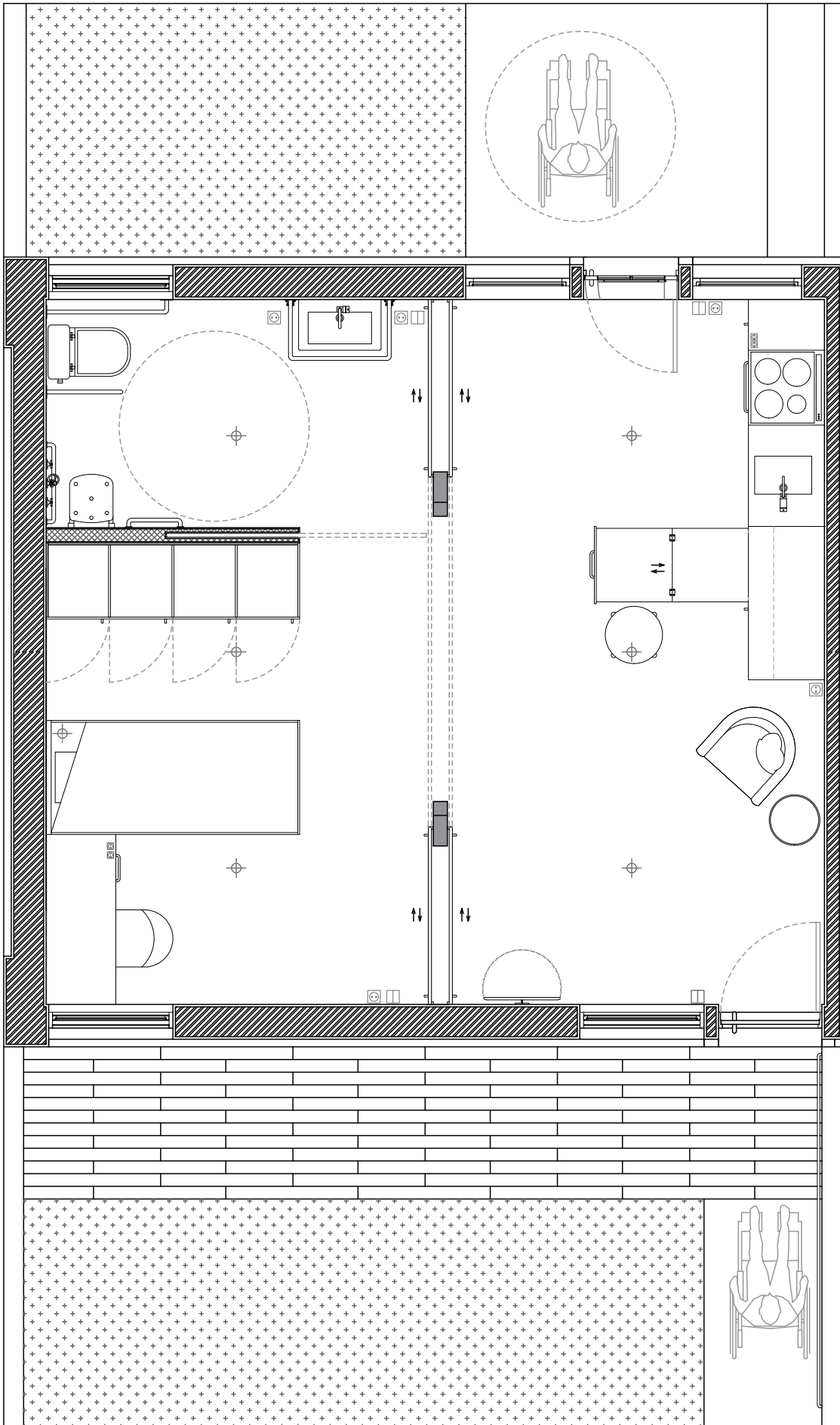


ALÇADO POSTERIOR



LAYOUT 1: planta

Tipologia 1 - habitação destinada a pessoa com mobilidade condicionada 100% autónoma

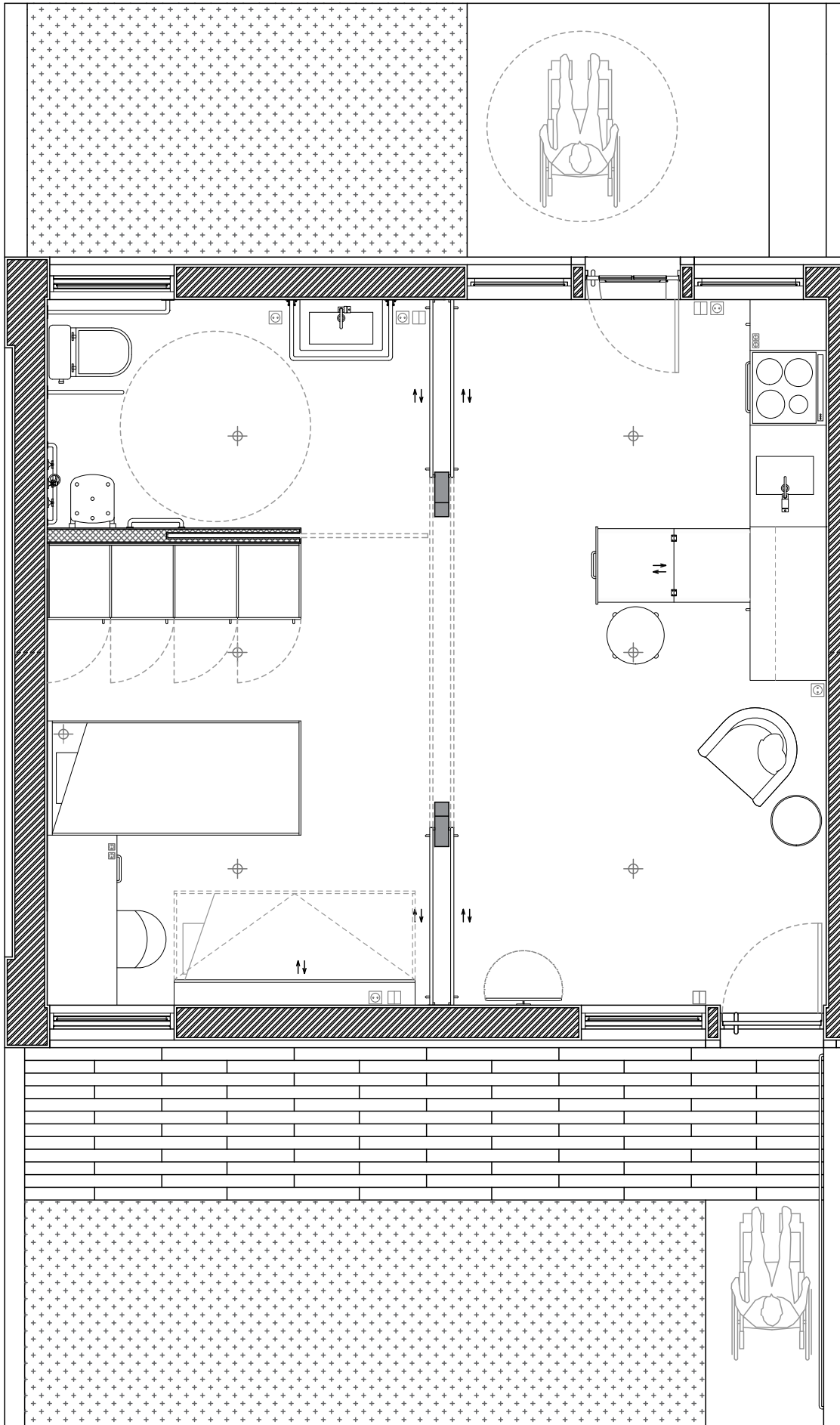


PLANTA 1



LAYOUT 2: planta

Tipologia 2 – habitação destinada a pessoa com mobilidade condicionada, com necessidade de cuidador por falta de autonomia

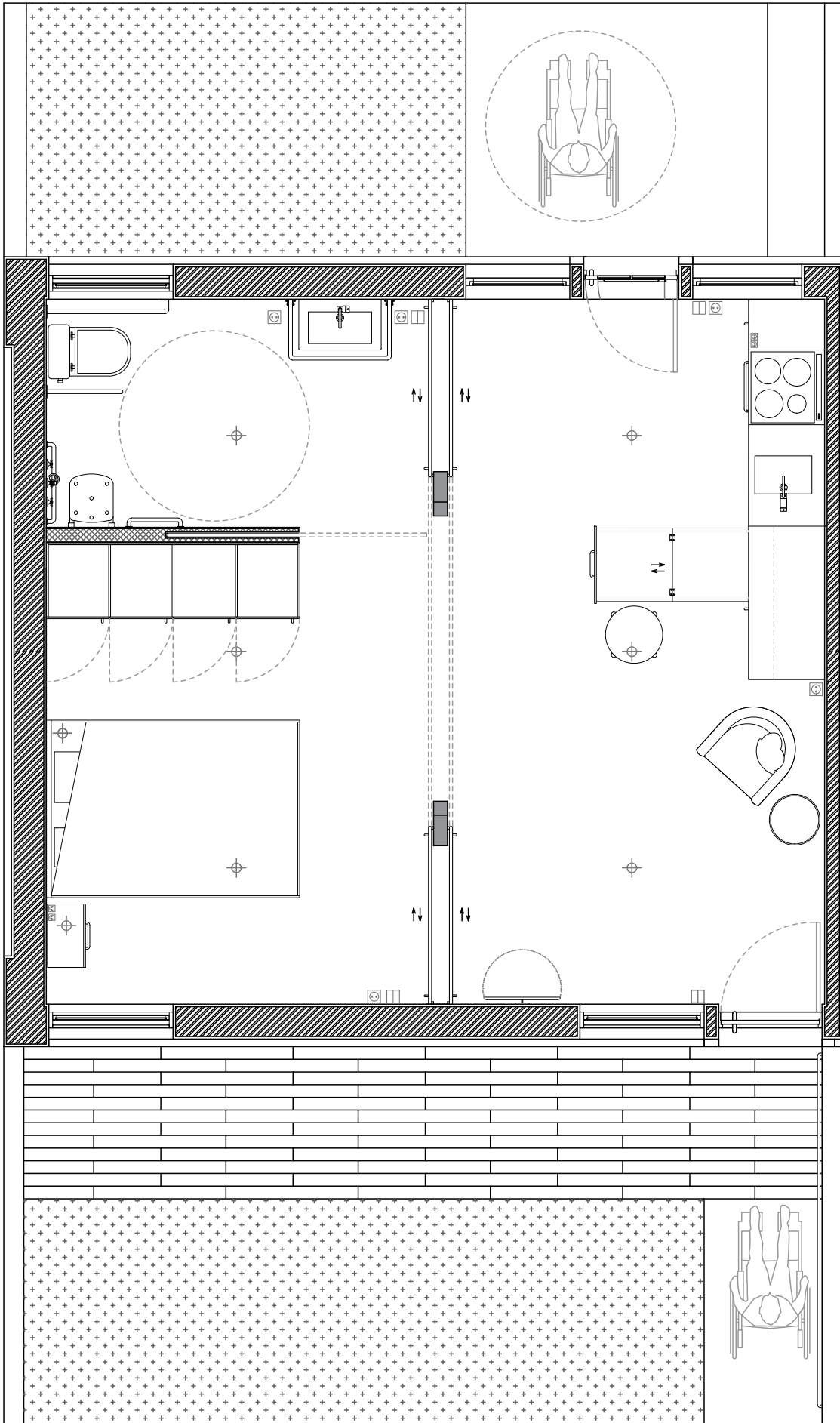


PLANTA 2



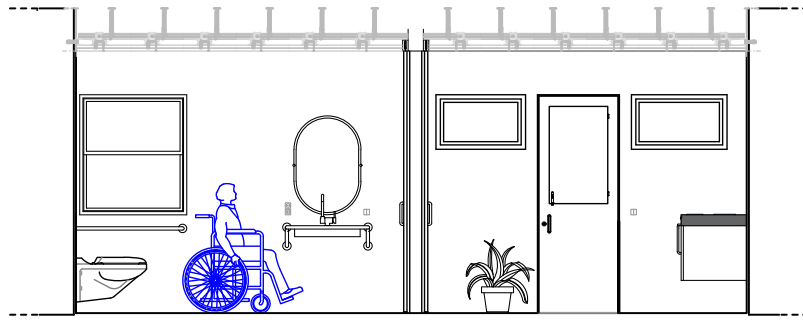
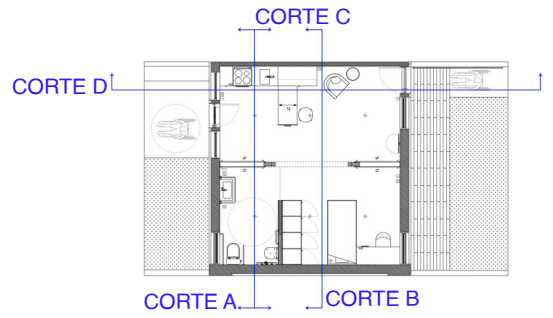
LAYOUT 3: planta

Tipologia 3 - habitação destinada a pessoa com mobilidade condicionada 100% autónoma e seu parceiro

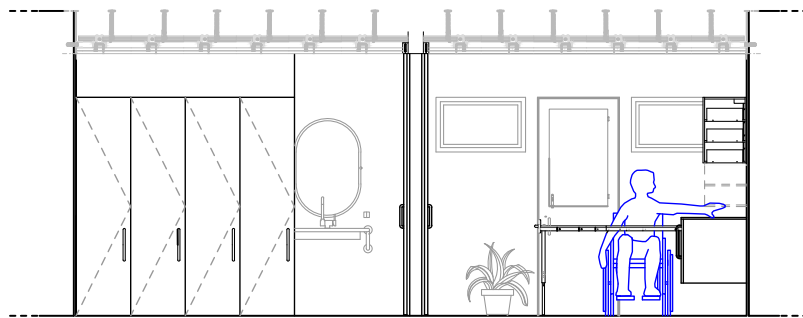


PLANTA 3

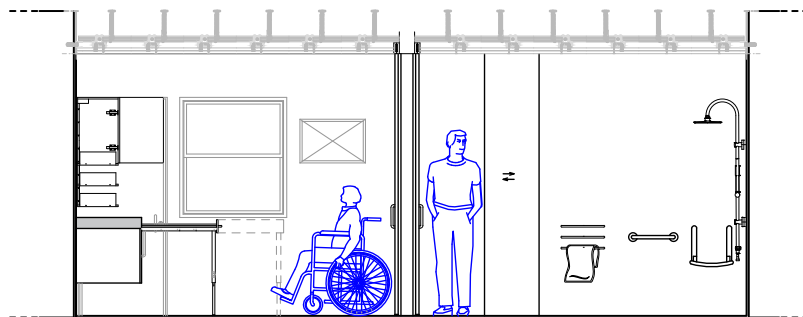
CORTES



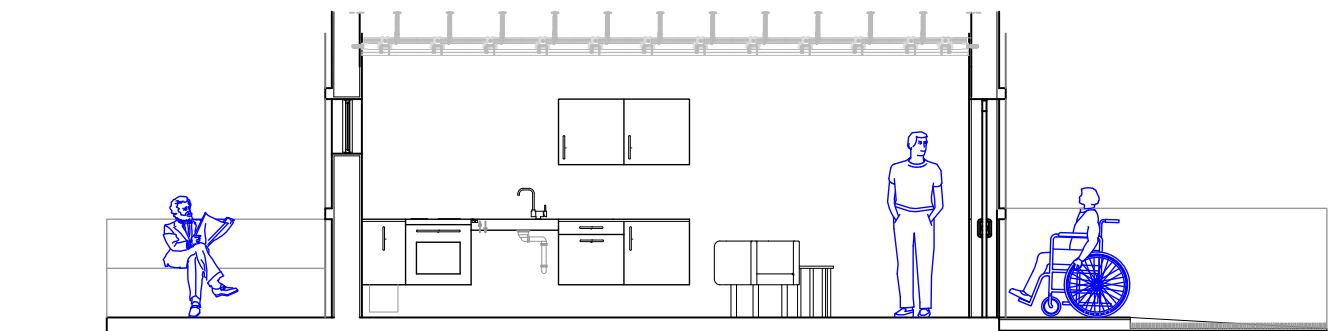
CORTE A



CORTE B

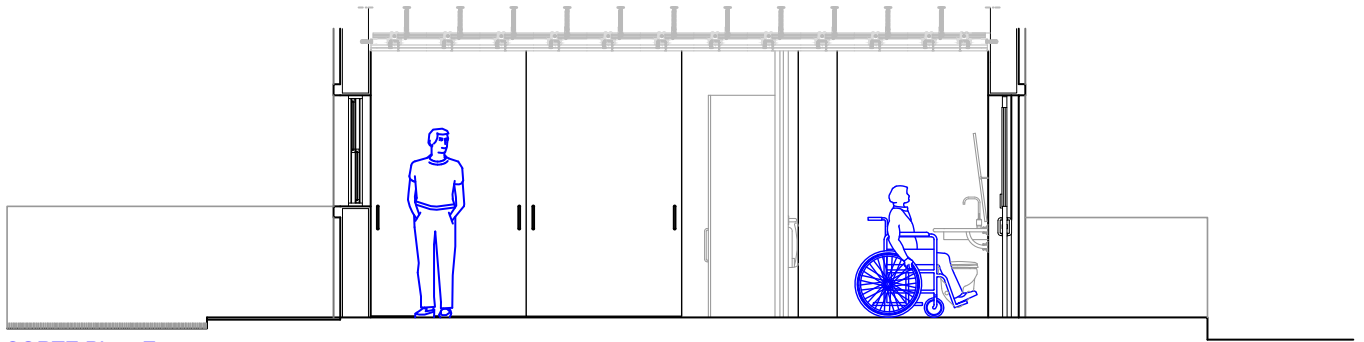
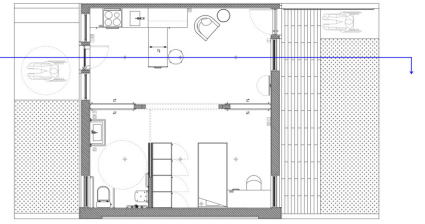


CORTE C

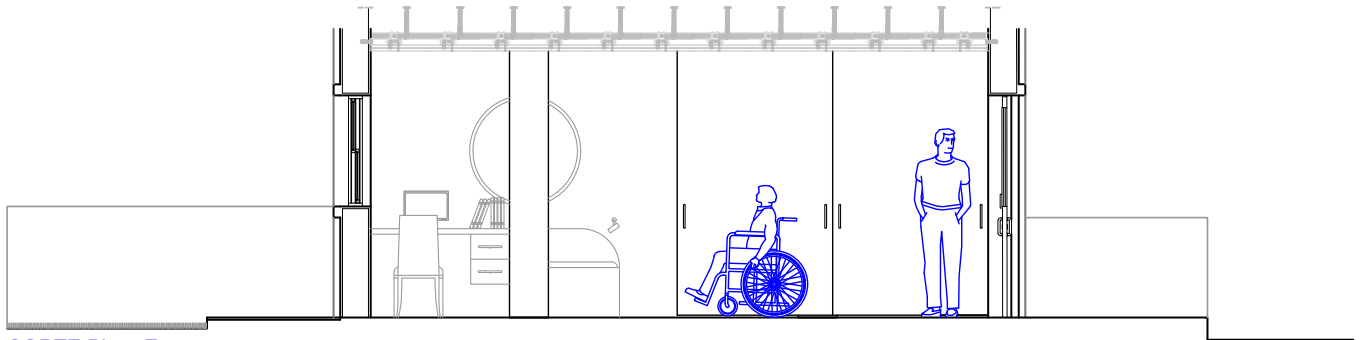


CORTE D

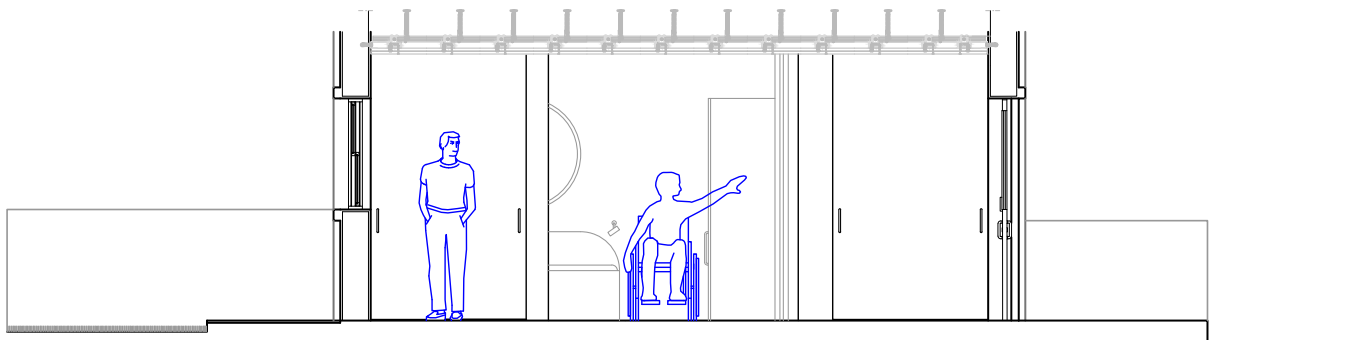
CORTE PL1 - E1
CORTE PL1 - E2
CORTE PL1 - E3
CORTE PL1 - E4



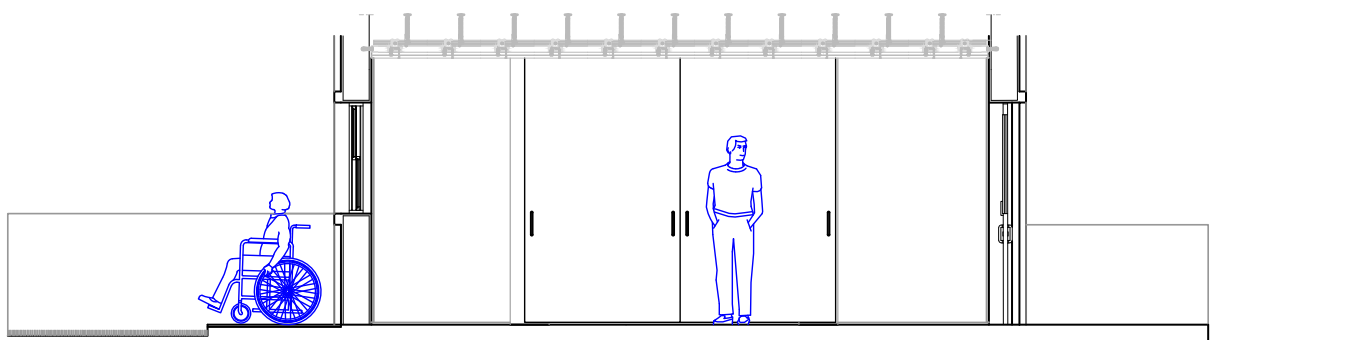
CORTE PL1 - E1



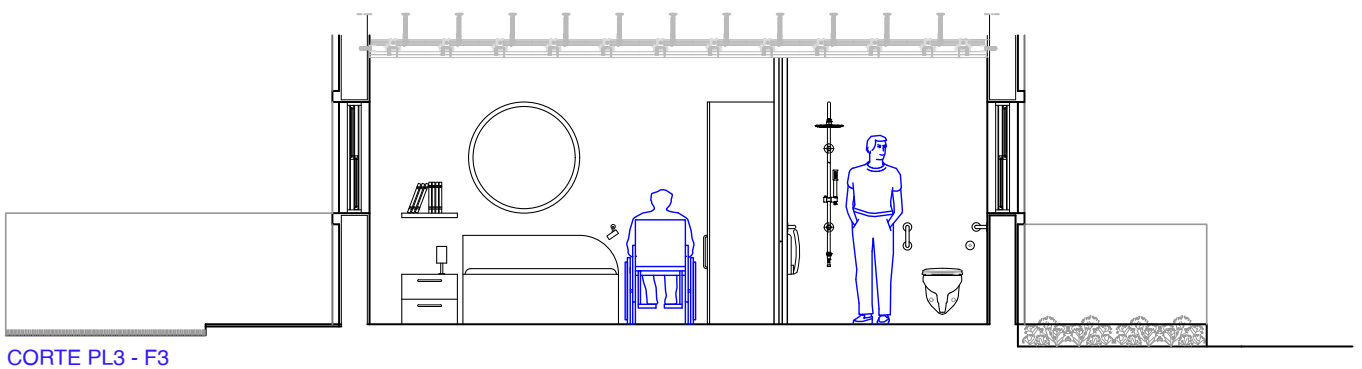
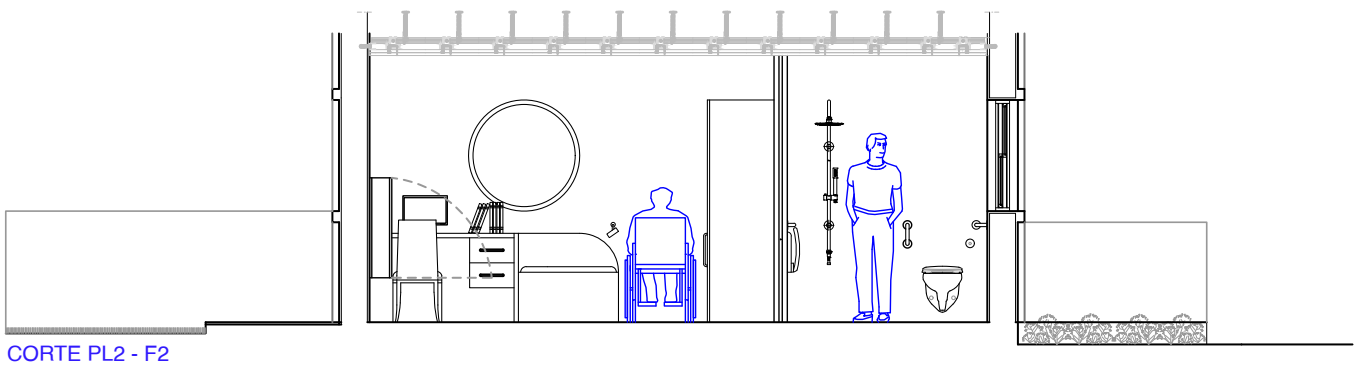
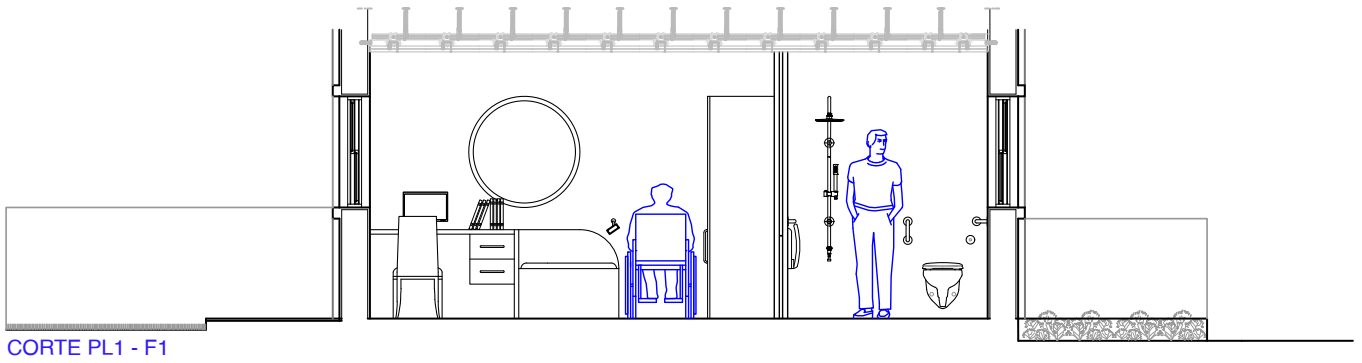
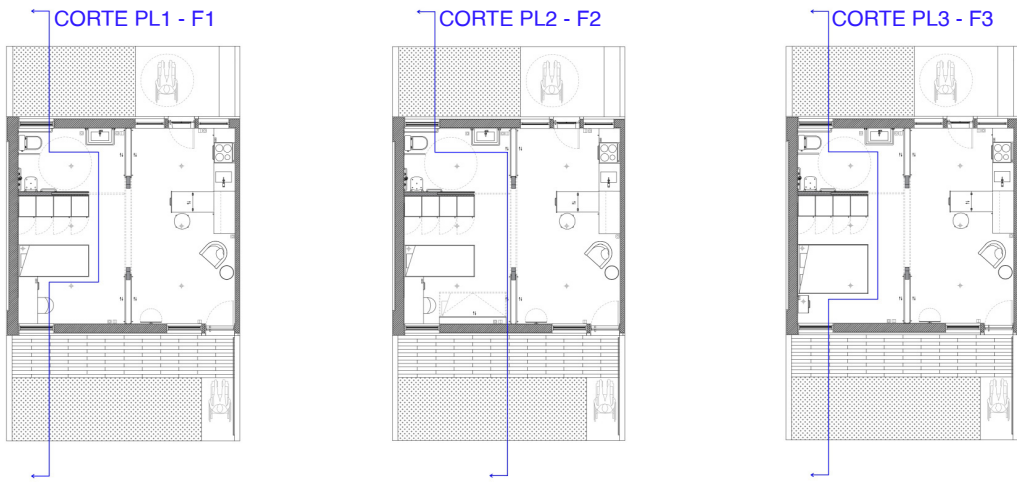
CORTE PL1 - E2



CORTE PL1 - E3



CORTE PL1 - E4



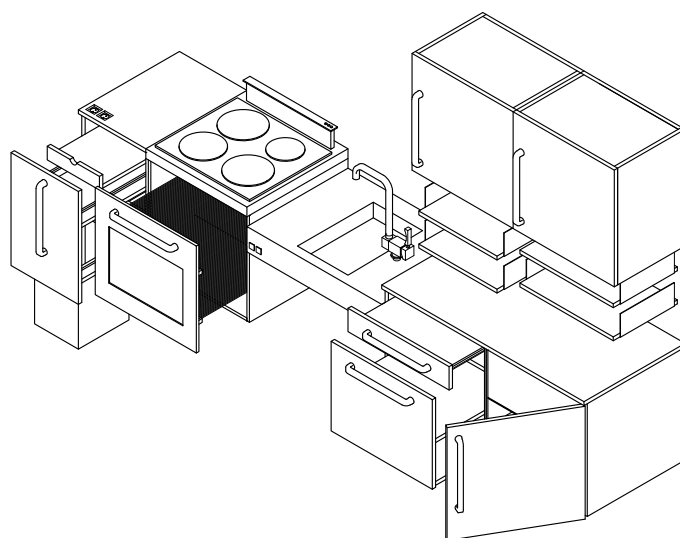
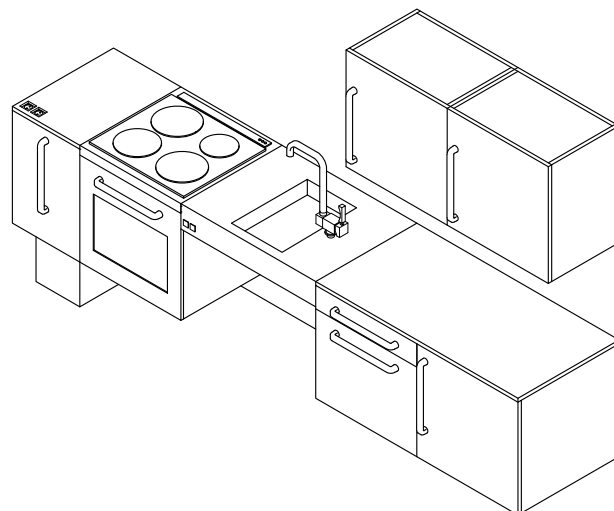
COZINHA

Principalmente associada à sala de refeições, a cozinha é um espaço essencial na habitação, pois a sua utilização corresponde a uma das necessidades básicas do ser humano: a alimentação.

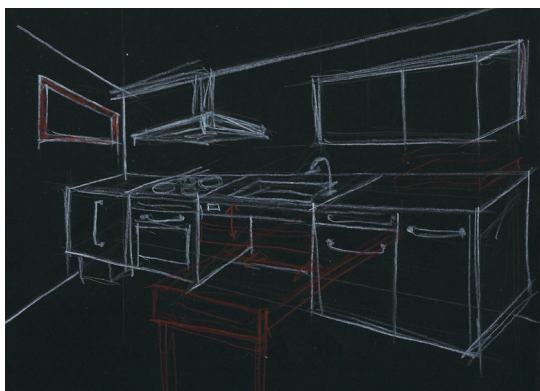
O espaço da cozinha está geralmente associado aos atos de confecção e consumo de alimentos. No entanto estas duas atividades só se verificam no mesmo espaço quando as dimensões arquitetónicas deste o permitem.

Como mobiliário base deste espaço, encontram-se um fogão, armários suspensos para guardar utensílios ou alimentos, balcão com pia, refrigerador e, por vezes, máquina de lavar louça.

A zona da banca, que não contém fogão ou pia, é preenchida com eletrodomésticos ou fruteiras, ou então são colocados elementos decorativos característicos desta área habitacional. A cozinha está conectada com a sala de refeições e faz parte de uma das áreas de serviço da habitação, sendo normalmente utilizada de manhã e pela tarde, para preparo das refeições.

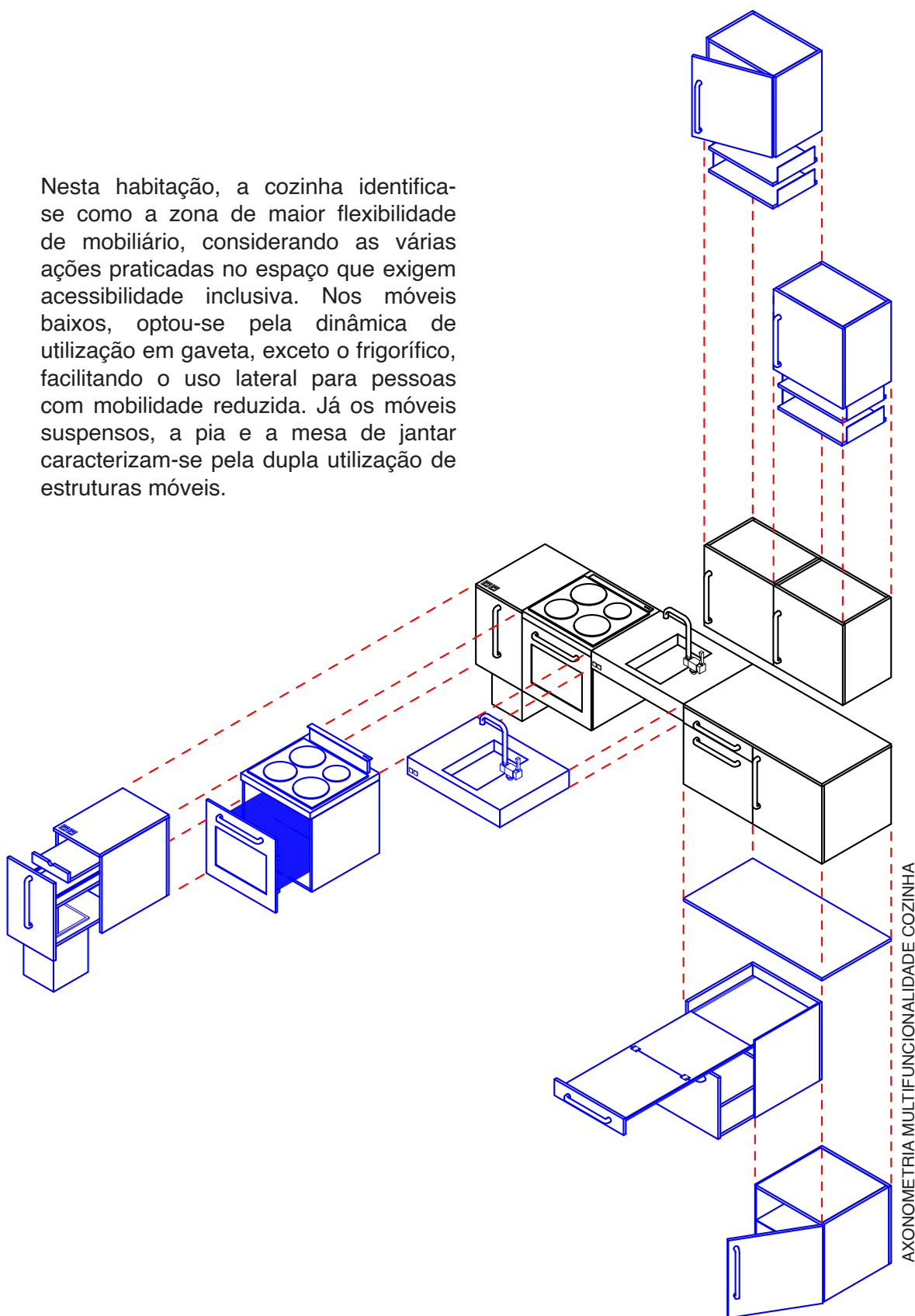


AXONOMETRIA MOBILIÁRIO COZINHA

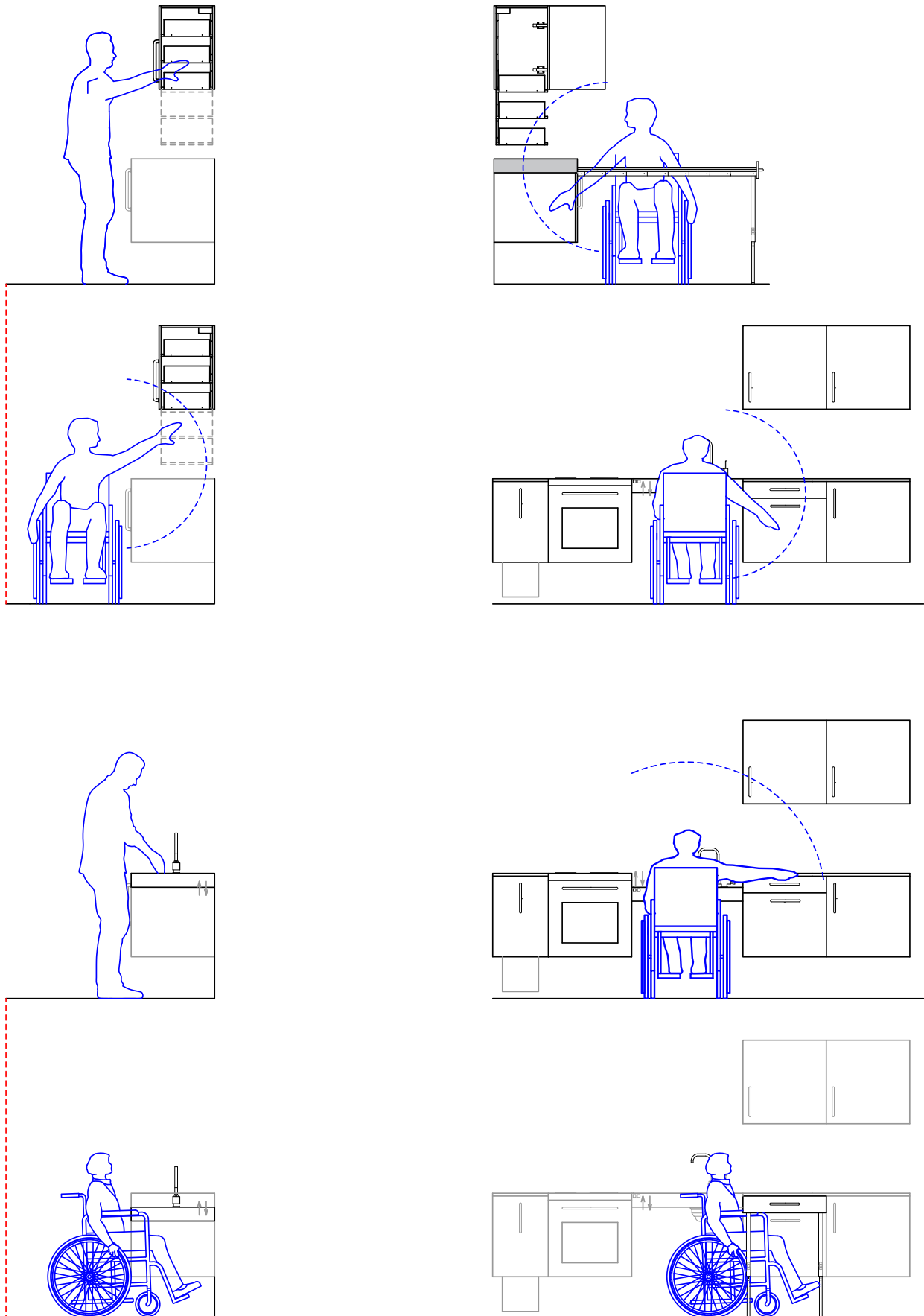


ESTUDOS DISPOSIÇÃO COZINHA

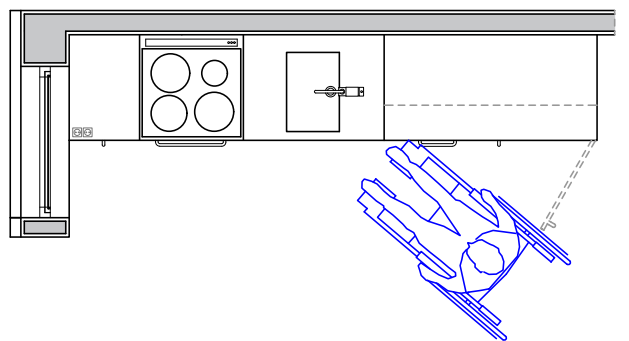
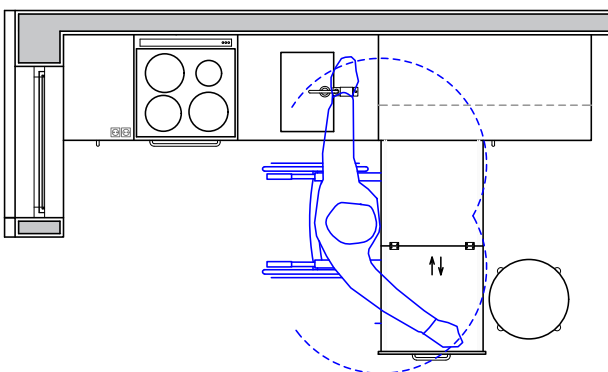
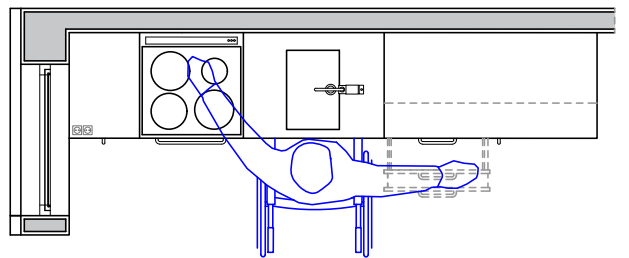
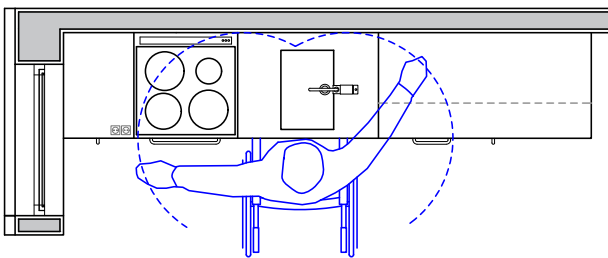
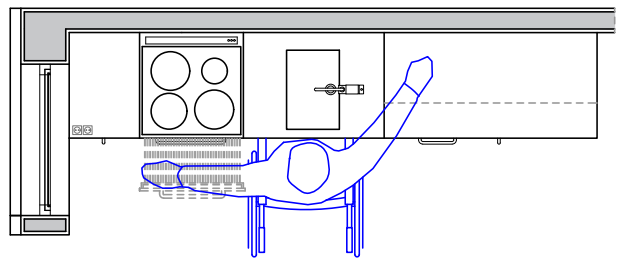
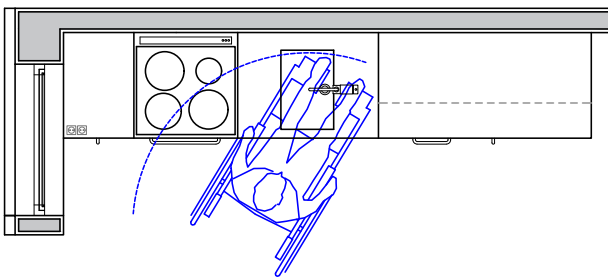
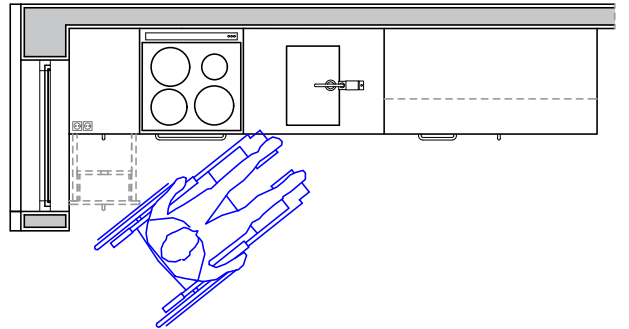
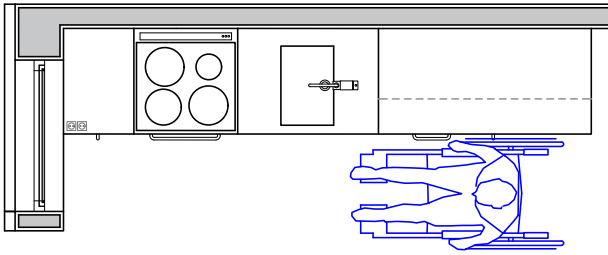
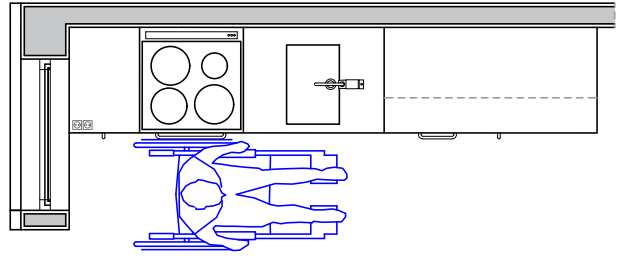
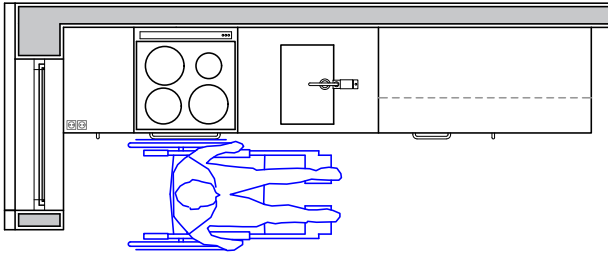
Nesta habitação, a cozinha identifica-se como a zona de maior flexibilidade de mobiliário, considerando as várias ações praticadas no espaço que exigem acessibilidade inclusiva. Nos móveis baixos, optou-se pela dinâmica de utilização em gaveta, exceto o frigorífico, facilitando o uso lateral para pessoas com mobilidade reduzida. Já os móveis suspensos, a pia e a mesa de jantar caracterizam-se pela dupla utilização de estruturas móveis.



MULTIFUNCIONALIDADE E CIRCULAÇÃO NA COZINHA



MODOS DE UTILIZAÇÃO CONSOANTE MOBILIDADE DO UTILIZADOR



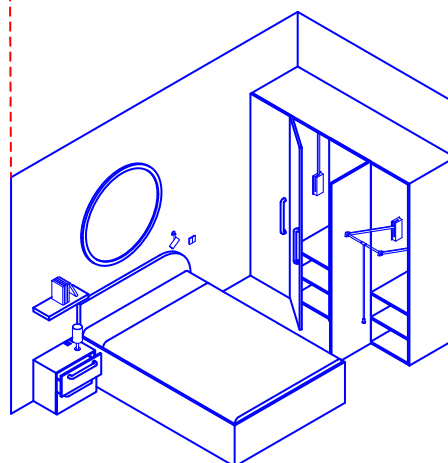
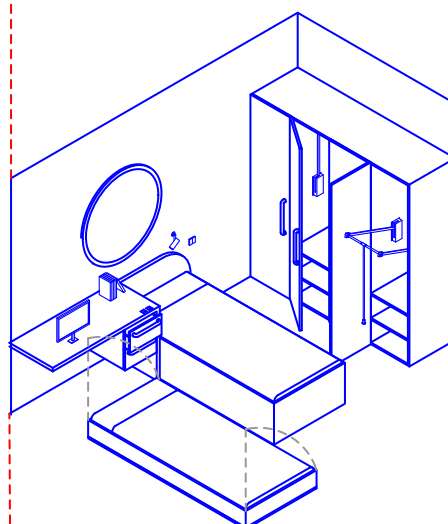
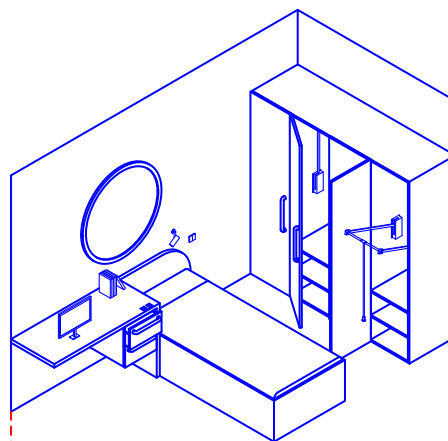
QUARTO(S)

O quarto é a divisão mais íntima da habitação, devendo ser a zona mais preservada visivelmente do resto da habitação pelo seu caráter extremamente privado.

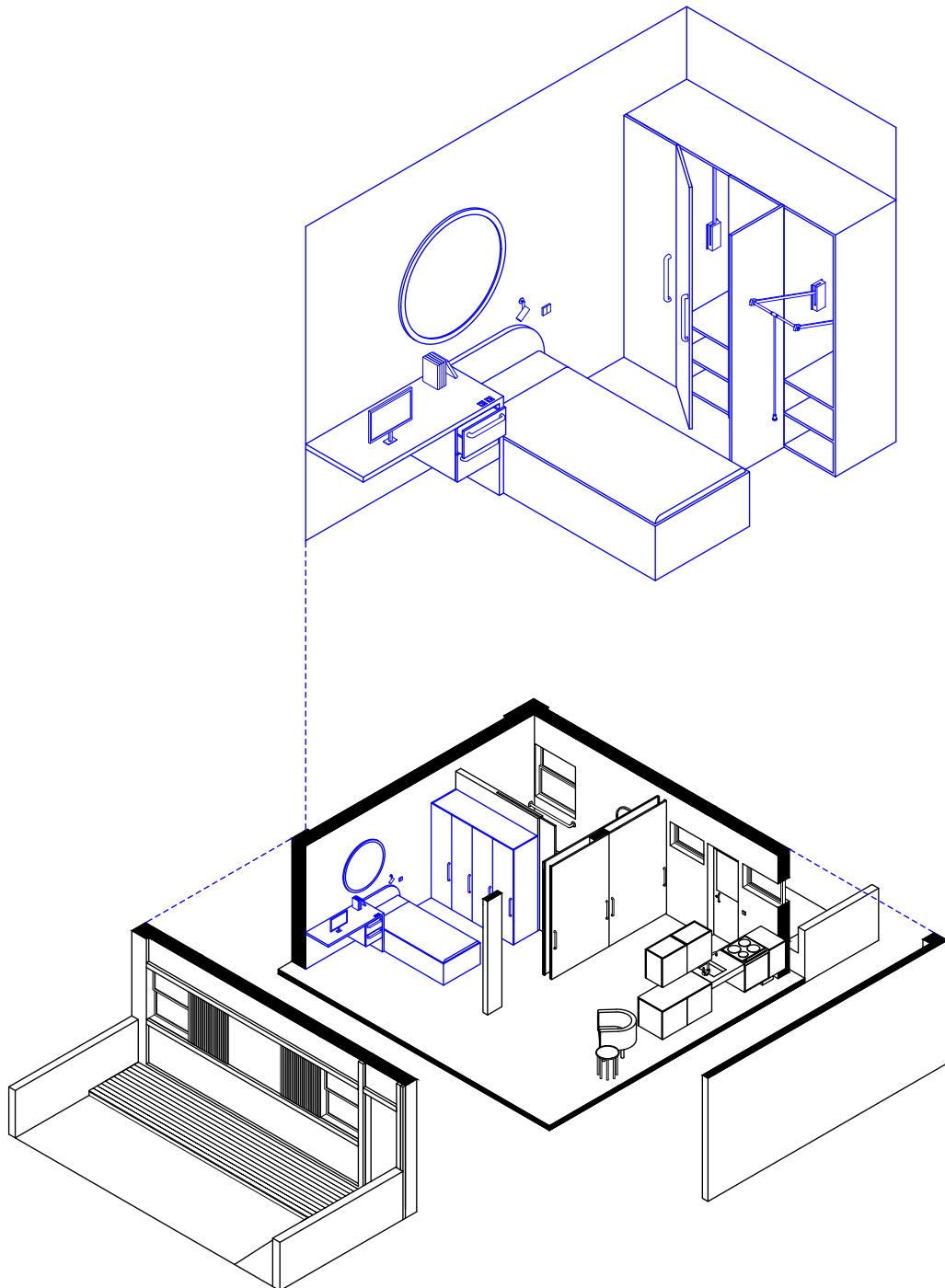
Requer um caráter mínimo de conforto por ser a zona de total descanso e bem estar da habitação. Esta divisão é utilizada para dormir, ler, descansar, cuidar de doentes, vestir, guardar roupas e objetos íntimos e pessoais. É a principal zona de conforto e privacidade do morador.

Conforme as atividades realizadas neste espaço, o mobiliário mínimo inclui uma cama de casal ou de solteiro, conforme as necessidades, uma mesa de cabeceira e um guarda-roupa.

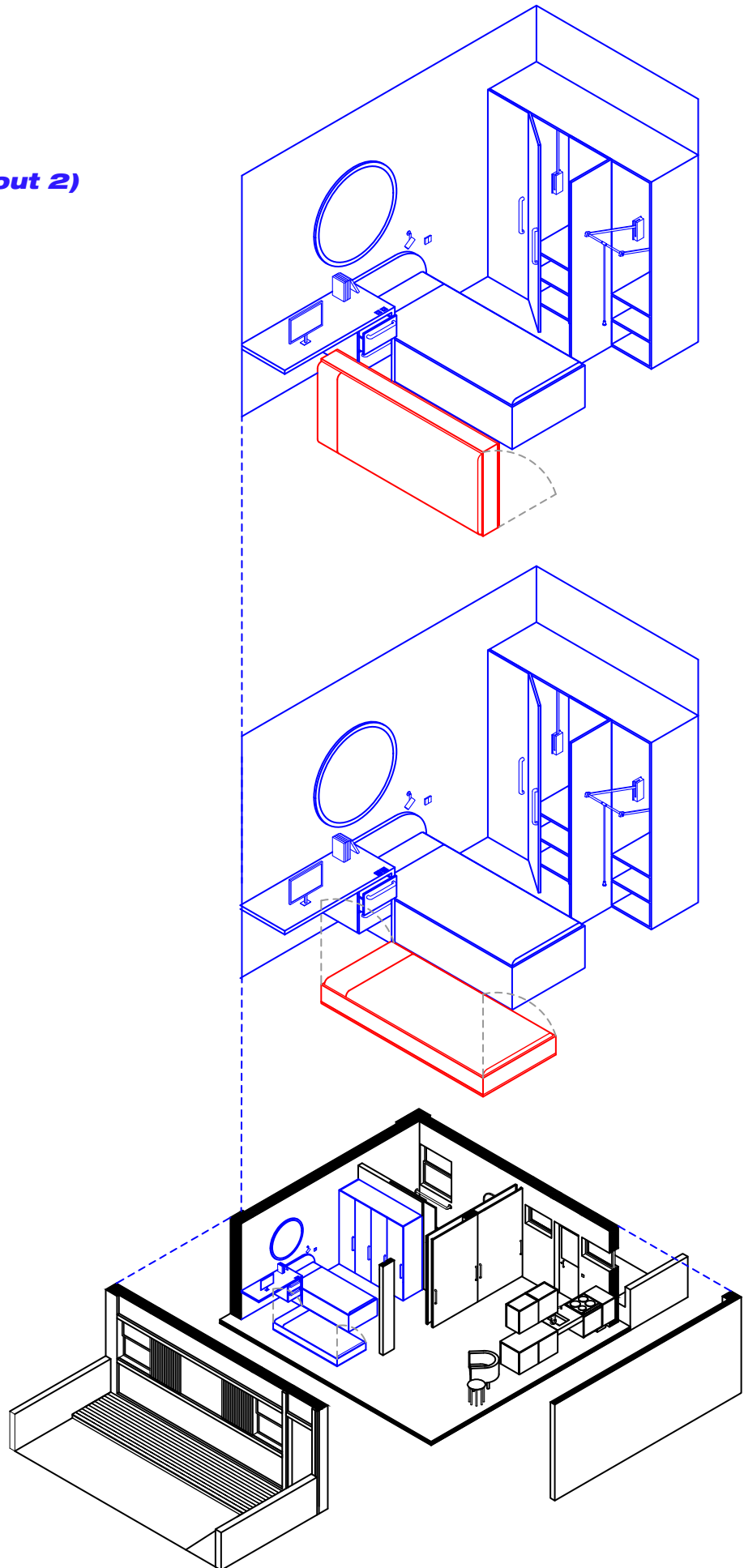
Neste projeto, a proposta foi dividida em três tipologias de quarto, conforme as necessidades. Nos desenhos que se seguem, apresenta-se a proposta de cada uma das tipologias.



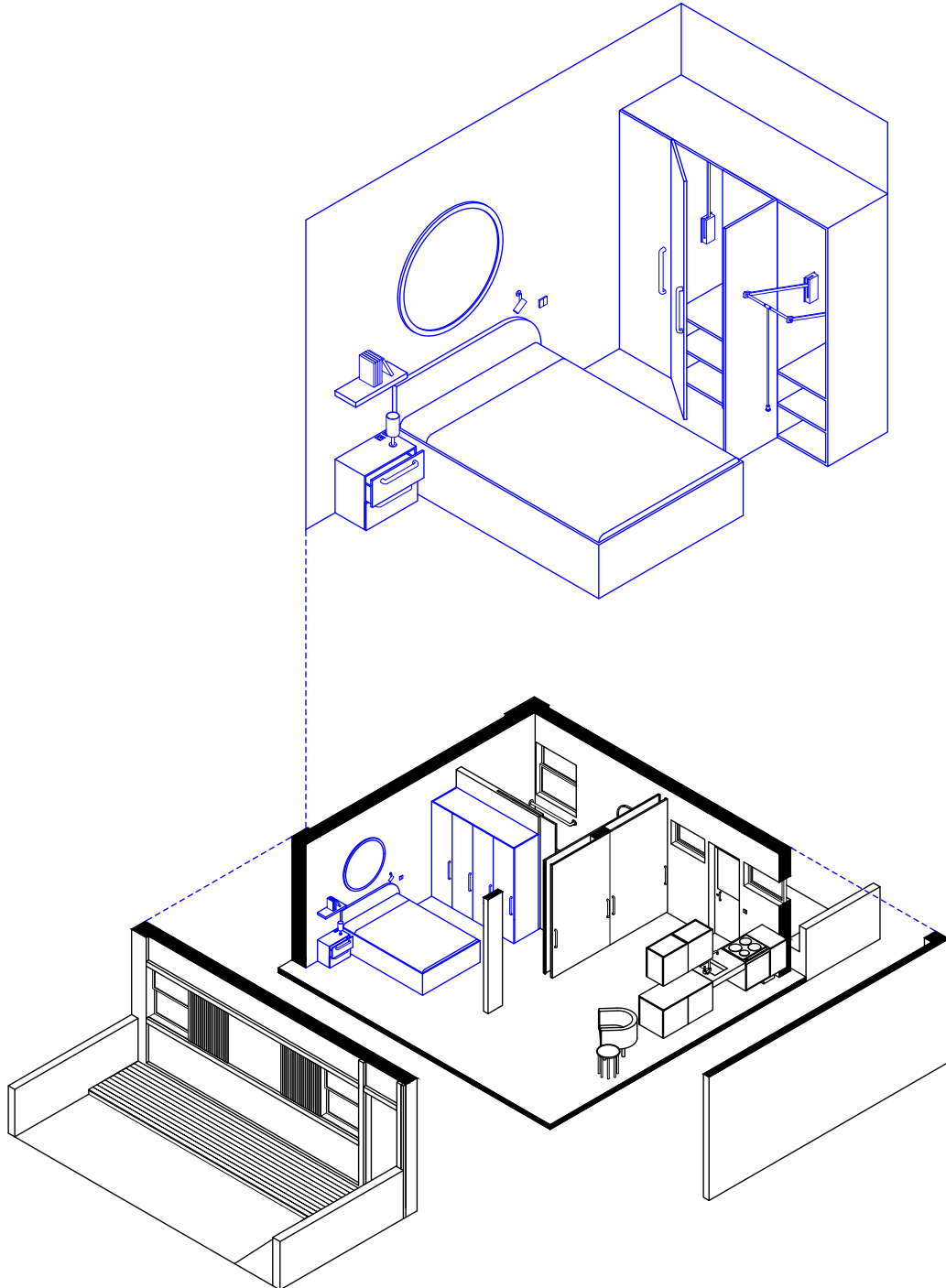
QUARTO (layout 1)



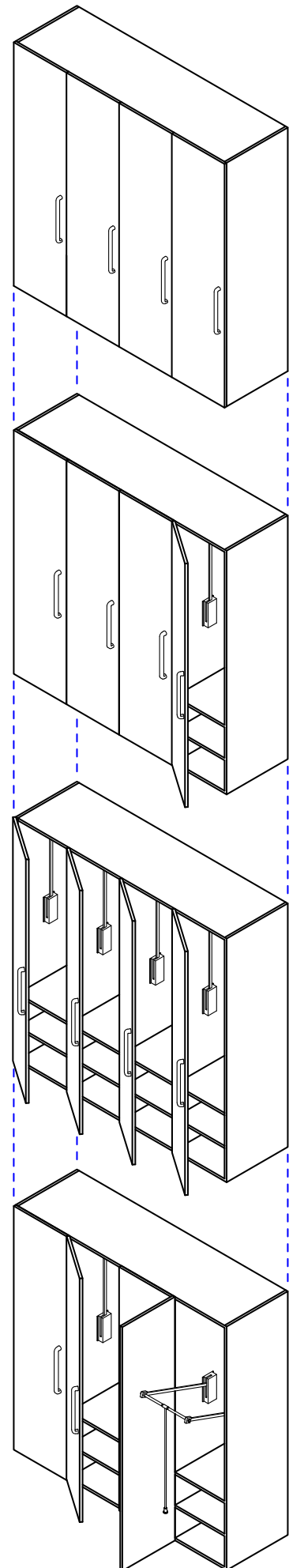
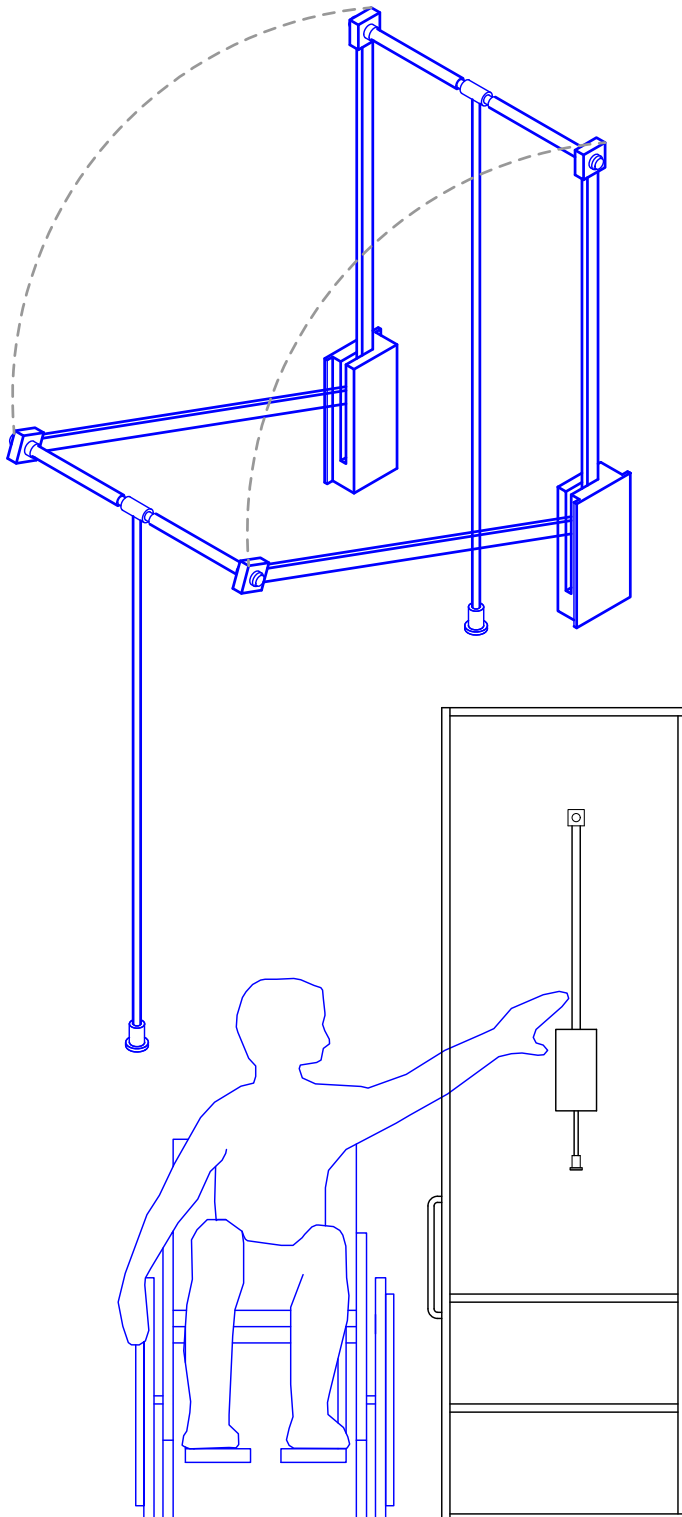
QUARTO (layout 2)



QUARTO (layout 3)

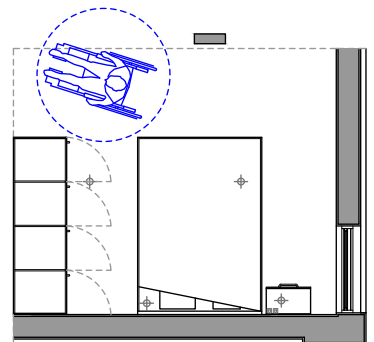
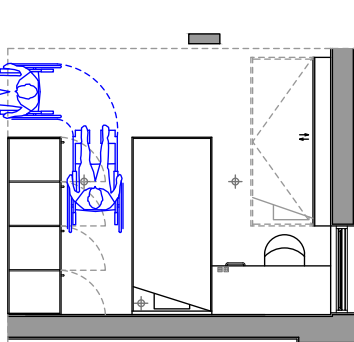
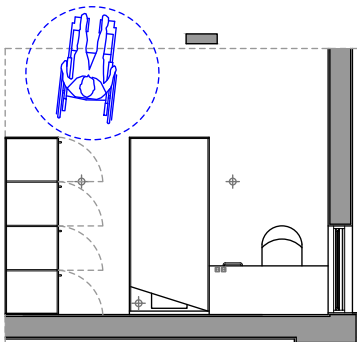
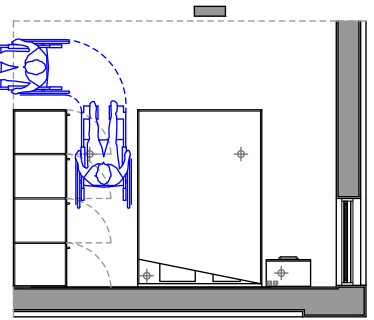
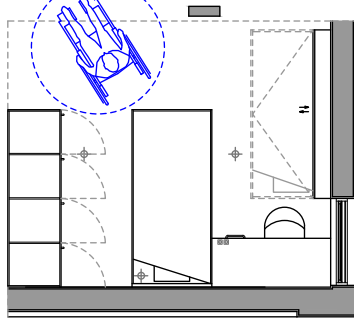
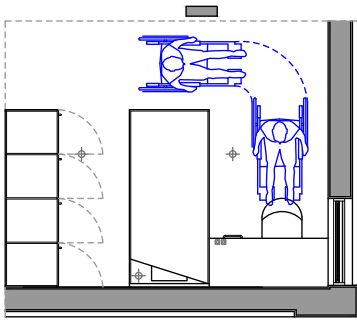
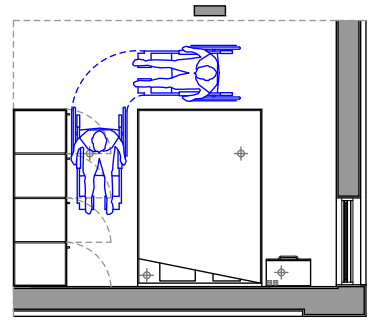
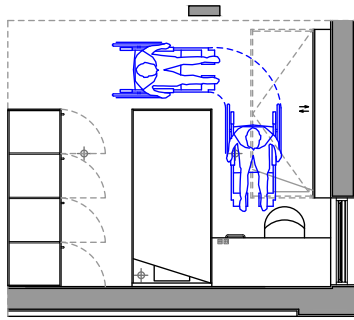
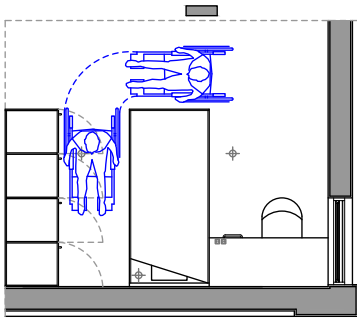
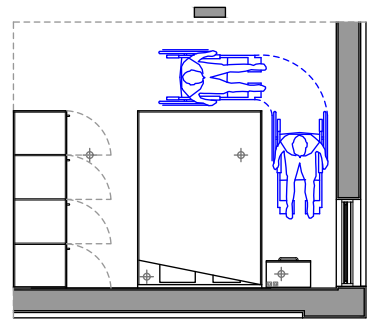
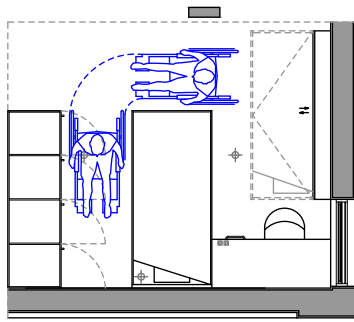
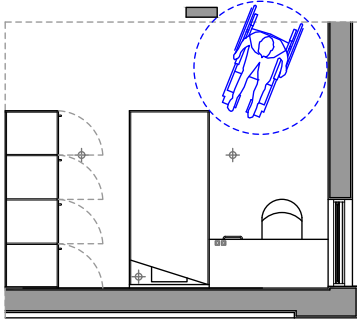


O roupeiro é o único elemento que se mantém igual nas três tipologias. Dividido em quatro partes iguais, contendo em cada uma das divisórias a instalação de um cabide rebatível que é um sistema de utilização prática e acessível a pessoas com mobilidade condicionada.



AXONOMETRIAS E MODOS DE UTILIZAÇÃO DO ROUPEIRO

CIRCULAÇÃO QUARTOS



LAYOUT 1



LAYOUT 2



LAYOUT 3



INSTALAÇÃO SANITÁRIA

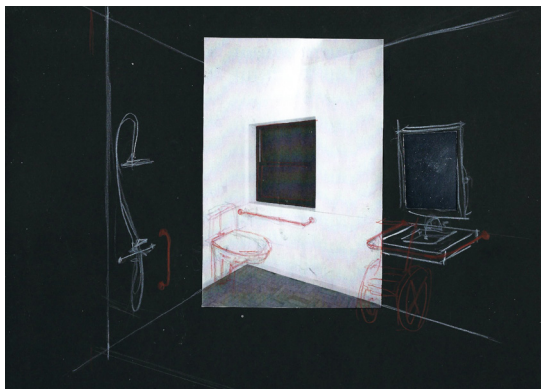
A casa de banho, na habitação, é considerada como uma área pública e privada, devido ao seu uso íntimo pelo morador da habitação e uso social pelos visitantes, quando esta é única na moradia.

Como funções a desempenhar no espaço, prevê-se o tomar banho, escovar os dentes, atender as necessidades fisiológicas, trocar de roupa, pentear cabelos, lavar o rosto, barbear-se e por vezes trocar de roupa o que exige da divisão um lavatório, chuveiro e vaso sanitário como mobiliário mínimo.

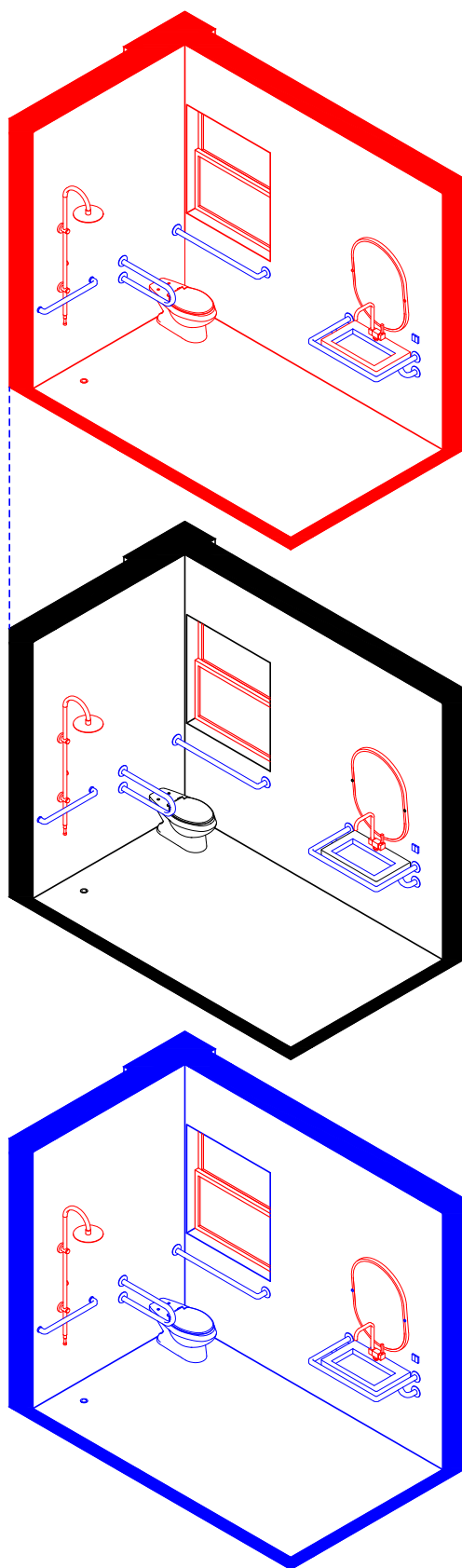
Em certas instalações sanitárias é possível encontrar espaço de lavandaria por falta de zonas adequadas no resto da habitação.

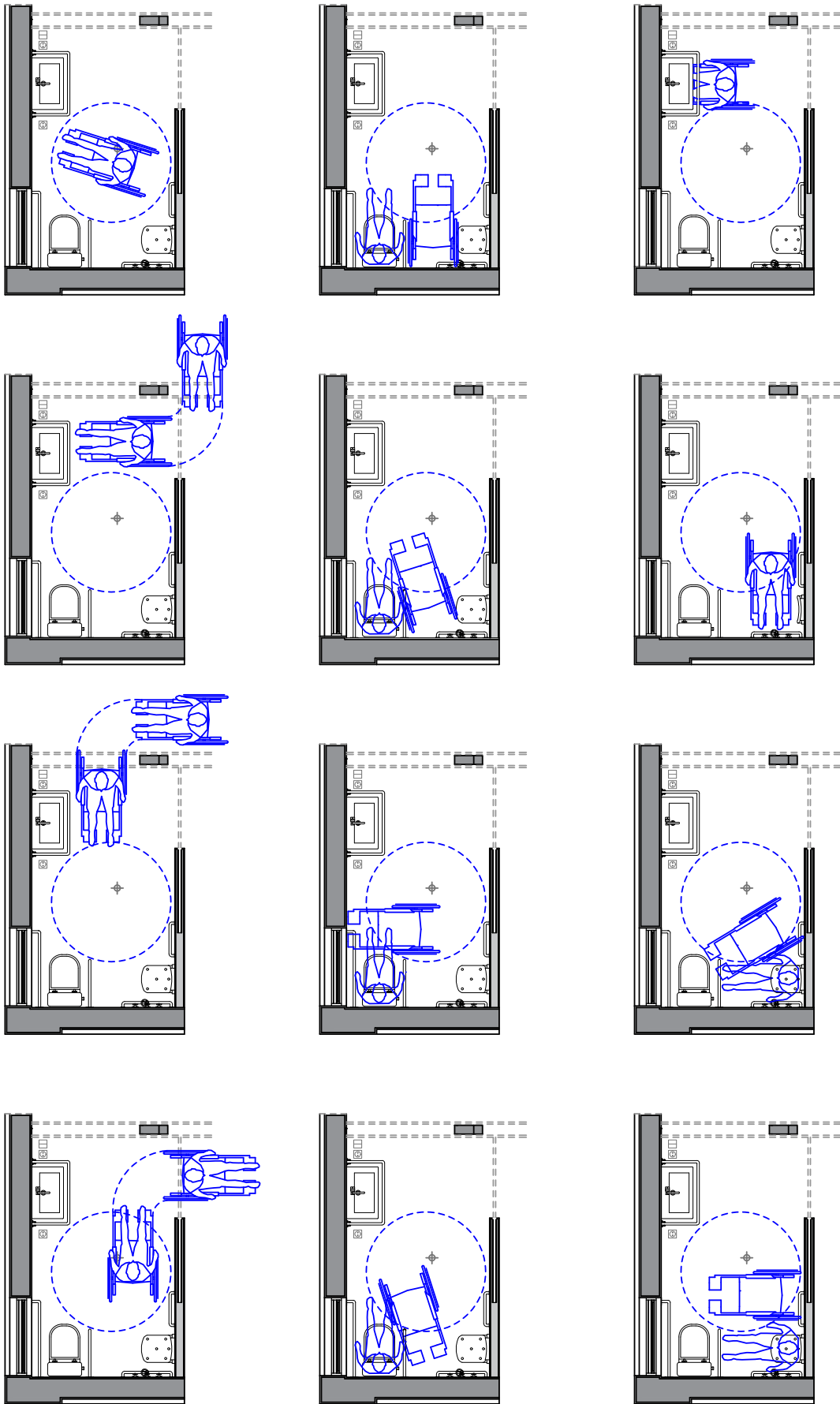
Para facilitar a instalação da rede de abastecimentos de água, a instalação sanitária deve aproximar-se da cozinha.

O projeto da instalação sanitária foca-se na sua utilização por pessoas com mobilidade reduzida ou por qualquer utilizador que se adapte autonomamente. Preocupa-se em garantir a área suficiente para a rotação de 360 graus da cadeira de rodas, as dimensões da base de duche para permitir a entrada da cadeira ou a opção de um banco de apoio, a altura do lavatório e a aplicação de barras de apoio tanto no lavatório como na base de duche e na sanita.



ESTUDOS INSTALAÇÃO SANITÁRIA





MODOS DE UTILIZAÇÃO, CIRCULAÇÃO E ÁREA DE TRANSFERÊNCIA WC

SALA DE ESTAR

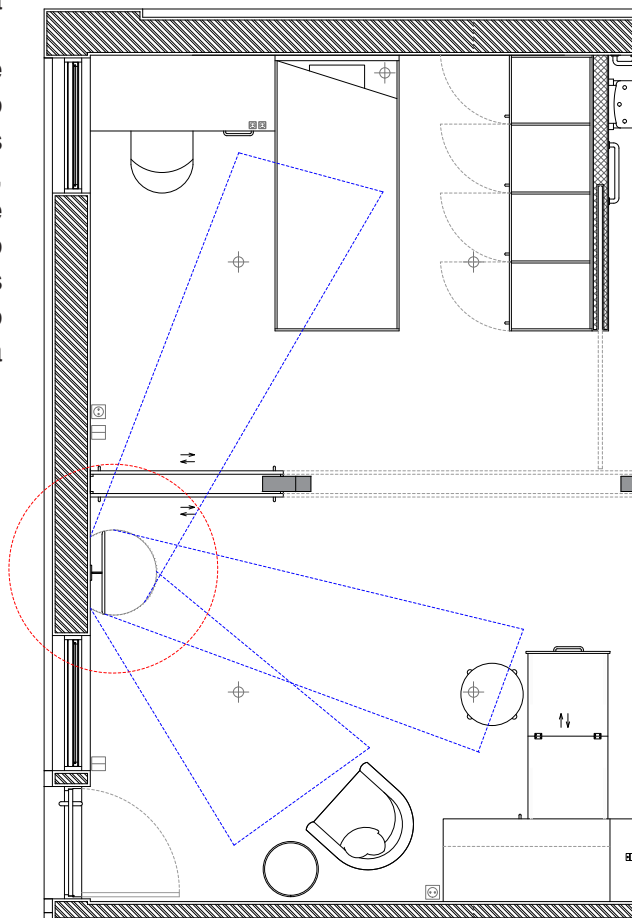
A sala de estar localiza-se, habitualmente, na área inicial da casa, podendo estar diretamente ligada à sala de jantar, à cozinha e à zona de acesso às instalações sanitárias e aos quartos.

Esta divisão apresenta diversas necessidades espaciais, pois é o ambiente onde se recebem convidados, que separa o espaço social do íntimo da habitação e que é propício ao lazer e ao convívio familiar. É um espaço utilizado ao longo do dia e simultaneamente por vários habitantes.

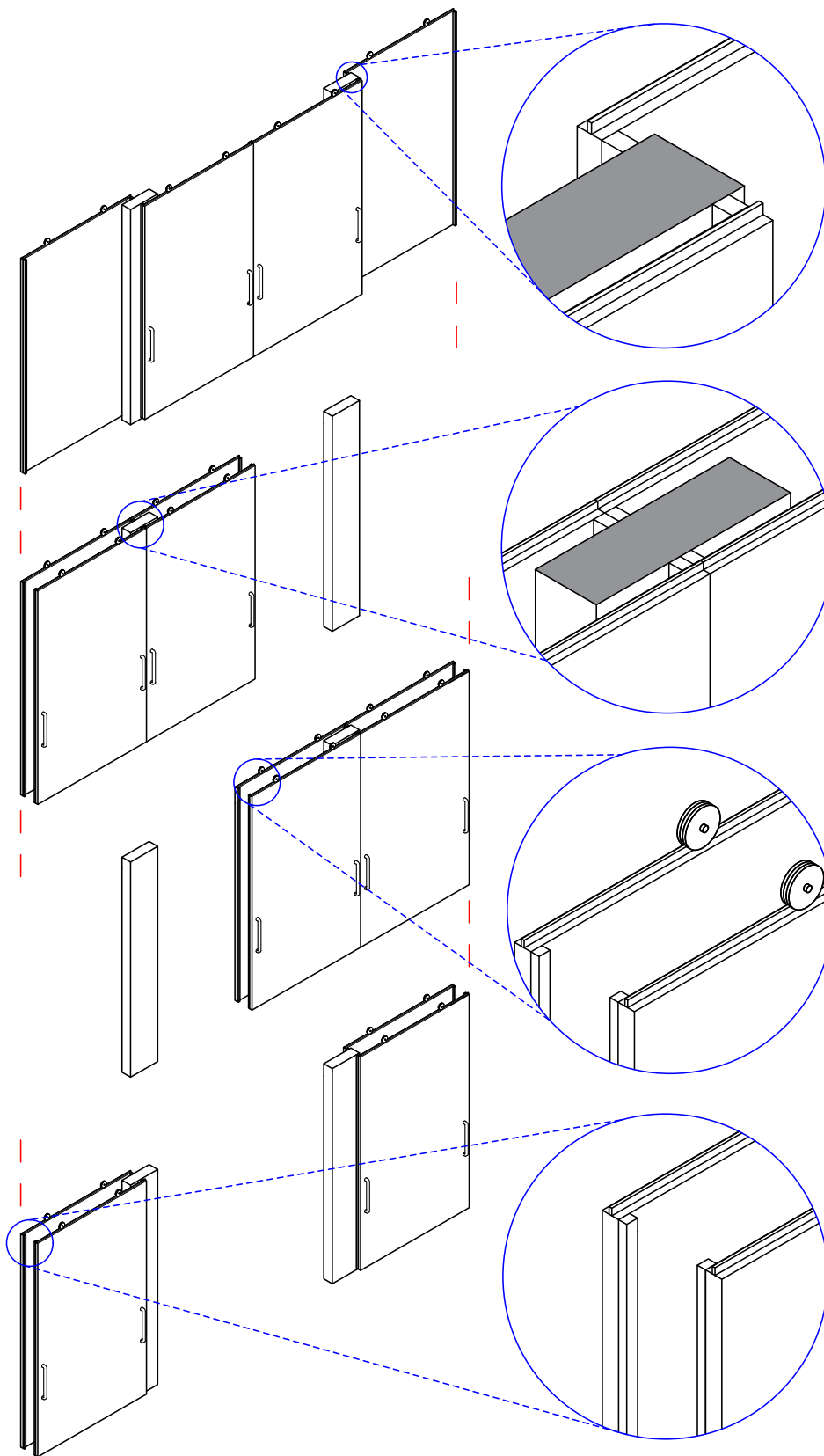
A sala de estar deve acomodar várias atividades, tais como assistir televisão, ler, conviver, receber visitas, atender telefone, descansar e, eventualmente, alojar convidados quando não há quartos disponíveis. Para isso, são necessários alguns móveis básicos, como um sofá, uma estante para a televisão e uma mesa auxiliar.

Atualmente, é comum a ligação entre a sala de estar e a sala de jantar, formando um espaço aberto, onde também se realizam refeições e se guardam utensílios de cozinha. Assim, são necessários uma mesa de refeições e mobiliário para auxiliar no armazenamento de utensílios. Em habitações de dimensões reduzidas, é comum realizar tarefas como passar roupa ou estudar na sala de jantar/sala de estar.

Neste caso de estudo, a zona de estar encontra-se à entrada da habitação com ligação direta à cozinha. Devido às condicionantes espaciais apenas é implantado no projeto uma mesa pequena e uma poltrona. A televisão, instalada num suporte ajustável, tem a possibilidade de visão da zona da sala de estar como também do quarto e da cozinha, mais propriamente mesa de jantar.



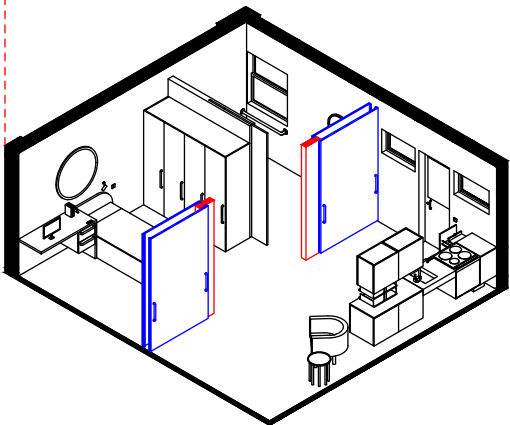
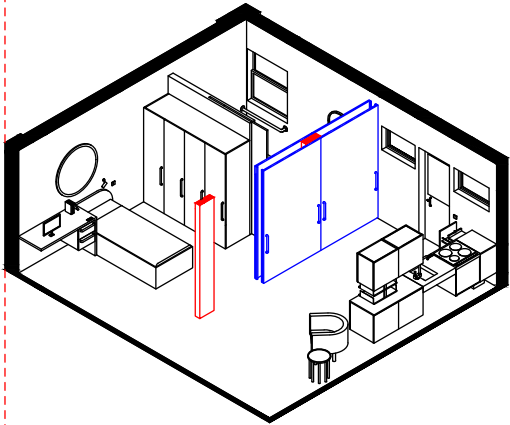
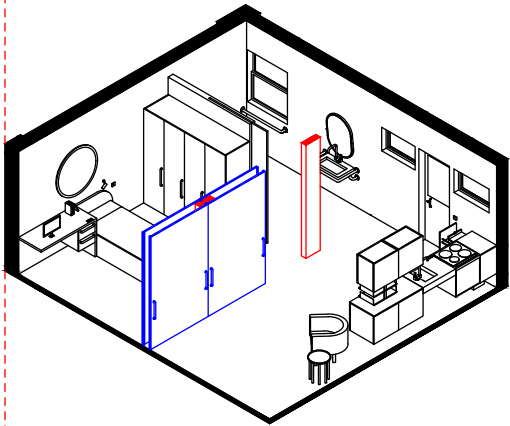
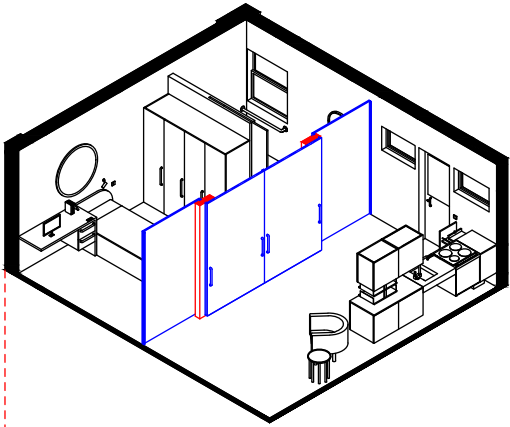
PLANTA DE SENTIDOS DE ROTAÇÃO COM VISTA PARA TELEVISÃO



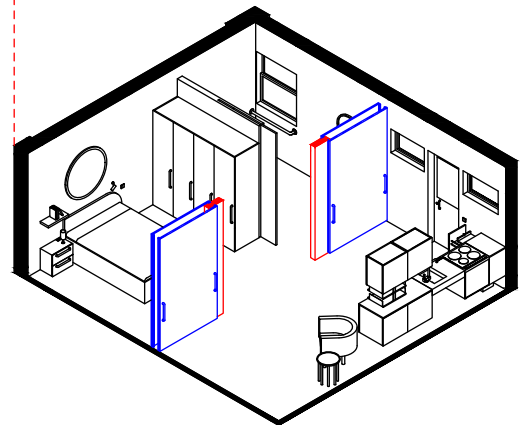
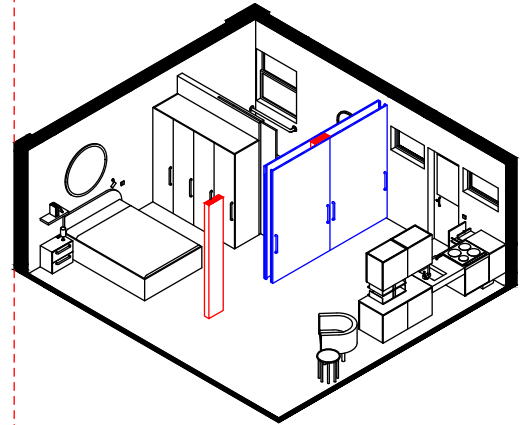
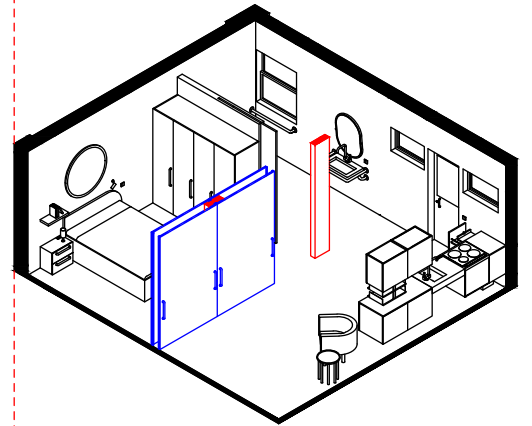
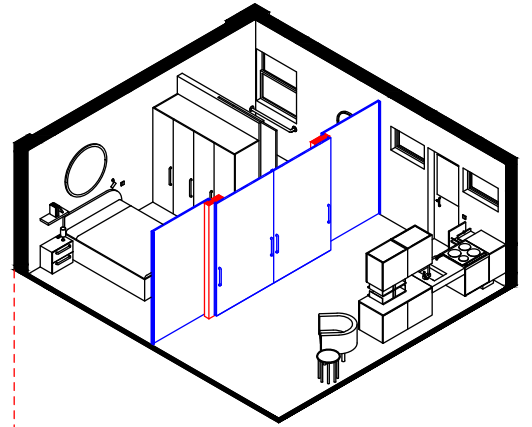
PORTAS DE CORRER

As portas de correr no centro da habitação, com diversos modos de posicionamento, permitem uma circulação do espaço livre e ao mesmo tempo a privacidade quando o utilizador necessita. Privacidade essa que é um tópico indispensável na qualidade de vida e bem-estar de cada indivíduo na sua habitação. O sistema das portas de correr encontra-se embutido no teto falso projetado.

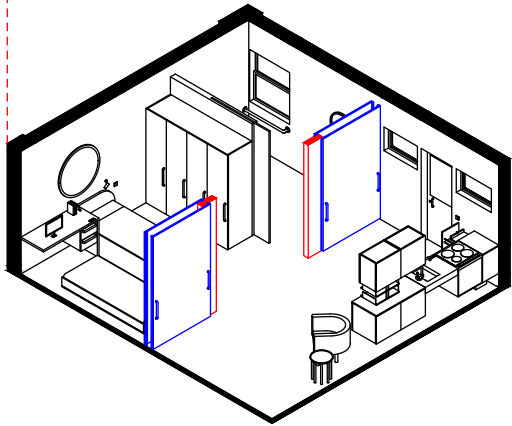
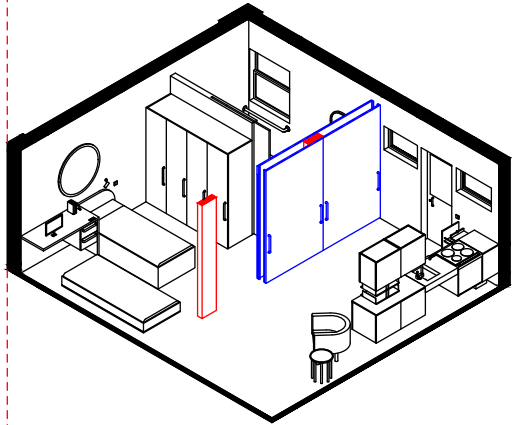
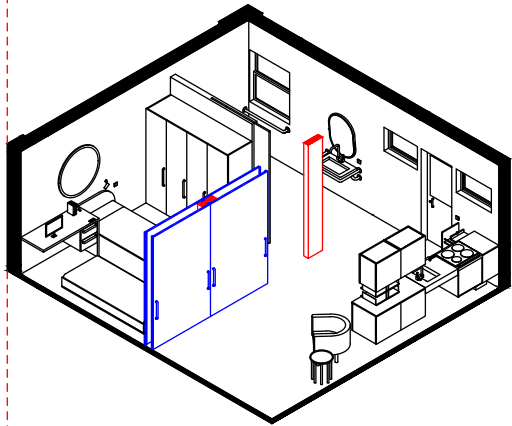
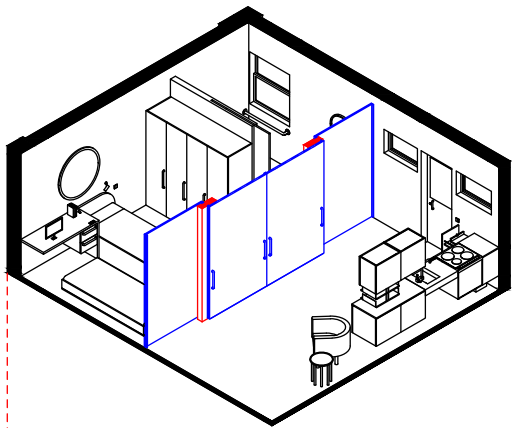
AXONOMETRIA PORTAS DE CORRER



PORTAS DE CORRER:
LAYOUT 1

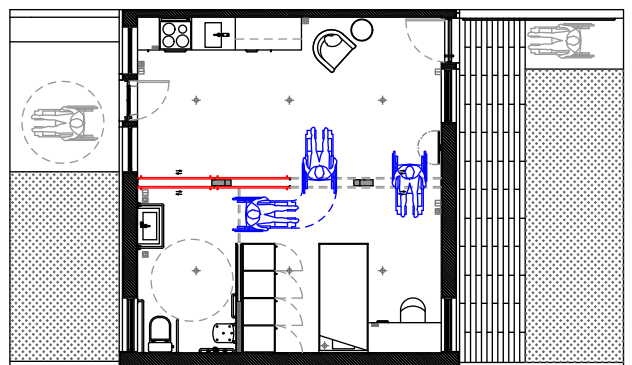
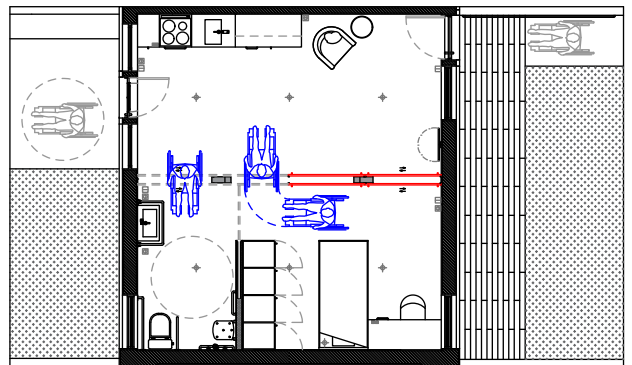
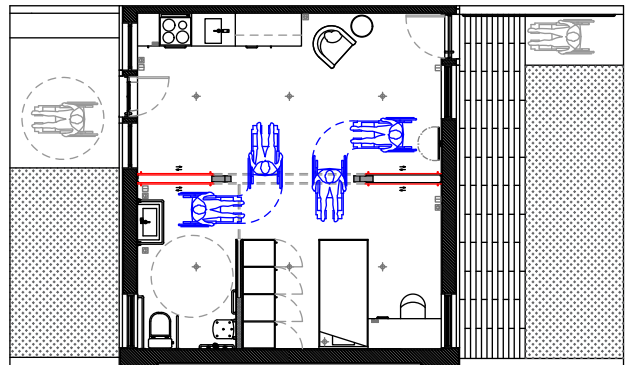
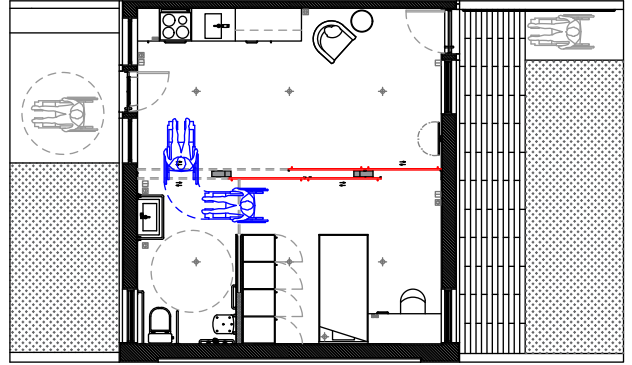


PORTAS DE CORRER:
LAYOUT 2

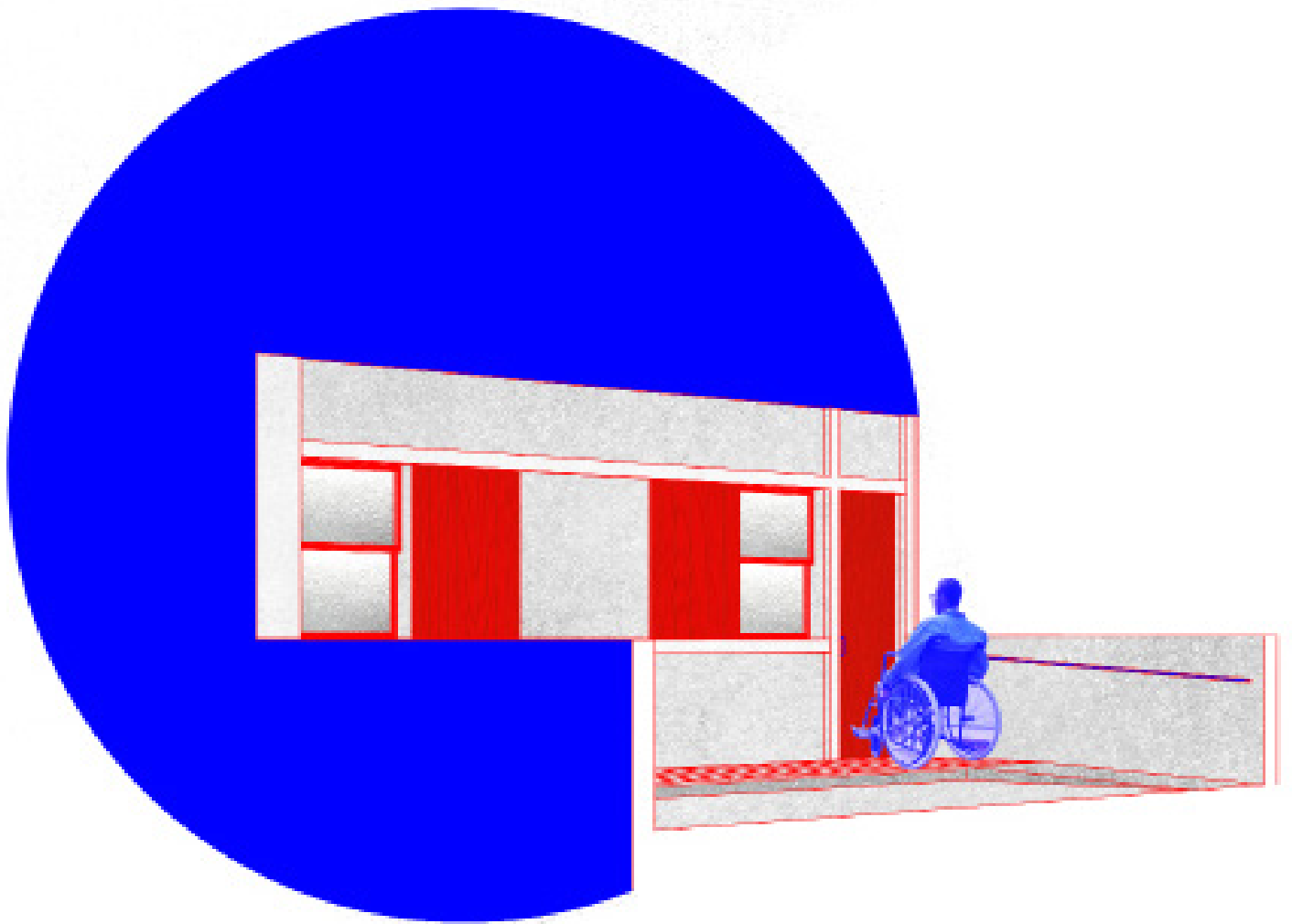


PORTAS DE CORRER:
LAYOUT 3

EXEMPLOS DE CIRCULAÇÃO DO ESPAÇO CONSOANTE O POSICIONAMENTO DAS PORTAS:

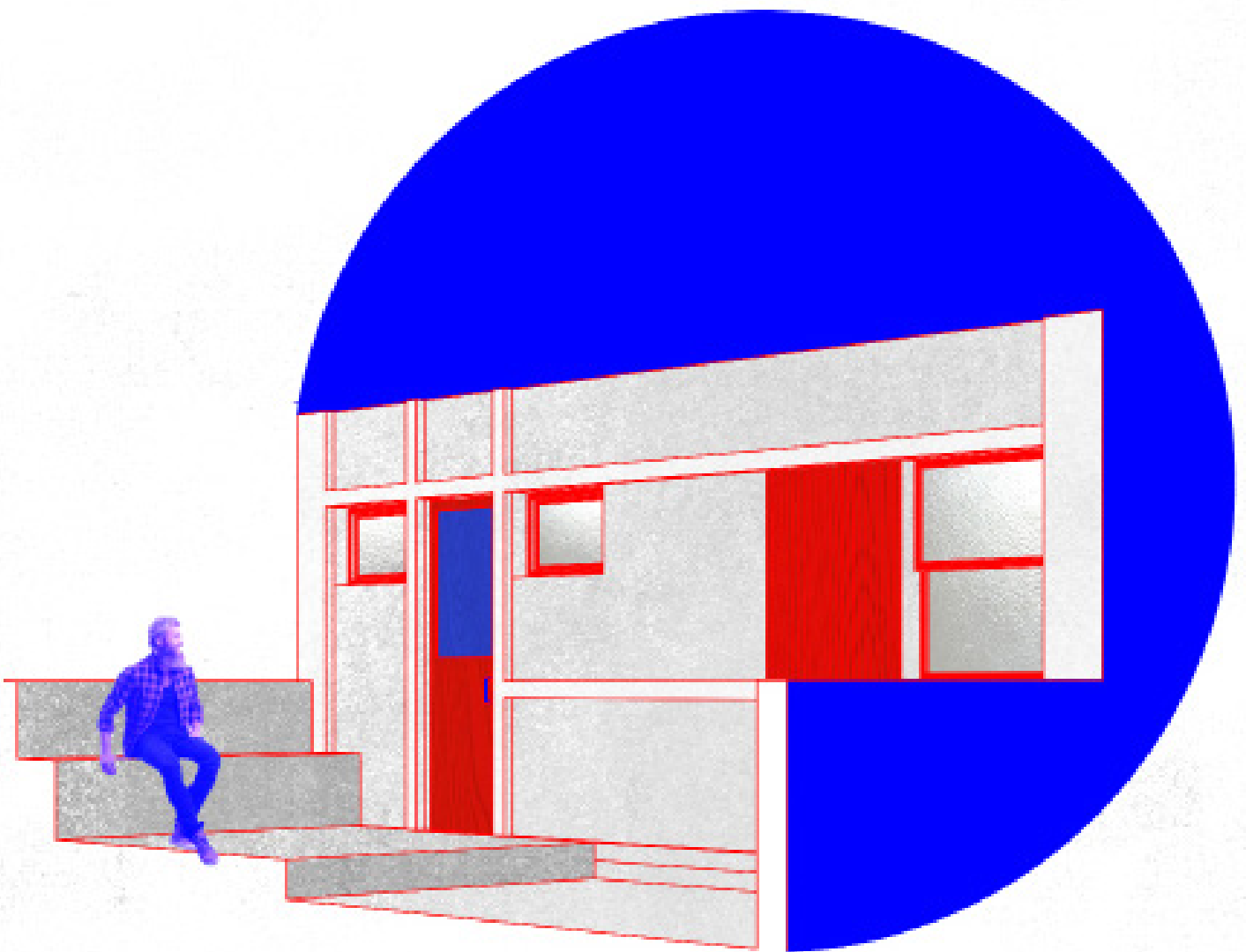


ACESSOS À HABITAÇÃO

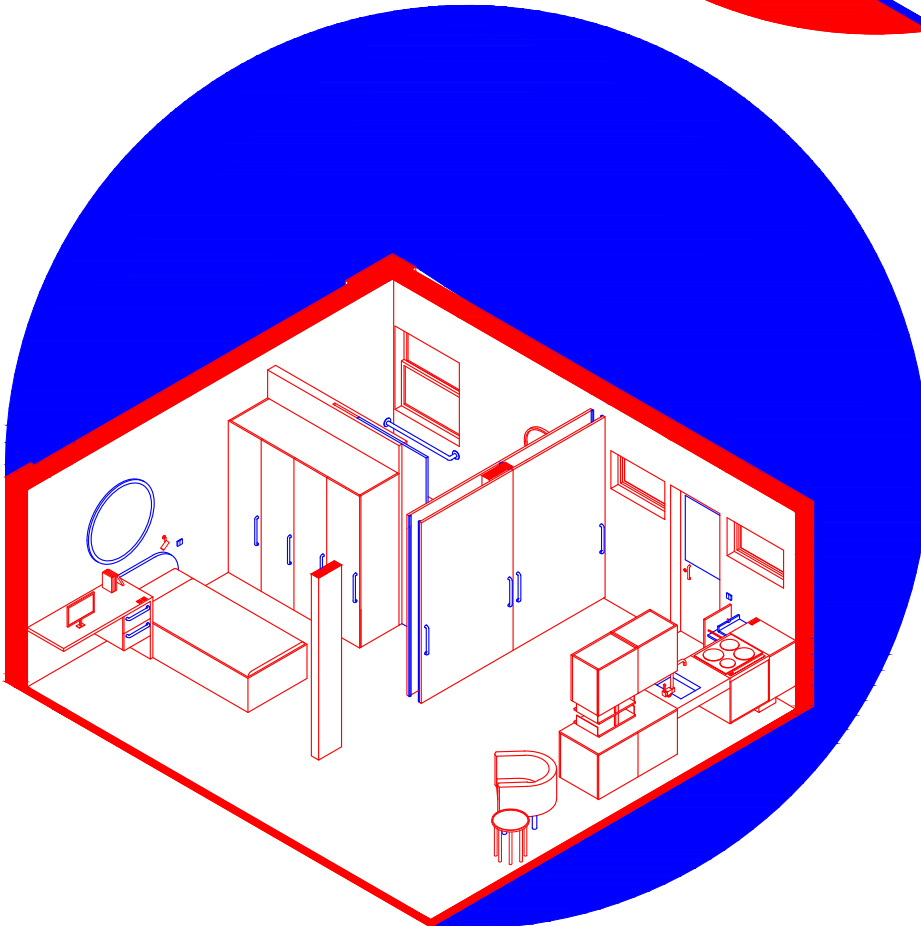
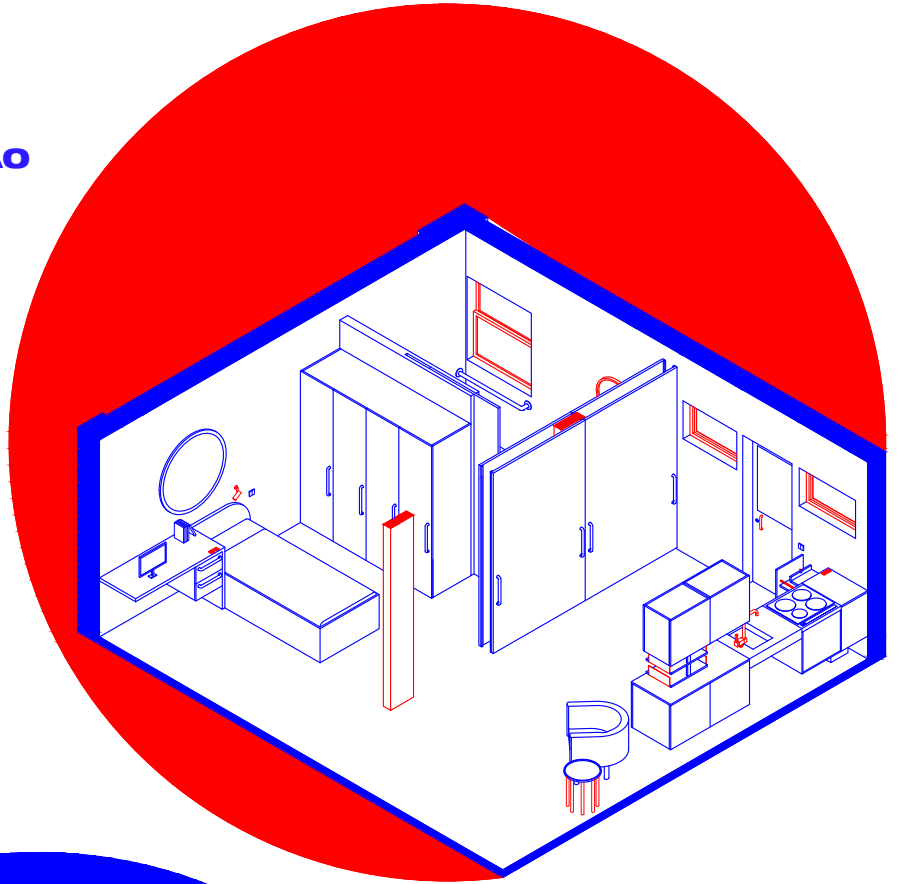


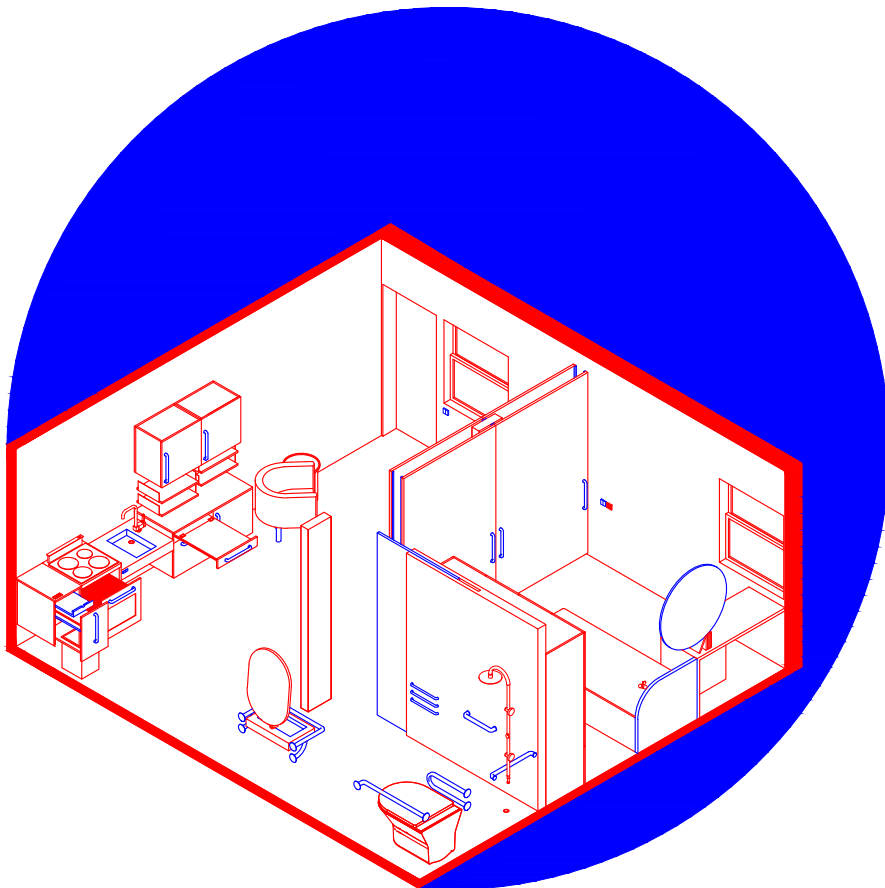
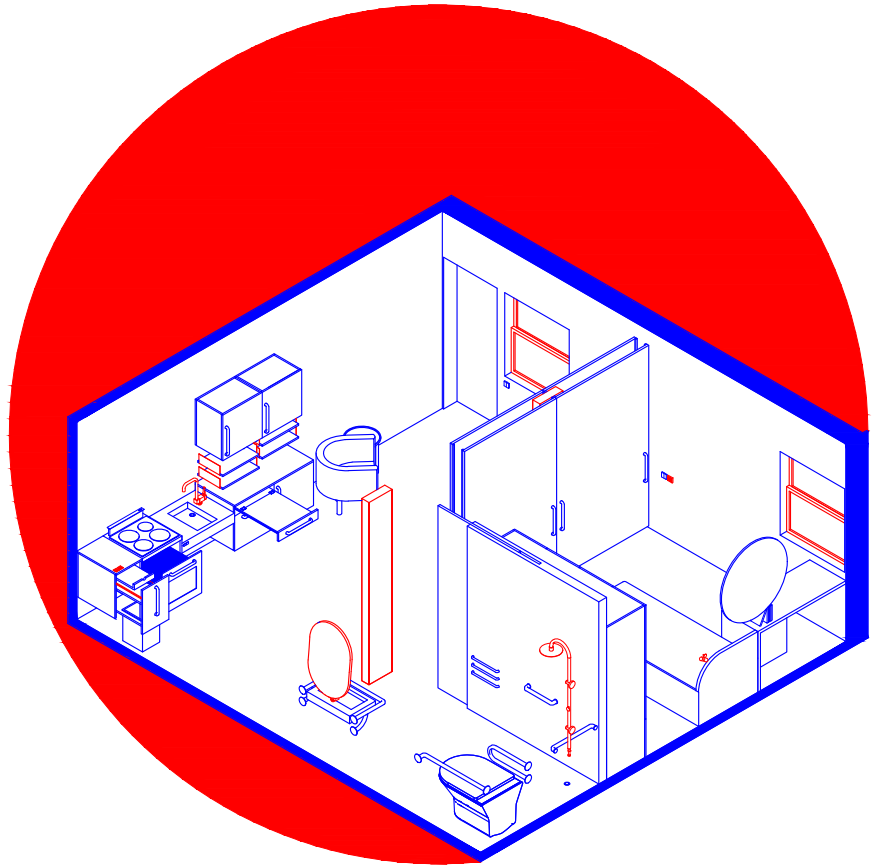
Para ser possível garantir uma igualdade de acessos e circulação, a entrada principal da habitação é conduzida por um caminho com uma rampa de 6% de inclinação.

A entrada secundária da habitação torna-se numa zona de estar exterior, acessível do interior da habitação por pessoas de mobilidade condicionada. Pode ser utilizada por pessoas sem limitações motoras.

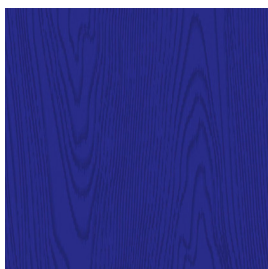


INTERIOR HABITAÇÃO





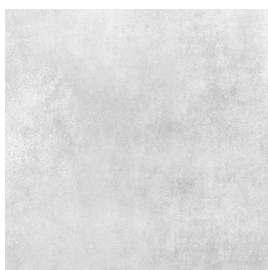
Os materiais e as cores, além da estética, foram selecionados principalmente para que a informação essencial fosse claramente percebida, melhorando a legibilidade e a orientação no espaço. O contraste entre azul e vermelho, no ambiente neutro destaca o uso simples e intuitivo, organizando a informação e facilitando a compreensão e a eficiência no local. O vermelho remete também à cor das janelas da pré-existência.



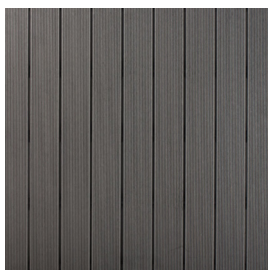
- utilizada na porta de correr da instalação sanitária e na porta-janela com acesso ao exterior.
material: madeira de carvalho
acabamento: pintada azul évara cin #0138



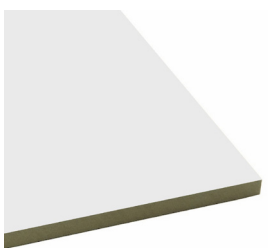
- utilizada em todas as janelas da habitação e portas de acesso ao exterior.
material: madeira de carvalho
acabamento: pintada vermelho Cin #0114



- utilizado em todo o piso da habitação.
material: microcimento



- utilizado na zona exterior da entrada principal da habitação.
material: deck composto antracite Dioco



- utilizado em todo o mobiliário.
material: mdf hidrófugo
acabamento: lacado a branco mate



- torneira monocomando de lavatório com cano circular
material: latão
acabamento: vermelho em C Study L TRES



- puxador cabo utilizado nas portas de correr e mobiliário das várias divisões.
material: aço
acabamento: azul escuro brilhante



- puxador cabo utilizado nas portas de correr e mobiliário das várias divisões.
material: aço
acabamento: azul escuro brilhante



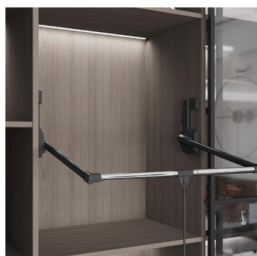
- conjunto coluna de chuveiro termoestático.
Martí 1921
material: latão
acabamento: vermelho RAL3000



- prateleiras extraíveis para os módulos superiores da cozinha.
Delinia ID
material: aço
acabamento: epoxi

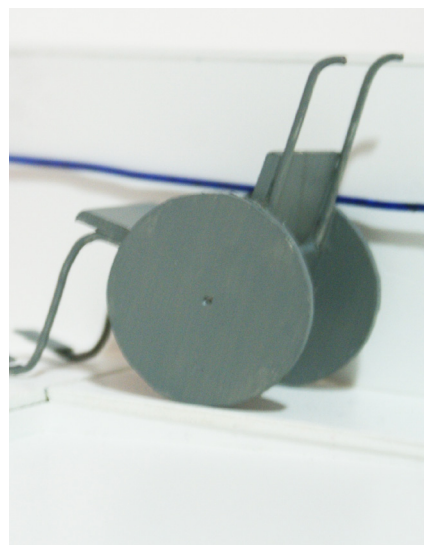
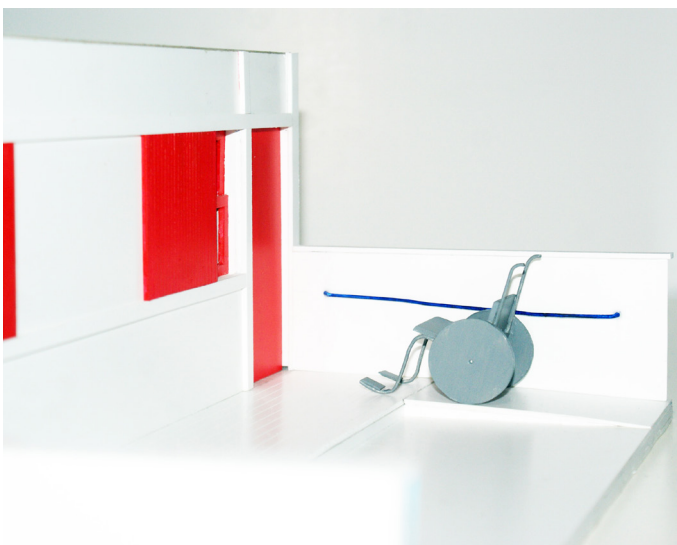
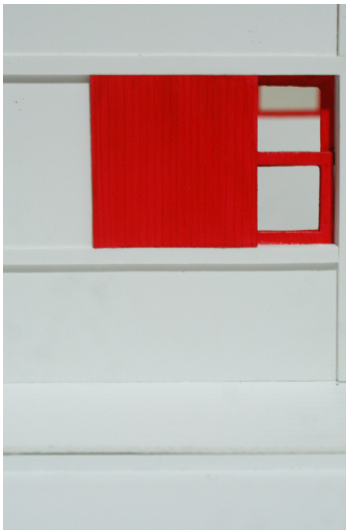
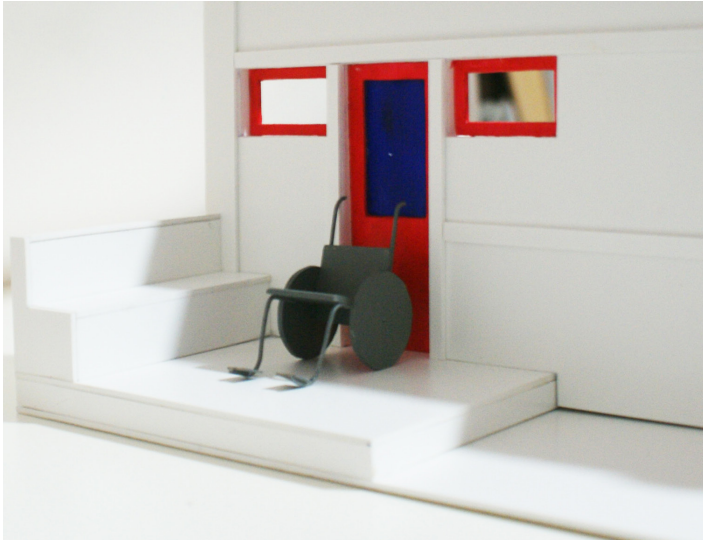


- sistema de ferragens para mesas ocultas/extraíveis.
Batista e Gomes
acabamento: corrediças de Alumínio sobre Alumínio Anodizado Natural

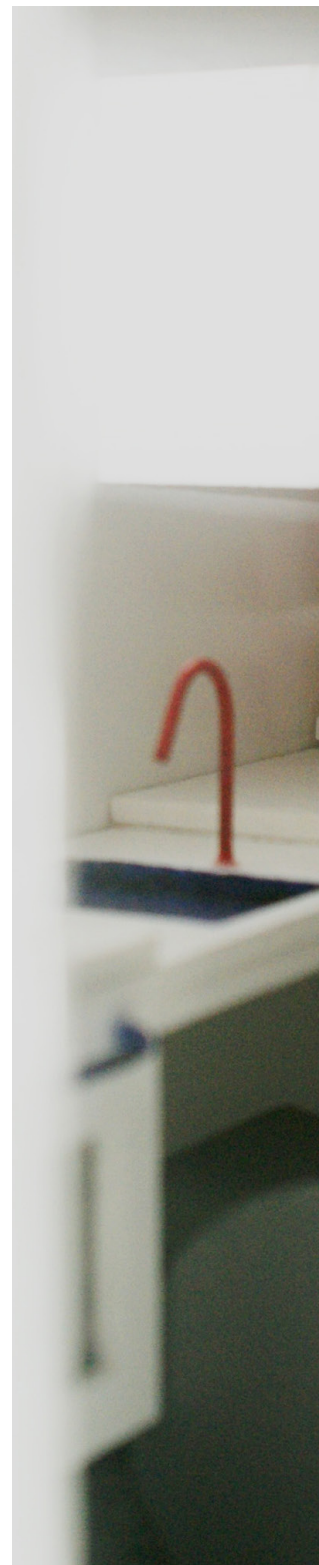
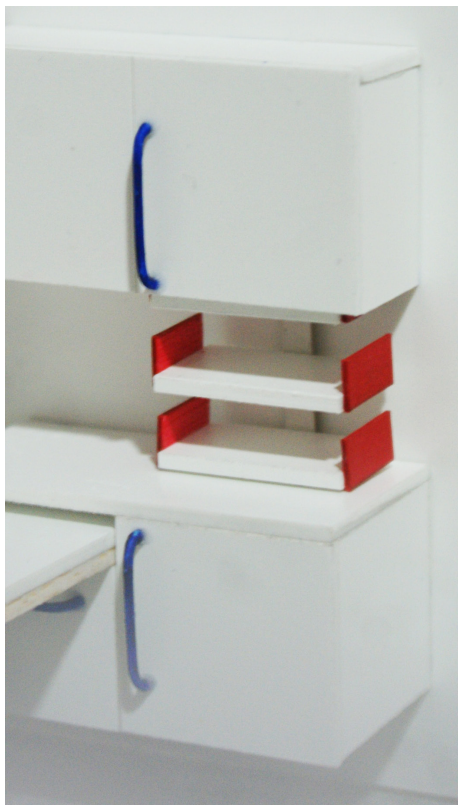
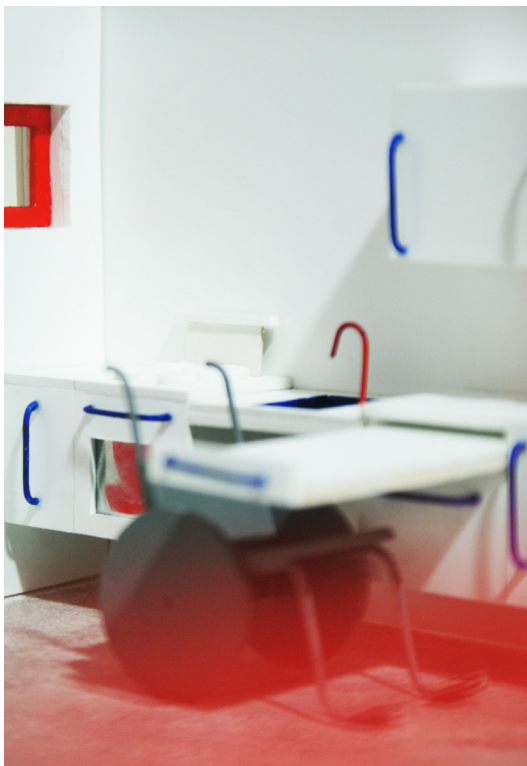


- Suporte elevatório Hang para roupeiro.
EMUCA

ACESSOS



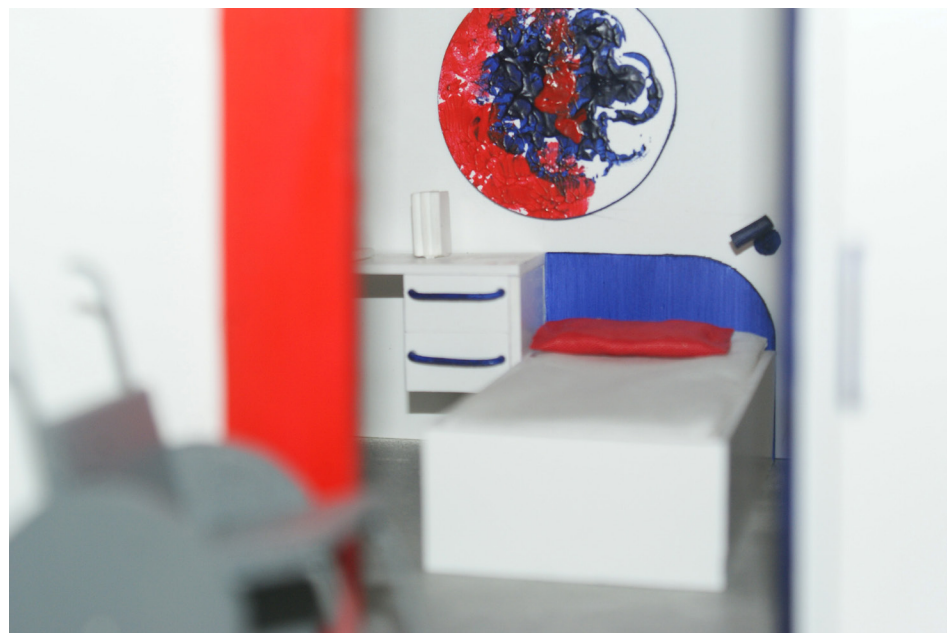
COZINHA





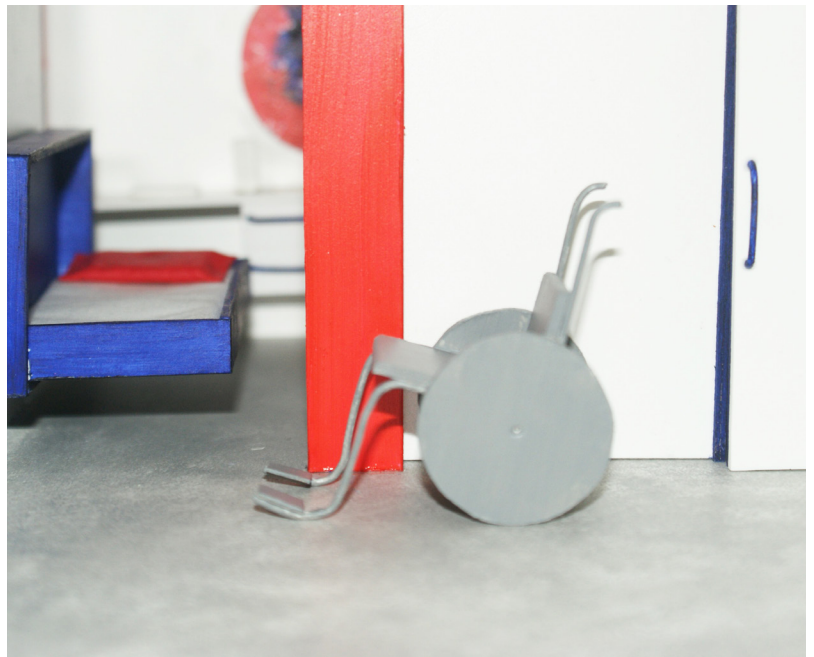
QUARTO: LAYOUT 1



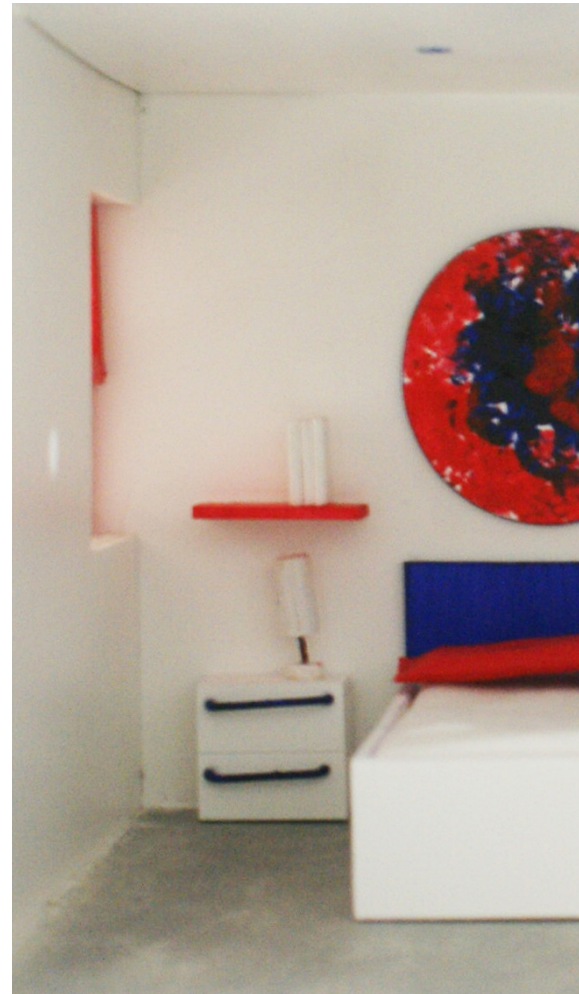


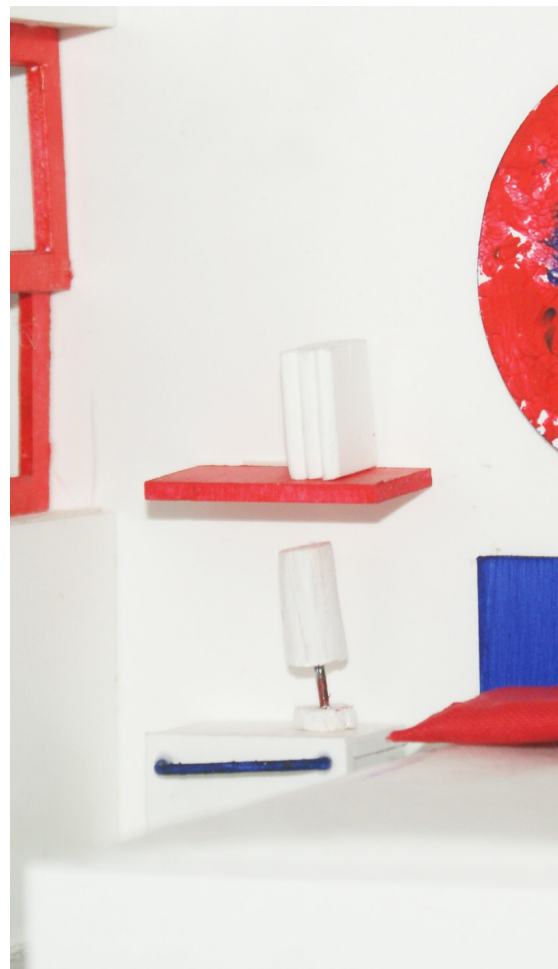
QUARTO: LAYOUT 2



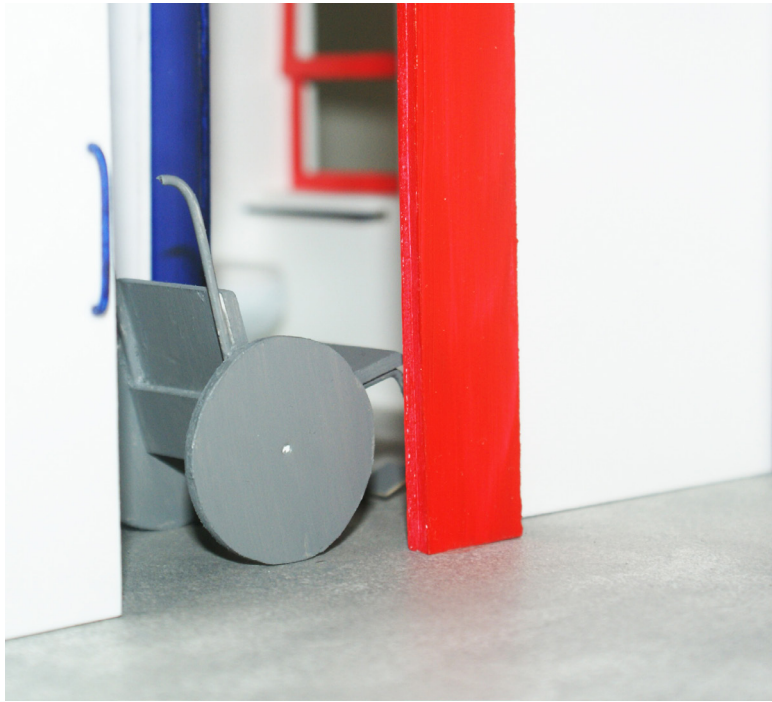


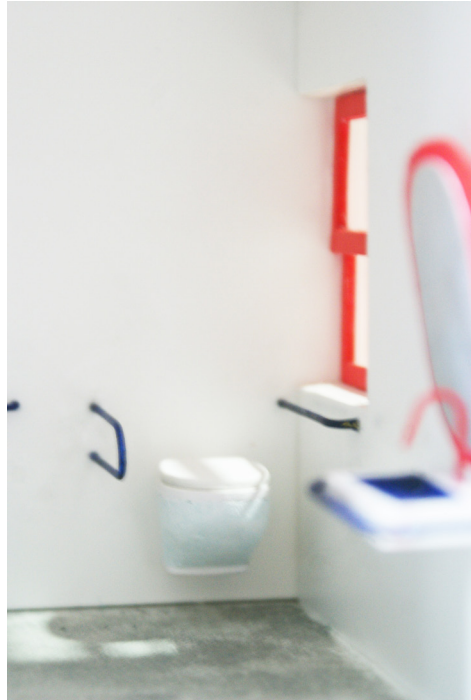
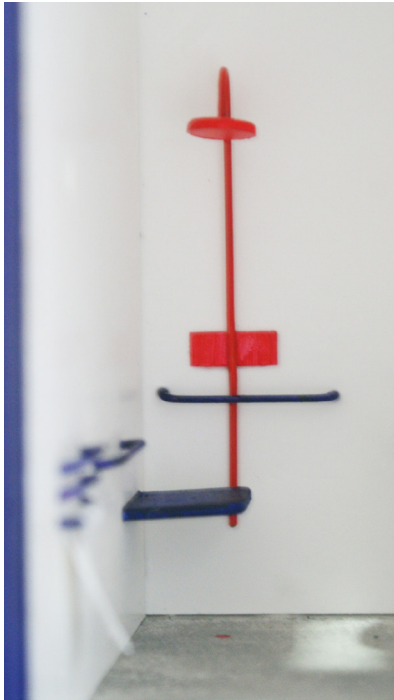
QUARTO: LAYOUT 3



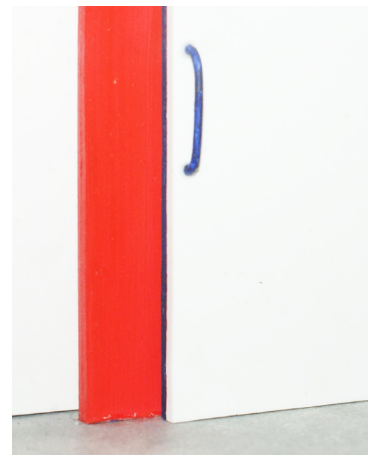
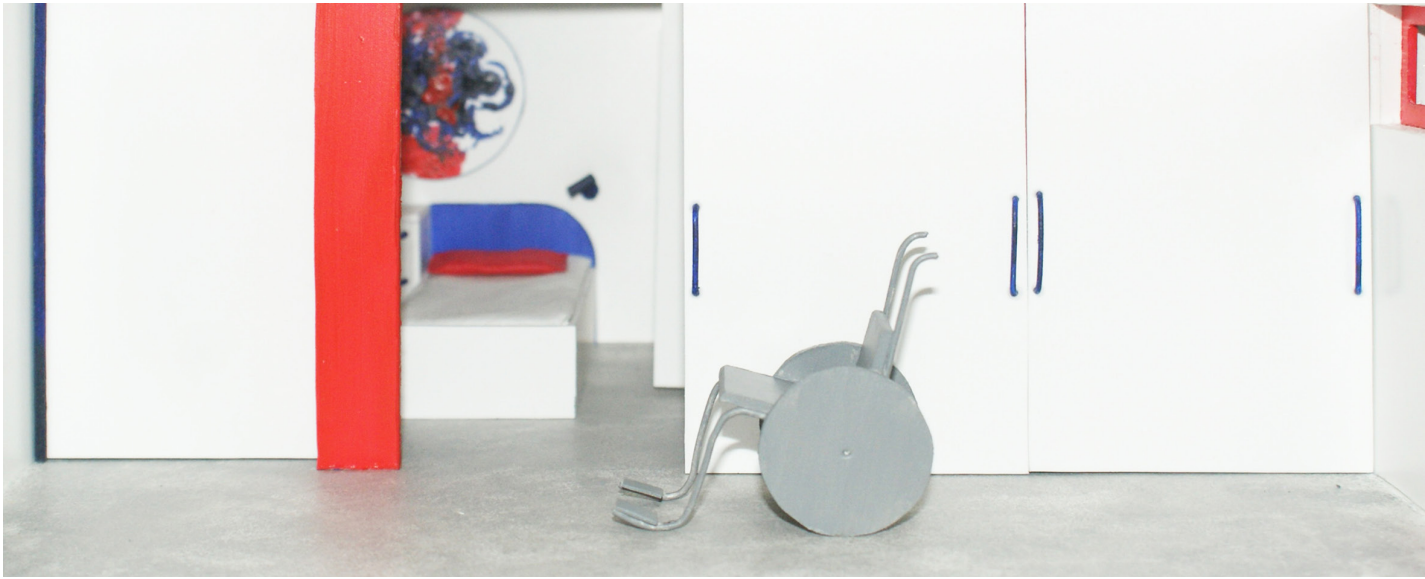


INSTALAÇÃO SANITÁRIA

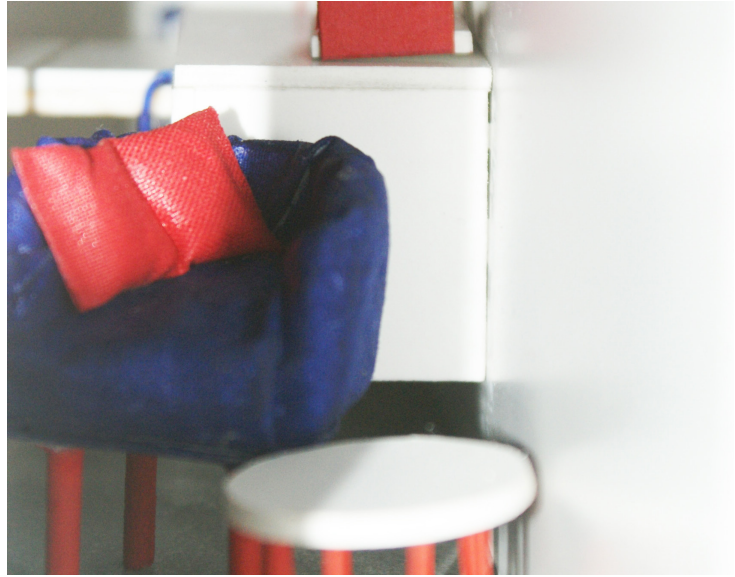


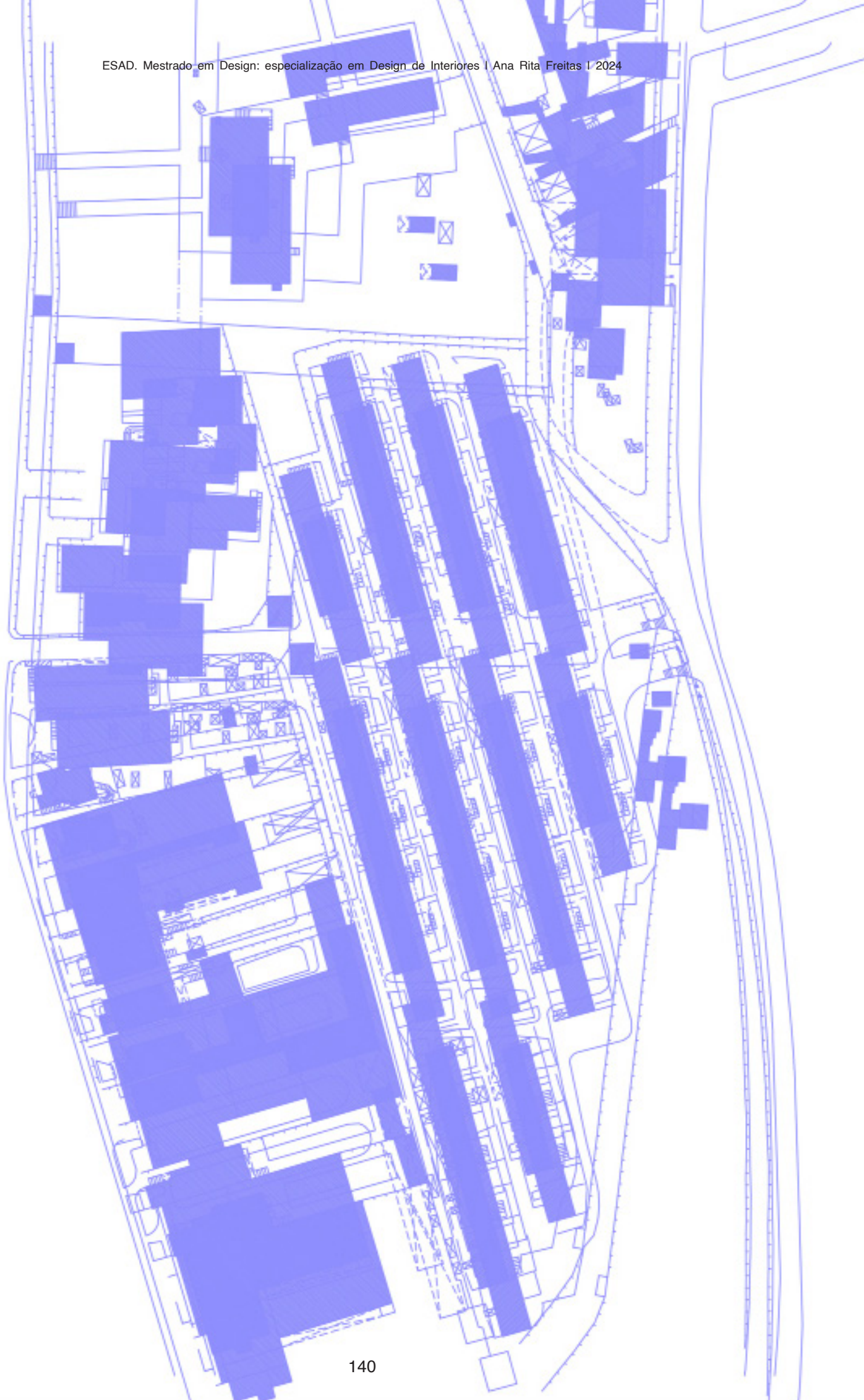


PORTAS DE CORRER



SALA DE ESTAR





CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente projeto aborda a interseção entre conjuntos habitacionais e a necessidade imperativa de inclusão de pessoas com mobilidade condicionada nesses espaços, orientado por uma consciência ética do design.

Ao realizar uma breve análise do desenvolvimento dos diversos conjuntos habitacionais de origem social em Portugal, torna-se evidente a insuficiência dessas habitações no que diz respeito à acessibilidade, devido às condições precárias que as caracterizam e às necessidades prioritárias de cada época em que foram desenvolvidas.

A complexidade da questão habitacional acentua-se quando se trata de incorporar acessibilidade em espaços limitados. Com a evolução da sociedade e da própria cidade, surgem questões e necessidades para combater a instabilidade social e promover a uniformização dos direitos humanos, sendo a habitação um direito fundamental para a comunidade.

Ao utilizar o design como uma ferramenta de análise para um projeto social e habitacional sustentável, e ao contribuir para um equilíbrio que assegure a qualidade de vida, tanto social quanto ambiental, foram analisados casos relevantes para Cidades Sustentáveis, como o Bairro Solar em Lisboa, uma comunidade que partilha energia solar renovável para promover a saúde do ambiente, e De Ceuvél, um bairro autossuficiente que pratica a economia circular para desenvolver uma abordagem sustentável.

Ao refletir sobre diversas opções de práticas sustentáveis sociais para a vida na cidade e reconhecendo as preocupações sociais e ambientais cruciais para o futuro do nosso planeta, surge a iniciativa de implantar o projeto numa habitação social já existente e desabitada, recorrendo à reabilitação habitacional.

A investigação baseada na igualdade social habitacional e inclusão de pessoas com necessidades especiais, como as pessoas com mobilidade reduzida que necessitam de auxílio de cadeira de rodas para se movimentar, conduziu ao estudo de práticas projetuais auxiliares, como o caso do 'Universal Design'.

Os casos de estudo examinados como reflexão das necessidades espaciais no âmbito da habitação, permitiram aprofundar as práticas de habitação acessíveis, como as técnicas de projeto na movimentação e articulação do espaço. O resultado dessas análises, tanto teóricas quanto práticas, traduz-se num exercício de projeto que parte de uma habitação social com dimensões limitadas e busca atender às necessidades de três tipologias de possíveis habitantes.

A importância associada ao corpo e ao espaço de uma habitação para alcançar uma função ergonómica eficaz é reflexo da apropriação do corpo pelo espaço e vice-versa, culminando num estudo projetual que atinge o seu propósito transformando a habitação em lar. O essencial nesse processo é o estudo da ergonomia e a investigação das

legislações pertinentes, como o Decreto-lei n.º163/2006 ou posteriormente, o “Guia de Acessibilidade para todos”.

Ao refletir sobre a importância da Ergonomia, não se pode deixar de mencionar a utilização da flexibilidade em exercícios de projeto acessíveis. A flexibilidade na arquitetura e no design de interiores é crucial para projetos de habitação que demandam multifuncionalidade por parte de habitantes com diferentes necessidades. No mobiliário, a flexibilidade representa o conforto universal da humanidade, associado à adaptabilidade, mobilidade e versatilidade dos equipamentos, culminando em diversas utilizações em simultâneo, o que realça a liberdade e inclusão do espaço habitado.

Relativamente ao projeto final e ao desenvolvimento projetual do mesmo, foram analisadas diversas normas técnicas e diretrizes de acessibilidade, aplicando-as de maneira criteriosa na concepção dos espaços internos e externos da habitação. Desde a entrada até aos ambientes de convivência, cada detalhe foi cuidadosamente projetado para eliminar barreiras físicas e proporcionar uma circulação segura e eficiente. A escolha de materiais e tecnologias inovadoras também desempenhou um papel crucial, garantindo durabilidade, facilidade de manutenção e, principalmente, a segurança dos usuários.

O projeto do Bairro Caixa Textil, não é apenas um espaço físico mas também

um lar acessível que reflete princípios de igualdade, inclusividade e a promoção de autonomia. A adaptação de espaços, a seleção de materiais e o design de interiores foram todos orientados pela iniciativa de proporcionar uma habitação que atenda às necessidades práticas do habitar, mas também promova o bem-estar emocional e a integração social.

A reflexão sobre a disciplina do design e as suas práticas, como o design social, destaca os valores do designer enquanto profissional e ressalta os desafios dessa disciplina perante a sociedade e sua evolução. Este projeto reafirma a importância de uma abordagem holística no desenvolvimento de habitações, ao mostrar que, com criatividade, sensibilidade e rigor técnico, é possível criar espaços que transformam desafios em oportunidades e promovem uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

“É sobretudo na habitação que o homem deve encontrar o seu espaço, o ambiente criado à escala das suas necessidades e possibilidades, quer como indivíduo, quer como elemento de um grupo social.”

Fernando Távora, 2006, p.56

BIBLIOGRAFIA / WEBGRAFIA

Abreu, P. C. C. (2010). *Casas Económicas do Estado Novo Os Bairros Sociais na Covilhã*. Tese de Mestrado. Universidade da Beira Interior, Covilhã.

Agarez, R. C. (Coordenador). (2018). *Habitação: Cem anos de políticas públicas em Portugal 1918-2018*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

Almeida, B. G. (2015). *Ilhas, do lado de lá da rua: Reflexões sobre a Habitação Popular e Social e a sua integração na Cidade do Porto*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitetura. Universidade do Porto, Porto.

Alves, J. B. (2017). *Abril Abril: Processo SAAL*. Retirado em Junho 20, 2022 de <https://www.abrilabril.pt/processo-saal>

Antunes, G.; Lúcio, J.; Soares, N. P.; Julião, R. P. (2016). *Políticas de habitação social precedentes a Abril de 1974*.

Architype Review. (2012). *De Ceuvel*. Retirado em Maio 27, 2022 de <http://architypereview.com/project/de-ceuvel-2/>

(autor desconhecido). (2020). *Bairro da Quinta da Calçada: 1938-1992*. Retirado em Junho 8, 2022 de <http://bairrodaquintadacalcada.blogspot.com/2012/09/bairro-da-quinta-da-calcada-1938-1992.html>

Bauen, Wohnen, Denken³ (1951) conferência pronunciada por ocasião da “Segunda Reunião de Darmstadt”, publicada em *Vortäge und Aufsätze*, G. Neske, Pfullingen, 1954. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback.

Belas Clube Campo: Lisbon Green Valley. EDP e Planbelas criam primeiro “Bairro Solar” de Portugal. Retirado em Maio 23, 2022 de https://www.belasclubedecampo.pt/2020/07/edp-e-planbelas-criam-primeiro-bairro-solar-de-portugal/?doing_wp_cron=1659436257.6620988845825195312500

Biason, D. (2021). *BeeCircular. O que é Ecodesign? Princípios, Vantagens e Exemplos*. Retirado em Maio 15, 2022 de <https://www.beecircular.org/post/ecodesign-economia-circular-principios-vantagens-exemplos-empresas>

Billock, J. (2020). *This Frank Lloyd Wright Home Was a Trailblazing Example of Accessible Design*. Retirado em Março 27, 2023 de <https://www.smithsonianmag.com/travel/this-frank-lloyd-wright-home-was-trailblazing-example-accessible-design-180975383/>

Caixa Geral de Depósitos. *Casas Económicas*. Retirado em Maio 24, 2022 de <https://www.cgd.pt/Institucional/Patrimonio-Historico-CGD/Estudos/Documents/Casas-Economicas.pdf>

Carvalho, F. (2018) *Olhar o bairro a partir de dentro: estudo das percepções dos moradores do Bairro Social do Sobreiro*. Tese de Mestrado. Ciências da Educação. Universidade do Porto, Porto.

Chong, R. (2013). *Fast Company. Training A New Generation Of Designers To Design For Good*. Retirado em Maio 17, 2022 de <https://www.fastcompany.com/1681252/training-a-new-generation-of-designers-to-design-for-good>

Costa, A; Vale, R. (2014). *SIPA: Bairro de Casas Económicas de Caselas. Bairro de Caselas*. Retirado em Junho 6, 2022 de http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=20848

Coulleri, A. (2022). *Gerano House/ s_studio*. Retirado em Março 27, 2023 de <https://www.archdaily.com/974798/genaro-house-s-estudio>

Couto, A. (2020). *Há muito mais acerca de um Bairro Social do que a sua vista*. Retirado em Abril 14, 2022 de <https://shifter.pt/2020/10/bairro-social/>

(autor desconhecido). *De Ceuvel*. Retirado em Maio 20, 2022 de <https://deceuvel.nl/en/about/sustainable-technology/>

Dias, M. G. (produtor). Feldman, Edgar (realizador). (1996). *Arquivos: Pátios e Vilas em Lisboa - parte I*. Portugal: RTP2.
<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/patios-e-vilas-em-lisboa-parte-i/>

Donald, N. (1990). *The Design of Everyday Things*. Nova York: O grupo de livros de Perseus.

e-Cultura. *Pátios e Vilas de Lisboa – Alfama*. Retirado em Junho 4, 2022 de <https://www.e-cultura.pt/artigo/19375>

e-Cultura. (2008). *Património material: Vila Sousa*. Retirado em Junho 17, 2022 de https://www.e-cultura.pt/patrimonio_item/2771

Filipe, A. (2008). *SIPA: Bairro de Casas Económicas do Amial. Bairro de Casas Económicas da Telheira. Bairro do Amial*. Retirado em Junho 6, 2022 de http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5439

Filipe, A. (2010). *SIPA: Bairro de Casas de Renda Económica de Ramalde*. Retirado em Junho, 8, 2022 de http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=28636

Figueiredo, R. (2010). *SIPA: Bairro de Alvalade: Área do plano de Urbanização da zona a sul da Avenida Alferes Malheiro*. Retirado em Junho 9, 2022 de http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=30357

Fontes, A. C. ; Fontes, A. J. M. L. C. ; Rodrigues, F. M. ; Silva; M. C. (2017). *A Cidade da Participação. Projeto de Arquitetura Básica participada na Ilha da Bela Vista*.

FORNASIER, Cleuza B. R.; MARTINS, Rosane F. F.; MERINO, Eugénio. (2012). *Da responsabilidade social imposta ao design social movido pela razão*. Retirado em Janeiro 7, 2022 de <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1850/Da%20responsabilidade%20social%20imposta%20ao%20design%20social%20movido%20pela%20raz%c3%a3o.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Gonçalves, M. D. F. (2020). *Habitar o Pátio na Colina: Reabilitação do Pátio de Dom Fradique, em Alfama*. Tese de Mestrado. Universidade de Arquitetura de Lisboa, Lisboa.

Greco, A.; Barros, D. (2012). *Esgotamento dos Recursos Naturais*. Retirado em Maio 20, 2022 de <https://super.abril.com.br/ciencia/esgotamento-dos-recursos-naturais/>

Hertzberger, H. (2015). *Lições de Arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes.

Holmes, D. (2014). *WLA: Purifying Park de Ceuvel | Amsterdam Netherlands | Delva Landscape Architects*. Retirado em Maio 27, 2022 de <https://worldlandscapearchitect.com/purifying-park-de-ceuvel-amsterdam-netherlands-delva-landscape-architects/#.YyHnWnbMI2w>

Instituto Tellus. (2017). *Design Social: como um bom design pode tornar o mundo mais inclusivo*. Retirado em Dezembro 21, 2021 de <https://tellus.org.br/conteudos/artigos/design-social-como-um-bom-design-pode-tornar-o-mundo-mais-inclusivo/>

Jesus, F. (2020). *Portal Energia: Energias Renováveis. Autoconsumo dá isenção total de custos aos consumidores*. Retirado em Maio 24, 2022 de <https://www.portal-energia.com/autoconsumo-isencao-custos-consumidores/>

J. E. Fraga Aurélio. (2015). *Lisboa de Antigamente: Pátio (bairro) do Biaggi, às Amoreiras*. Retirado em Junho 3, 2022 de <https://lisboadeantigamente.blogspot.com/2015/08/o-patio-bairro-do-biaggi-as-amoreiras.html>

(autor desconhecido). (s.d). *Laurent House*. Retirado em Março 27, 2023 de <https://franklloydwright.org/site/laurent-house/>

Lemos, S. M. C. (2014). *Trilhos na Floresta: Imersões Criativas no âmbito do Design Social*. Tese de Doutoramento em Design. Universidade de Aveiro, Aveiro.

Leite, J. A. (2022) *Restos de Coleção: Pátio do Biaggi*. Retirado em Junho 14, 2022 de <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2022/07/patio-do-biaggi.html>

Lisboa S.O.S. (2009). *Há muitas Lisboas dentro de Lisboa: Bairro das Furnas*. Retirado em Junho 8, 2022 de <http://lisboasos.blogspot.com/2009/03/ha-muitas-lisboas-dentro-de-lisboa.html>

Loureiro, B. M. (2017). *Habitação: privilégio ou direito? Bairro da Boavista: uma nova perspetiva da habitação social*. Escola Superior de Artes Decorativas da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, Lisboa.

Lucchese, C. (2009). *The Urban Earth: Reflexões para um mundo urbanizado. As “ilhas” do Porto- Portugal*. Retirado em Junho 14, 2022 de [https://theurbanearth.wordpress.com/2009/10/08/as-ilhas-de-porto-portugal/](https://theurbaneearth.wordpress.com/2009/10/08/as-ilhas-de-porto-portugal/)

Maia, A. (2022). Um mergulho nas ilhas de São Victor, nas “entranhas” do Porto. Retirado em Outubro 18, 2022 de <https://www.publico.pt/2022/07/08/p3/fotogaleria/mergulho-nas-ilhas-de-sao-victor-nas-entranhas-do-Porto-408401>

Margolin, V. (2014). *Design e Risco de Mudança*. Vila do Conde: Verso da História.

Matos, F.; Marques, T. S.; Maia, C.; Ribeiro, D. (2020). *O acesso à habitação e as políticas públicas*. Retirado em Março 12, 2022 de <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/127140>

Misslisb. (2015). *Lisboa, cidade menina tão bela. A Vila Luz Pereira*. Retirado em Junho 17, 2022 de <https://misslisb.wordpress.com/2015/08/07/a-vila-luz-pereira/>

Moreira, S. (2020). *Archdaily: O que é Habitação de Interesse Social?* Retirado em Junho 19, 2022 de <https://www.archdaily.com.br/br/925932/o-que-e-habitacao-de-interesse-social>

Oliveira, A. (2020). *Cofina Media: Primeiro Bairro Solar do país estreia-se em Belas*. Retirado em Maio 23, 2022 de <https://www.jornaldenegocios.pt/sustentabilidade/smart-cities/detalhe/20200715-1136-primeiro-bairro-solar-do-pais-estrea-se-em-belas>

Oliveira, F. R. R. (2012). *Habitações Económicas - Federação de Caixas de Previdência: Casas de Renda Económica em Coimbra*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitetura. Universidade de Coimbra, Coimbra.

Oliveira, M. V. M.; Curtis, M. C. G. (2018). *Por um design mais social: conceitos introdutórios*. Retirado em Janeiro 8, 2022 de <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/172835>

Papanek, V. (1997). *Arquitetura e Design. Ecologia e Ética*. Lisboa: Edições 70.

Paptic. *The Sustainable Alternative to Plastics in Packaging*. Retirado em Maio 15, 2022 de https://paptic.com/?gclid=Cj0KCQjwlemWBhDUARIsAFp1rLUv4gplUxT8_JCunwAZaSI7x-UJo5xQ519XBilfhFEoJX5T7NSBi2YaAr4oEALw_wcB

Pereira, D. C. (2011). *A Evolução da Habitação de Interesse Social no Município do Porto*. Tese de Mestrado em Economia e Gestão das Cidades. Universidade do Porto, Porto.

Pereira, G. M. *As Ilhas no percurso das famílias trabalhadoras do Porto em finais do século XIX*. Tese de Mestrado. Universidade do Minho, Minho.

Pereira, N. T. (1994). *Pátios e Vilas de Lisboa, 1870-1930; a promoção privada do alojamento operário*.

Portas, N. (1979). *Arquivos: Os problemas da habitação*. Portugal: RTP2.
<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/os-problemas-da-habitacao/>

Porto, R. G. (2019). *Processos de Design e Inovação Social*. Retirado em Janeiro 5, 2022 de file:///C:/Users/utlizador/Downloads/_Processos%20de%20design%20e%20inova%C3%A7%C3%A3o%20social...__Renata%20Porto.pdf

Prester, T. (2010). *Design That Matters. Better by Design How Empathy Can Lead to More Successful Technologies and Services for the Poor*. Retirado em Abril 27, 2022 de <https://www.designthatmatters.org/about>

Quintas, R. K. (2016). *Ferramentas de Co-Design voltadas a moradores de Habitação de Interesse Social*. Programa de Pós-Graduação em Design. Mestrado em Design. Universidade do Paraná, Paraná.

RE INVICTA (2013). *O Bairro da Bouça como modelo de Habitação Social*. Retirado em Abril 17, 2024 de <https://reinvicta.blogspot.com/2013/12/o-bairro-da-bouca-como-modelo-de.html>

Reip, F. (2016). *illinois – rockford – frank lloyd wright’s laurent house*. Retirado em Março 24, 2023 de <https://neverleavetheclouds.com/2016/11/03/illinois-rockford-frank-lloyd-wrights-laurent-house/>

Reis, A. T. L.; Lay, M. C. D. (2010). *O projeto da habitação de interesse social e a sustentabilidade social*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Rodrigues, F. (2011). Proibidoapontar. *A Ilha do Bairro Herculano – um espaço de Dentro e de Fora da cidade do Porto*. Retirado em Junho 3, 2022 de <http://proibidoapontar.blogspot.com/2011/01/ilha-do-bairro-herculano-um-espaco-de.html>

Rybczynski, W. (1986). *La Casa Historia de una ideia*. Donostia: Nerea.

Saraiva, J. H.; Costa, D. A. (produtor). Videofono (realizador). (2011). *Arquivos: O Século XIX em Portugal*. Portugal: RTP2.
<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/o-seculo-xix-em-portugal/>

Shaftoe, H. (2008). *Convivial Urban Spaces. Creating Effective Public Places*. Reino Unido: Taylor & Francis.

Silva, M. C. L. (2019). *Processo de (Re)criação de Habitação Coletiva na encosta da Penha de França*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitetura. Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa.

Silva, M. M. A. R. (2013). *Pátios e Vilas da zona Ribeirinha Oriental: Materialidade, memória e recuperação urbana*. Tese de Mestrado. Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.

Simões, J. I. A. F. (2010). *A habitação social como instrumento de combate à Pobreza e Exclusão Social: estudo de caso no Bairro Alves Redol*. Tese de Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

Siza Vieira, Álvaro. Arquivo. (2020) *Projetos: Bairro da Bouça*. Retirado em Abril 17, 2024 de <https://espacodearquitetura.com/projetos/bairro-da-bouca/>

Sousa, F. (2011). *Satisfação de Clientes: O caso de uma Empresa Industrial*. Retirado em Maio 22, 2022 de https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/16192/2/Satisfa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Clientes_%20Caso%20de%20Uma%20Empresa%20Industrial.pdf

Souza, P. F. A. (2007). *Sustentabilidade e responsabilidade social no design do produto: rumo à definição de indicadores*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Brasil.

Stringfixer. *Habitação Pública no Reino Unido*. Retirado em Abril 14, 2022 de https://stringfixer.com/pt/Council_estate

Tavares, M. (2008). *Infohabitar 182: Um percurso na habitação em Portugal: O caso da FCP-HE*. Retirado em Junho 19, 2022 de <http://infohabitar.blogspot.com/2008/02/um-percurso-na-habitao-em-portugal.html>

Teixeira, A. *Arquitetura + Arte. As ilhas do Porto e as tipologias de habitação dos séculos XIX e XX*. Retirado em Maio 29, 2022 de <http://revista5.arquitetonica.com/index.php/magazine-1/arquitetura/as-ilhas-do-porto-e-as-tipologias-de-habitacao-dos-seculos-xix-e-xx>

Terenó, P. (2017). *SIPA: Vila Luz Pereira*. Retirado em Junho 18, 2022 de http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=35898

Toponímia de Lisboa. (2015). *O Beco da Curvinha Semedo ou da Corvinha?* Retirado em Junho 4, 2022 de <https://toponimialisboa.wordpress.com/2015/06/>

Tucker, E. Metropolis. (2021). *A New Concept for Good Architecture: Embodied Justice*. Retirado em Abril 23, 2022 de <https://metropolismag.com/viewpoints/embodied-justice-2021/>

UrbsNova. *Agência de Design Social e Inovação*. Retirado em Abril 15, 2022 de <https://urbsnova.wordpress.com/design-social/>

Vásquez, I. B. Conceição, P. (Coordenação). (2015). *“Ilhas” do Porto*.

Zumthor, P. (1999). *Pensar a Arquitetura*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

DECRETOS-LEI E ARTIGOS

anexo 1:

Artigo 25 DUDH - ONU, 1948-12-10,

Proclama a presente Declaração Universal dos Direitos do Homem como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efetivos tanto entre as populações dos próprios Estados membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição.

anexo 2:

Decreto n.º 4137 - Diário do Governo n.º 87/1918, Série I de 1918-04-25, estabelecendo várias providências atinentes a promover a construção de casas económicas.

anexo 3:

Decreto-Lei n.º 38382 - Diário do Governo n.º 166/1951, 1º Suplemento, Série I de 1951-08-07,
Aprova o Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Revoga o Decreto de 14 de Fevereiro de 1903, os artigos 9.º e 10.º do Decreto n.º 902, os Decretos n.os 14268 e 15899 e o Decreto-Lei n.º 34472.

anexo 4:

Decreto-Lei n.º 23052 - Diário do Governo n.º 217/1933, Série I de 1933-09-23,
Autoriza o Governo a promover a construção de casas económicas, em colaboração com as câmaras municipais, corporações administrativas e organismos do Estado.

anexo 5:

Decreto-Lei n.º 28912 - Diário do Govêrno n.º 186/1938, Série I de 1938-08-12,
Autoriza o Governo a promover na cidade de Lisboa a construção de 2000 casas económicas e a dar o seu concurso à instalação de 1000 pequenas casas desmontáveis.

anexo 6:

Decreto-Lei n.º 33278 - Diário do Govêrno n.º 256/1943, 1º Suplemento, Série I de 1943-11-24,
Autoriza o Governo a promover, em colaboração com as Câmaras Municipais de Lisboa, Porto, Coimbra e Almada, a construção de mais 5000 moradias, sendo 4000 económicas e 1000 casas desmontáveis, no regime definido nos decretos-leis n.os 23052 e 28912 e no presente diploma.

anexo 7:

Decreto-Lei n.º 2007 - Diário da República n.º 12/2007, Série I de 2007-01-17,

Aprova o Regulamento Geral do Ruído e revoga o regime legal da poluição sonora, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro.

anexo 8:

Decreto-Lei n.º 35611 - Diário do Governo n.º 89/1946, Série I de 1946-04-25,

Insera disposições relativas à cooperação das instituições de previdência na resolução do problema da habitação.

anexo 9:

Decreto-Lei n.º 49 033 - Diário do Governo n.º 126/1969, Série I de 1969-05-28,

Institui, no Ministério das Obras Públicas, o Fundo de Fomento da Habitação, organismo com personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira. Extingue, a partir de 1 de Julho de 1969, o Serviço de Construção de Casas Económicas, instituído junto da Direção-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, pelo Decreto-Lei n.º 28912 de 12 de Agosto de 1938. Altera os quadros de pessoal do Ministério das Obras Públicas.

anexo 10:

Resolução do Conselho de Ministros n.º 50-A, 2018 - Diário da República n.º 84/2018, 1º Suplemento, Série I de 2018-05-02,

Aprova o sentido estratégico, objetivos e instrumentos de atuação para uma Nova Geração de Políticas de Habitação.

anexo 11:

Decreto-lei n.º 37/2018, 4 de maio; Portaria 230/2018, de 17 de agosto Regulamenta o Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, que estabelece o 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.

anexo 12:

Decreto-lei n.º 123/97, 22 de maio. Diário da República n.º 118/1997, Série I-A de 1997-05-22, páginas 2540 - 2544,

Torna obrigatória a adopção de um conjunto de normas técnicas básicas de eliminação de barreiras arquitectónicas em edifícios públicos, equipamentos colectivos e via pública para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada.

LISTA DE IMAGENS

Edição gráfica imagens: autoria própria.

IMAGEM 1

Edição: autoria própria. Ilustração personalizada. O habitar e a comunidade. Retirado em Setembro 2, 2023 de <https://www.pinterest.pt/pin/5629568276645862/>

IMAGEM 2

Edição: autoria própria. Habitação social. Retirado em Setembro 2, 2023 de <https://www.pinterest.pt/pin/196751077455776757/>

IMAGEM 3

Edição: autoria própria. Ilustração Ana Aragão. Retirado em Setembro 2, 2023 de <https://abstrarte.wordpress.com/2014/12/04/ana-aragao/>

IMAGEM 4

Edição: autoria própria. Vista rua da Ilha do Caleiro, autor desconhecido, Porto, 1941. Retirado em Setembro 28, 2022 de <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/797791/>

IMAGEM 5

Edição: autoria própria. Pátio do Biaggi, às Amoreiras, s/d, foto de Eduardo Portugal, in a .f. C.M.L., Lisboa. Retirado em Setembro 28, 2022 de <https://paixaoporlisboa.blogs.sapo.pt/patio-do-biaggi-121190>

IMAGEM 6

Edição: autoria própria. Vila Sousa, Machado & Souza, Lisboa, entre 1898 e 1908. Retirado em Setembro 28, 2022 de <https://jornalissimo.com/historia/vilas-operarias-na-lisboa-do-final-do-seculo-xix/>

IMAGEM 7

Edição: autoria própria. Carimbo HE-FCP. Retirado em Setembro 28, 2022 de [file:///C:/Users/utlizador/Downloads/HE-FCP%20-%20Casas%20de%20Renda%20Econ%C3%B3mica%20em%20Coimbra%20-%20Filipa%20Oliveira%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/utlizador/Downloads/HE-FCP%20-%20Casas%20de%20Renda%20Econ%C3%B3mica%20em%20Coimbra%20-%20Filipa%20Oliveira%20(1).pdf)

IMAGEM 8

Edição: autoria própria. Vista aérea do Bairro de Casas Económicas do Amial, Porto, 1966. Retirado em Setembro 28, 2022 de file:///C:/Users/utlizador/Downloads/IHRU_CasasEconomicasDesmontaveis.pdf

IMAGEM 9

Edição: autoria própria. Bairro de Casas Económicas de Caselas, Lisboa, entre 1944 e 1948. Retirado em Setembro 28, 2022 de https://www.researchgate.net/figure/Bairro-de-Casas-Economicas-de-Caselas-Lisboa-arquiteto-Couto-Martins-para-a-DGEMN-1944_fig3_334721193

IMAGEM 10

Edição: autoria própria. Bairro de Casas Desmontáveis da Quinta da Calçada, em construção, Lisboa, 1939. Retirado em Setembro 28, 2022 de https://www.researchgate.net/figure/Bairro-de-Casas-Desmontaveis-da-Quinta-da-Calçada-em-construção-Lisboa-1939-CML-1938_fig7_334721193

IMAGEM 11

Edição: autoria própria. Vista aérea do Bairro de Alvalade, Alberto Nunes, Lisboa, 1953. Retirado em Setembro 28, 2022 de <https://www.jf-alvalade.pt/alvalade/historia/>

IMAGEM 12

Edição: autoria própria. Fachadas Bairro de Ramalde, Porto. Retirado em Novembro 4, 2023 de <https://docomomoiberico.com/pt-pt/edificios/barrio-de-ramalde/>

IMAGEM 13

Edição: autoria própria. Bairro de Ramalde, Porto. Retirado em Setembro 28, 2022 de <https://i237.photobucket.com/albums/ff312/abcinfohabitar/fig09mtHE.jpg>

IMAGEM 14

Edição: autoria própria. Relatório da Comissão Executiva do 1.º Congresso Nacional de Arquitectura, Lisboa. Retirado em Novembro, 23, 2022 de <http://docplayer.com.br/45238149-Fernando-tavora-de-o-problema-da-casa-portuguesa-ao-da-organizacao-do-espaco-dissertacao-de-mestrado-integrado-em-arquitectura.html>

IMAGEM 15

Edição: autoria própria. Plenário de comissões de moradores e de brigadas SAAL, Palácio de Cristal, 1975. Retirado em Setembro 4, 2023 de https://pt.wikipedia.org/wiki/Servi%C3%A7o_de_Apoio_Ambulat%C3%B3rio_Local

IMAGEM 16

Edição: autoria própria. Construção do Bairro do Leal, Porto. Retirado em Setembro 4, 2023 de https://pt.wikipedia.org/wiki/Servi%C3%A7o_de_Apoio_Ambulat%C3%B3rio_Local

IMAGEM 17

Edição: autoria própria. Vista aérea do Bairro da Bouça, Porto. Arquivo Álvaro Siza. Retirado em Abril 17, 2023 de <https://espacodearquitectura.com/projetos/bairro-da-bouca/>

IMAGEM 18

Edição: autoria própria. Vista de um dos pátios do Bairro da Bouça, Porto. Arquivo Álvaro Siza. Retirado em Abril 17, 2023 de <https://espacodearquitectura.com/projetos/bairro-da-bouca/>

IMAGEM 19

Edição: autoria própria. Vista das entradas de habitações. Arquivo Álvaro Siza. Retirado em Abril 17, 2023 de <https://espacodearquitectura.com/projetos/bairro-da-bouca/>

IMAGEM 20

Edição: autoria própria. Vista para as habitações do Bairro da Bouça, Porto. Autor desconhecido. Retirado em Abril 17, 2023 de <https://rein victa.blogspot.com/2013/12/o-bairro-da-bouca-como-modelo-de.html>

IMAGEM 21

Ilustração cidades sustentáveis. Retirado em Setembro 4, 2023 de <https://www.pinterest.pt/pin/4362930880945112/>

IMAGEM 22

Edição: autoria própria. Vista aérea Lisbon Green Valley, autor desconhecido, Lisboa, 2020. Retirado em Setembro 28, 2022 de <https://www.jornaldenegocios.pt/sustentabilidade/smart-cities/detalhe/20200715-1136-primeiro-bairro-solar-do-pais-estreia-se-em-belas>

IMAGEM 23

Edição: autoria própria. Vista aérea De Ceuvel, Van Amsterdamse Bodem, autor desconhecido, Países Baixos. Retirado em Setembro 28, 2022 de <https://vanamsterdamsebodem.nl/initiatieven/de-ceuvel/>

IMAGEM 24

Edição: autoria própria. Instalação das casas flutuantes De Ceuvel, autor desconhecido, Países Baixos. SPACE & MATTER. Retirado em Setembro 28, 2022 de <https://divisare.com/projects/400770-space-matter-de-ceuvel>

IMAGEM 25

Edição: autoria própria. Planificação economia circular De Ceuvel, autor desconhecido, Países Baixos. Retirado em Setembro 28, 2022 de https://www.researchgate.net/figure/De-Ceuvel-Amsterdam-The-site-is-conceptualised-as-a-circular-metabolic-framework-in_fig7_319082460

IMAGEM 26

Edição: autoria própria. Planta geral bairro De Ceuvel, autor desconhecido, Países Baixos. Retirado em Setembro 28, 2022 de <https://www.cyclifier.org/project/de-ceuvel/>

IMAGEM 27

Edição: autoria própria. Ilustração inclusão social. Retirado em Setembro 6, 2023 de https://pt.pngtree.com/freepng/diverse-people-together-handicap-inclusion_8453128.html?share=3

IMAGEM 28

Edição: autoria própria. Lugar de assento adaptável em estádio. Autor desconhecido. (2020). Retirado em Outubro 28, 2022 de <https://www.watplast.com.br/blog/acessibilidade-em-teatros-veja-como-adaptar-o-espaco-com-sucesso/>

IMAGEM 29

Edição: autoria própria. Tesouras para uso de esquerditos e destros. Autor desconhecido. (2020). Retirado em Novembro 26, 2022 de <https://universaldesign.ie/what-is-universal-design/the-7-principles/>

IMAGEM 30

Edição: autoria própria. Manual de instruções com desenhos ao invés de textos (ikea). IKEA of Sweden. (2022). Retirado em Novembro 26, 2022 de https://www.ikea.com/pt/pt/assembly_instructions/vesken-estante-branco__AA-1842283-5-2.pdf

IMAGEM 31

Edição: autoria própria. Informação visual sinal de trânsito luminoso. Retirado em Novembro 10, 2023 de <https://olhardigital.com.br/2023/07/31/carros-e-tecnologia/fim-do-congestionamento-google-vai-controlar-semaforos-por-satelite/>

IMAGEM 32

Edição: autoria própria. Instalação de corrimãos em escadas e rampas. Retirado em Novembro 27, 2022 de <https://www.cliquearquitectura.com.br/artigo/corrimao-item-de-seguranca.html>

IMAGEM 33

Edição: autoria própria. Tecnologia de fácil acesso tanto a pé como de cadeira de rodas. Retirado em Novembro 27, 2022 de <https://abilitynet.org.uk/news-blogs/7-principles-universal-design>

IMAGEM 34

Edição: autoria própria. Instalação sanitária adequada a pessoas com mobilidade reduzida. Retirado em Novembro 27, 2022 de <https://mobilidadeverde.pt/obras-de-adaptacao/>

IMAGEM 35

Edição: autoria própria. Fachada do volume da casa e sistema de persianas venezianas. Retirado em Setembro 15, 2023 de <https://www.archdaily.com/974798/genaro-house-s-estudio>

IMAGEM 36

Edição: autoria própria. Vista exterior de acesso à piscina e jardim. Retirado em Setembro 15, 2023 de <https://www.archdaily.com/974798/genaro-house-s-estudio>

IMAGEM 37

Edição: autoria própria. Zona da cozinha com vista para o exterior. Retirado em Setembro 15, 2023 de <https://www.archdaily.com/974798/genaro-house-s-estudio>

IMAGEM 38

Edição: autoria própria. Volume da habitação com zona das funções sociais. Retirado em Setembro 15, 2023 de <https://www.archdaily.com/974798/genaro-house-s-estudio>

IMAGEM 39

Edição: autoria própria. Zona de circulação com acesso aos dois volumes da habitação. Retirado em Setembro 15, 2023 de <https://www.archdaily.com/974798/genaro-house-s-estudio>

IMAGEM 40

Edição: autoria própria. Planta geral com visibilidade da distribuição de zonas. Retirado em Setembro 24, 2023 de <https://www.archdaily.com/974798/genaro-house-s-estudio/61d8eda423d7e846446c58eb-genaro-house-s-estudio-floor-plan>

IMAGEM 41

Edição: autoria própria. O pátio de acesso pela habitação. Retirado em Setembro 15, 2023 de <https://www.smithsonianmag.com/travel/this-frank-lloyd-wright-home-was-trailblazing-example-accessible-design-180975383/>

IMAGEM 42

Edição: autoria própria. Vista para o pátio do interior da habitação. Retirado em Setembro 15, 2023 de <https://www.smithsonianmag.com/travel/this-frank-lloyd-wright-home-was-trailblazing-example-accessible-design-180975383/>

IMAGEM 43

Edição: autoria própria. Alçado principal da casa. Retirado em Setembro 15, 2023 de <https://www.smithsonianmag.com/travel/this-frank-lloyd-wright-home-was-trailblazing-example-accessible-design-180975383/>

IMAGEM 44

Edição: autoria própria. Cadeira de rodas de Ken Laurent e a ergonomia do espaço aplicado. Retirado em Setembro 15, 2023 de <https://www.smithsonianmag.com/travel/this-frank-lloyd-wright-home-was-trailblazing-example-accessible-design-180975383/>

IMAGEM 45

Edição: autoria própria. Planta geral habitação acessível de Ken Laurent e esposa. Retirado em Setembro 24, 2023 de <https://i.pinimg.com/originals/df/29/22/df29220f1b2cd71a590f371afeff55f4.jpg>

IMAGEM 46

Edição: autoria própria. Planta geografia concelho de Matosinhos.

IMAGEM 47

Edição: autoria própria. Planta Bairro Caixa Têxtil.

IMAGEM 48

Edição: autoria própria. Estudos necessidades tipologias.

IMAGEM 49

Medidas circulação cadeira de rodas. Retirado em Julho 3, 2023 de https://www.bibliocad.com/pt/biblioteca/cadeira-de-rodas-cadeira-de-rodas-com-deficiencia_6341/

IMAGEM 50

Edição: autoria própria. Axonometria planta geral e interior pré-existência.

IMAGEM 51

Edição: autoria própria. Fotografia exterior habitação. Retirado em Fevereiro 10, 2023 de Google Maps.

IMAGEM 52

Edição: autoria própria. Fotografia exterior habitação. Retirado em Fevereiro 10, 2023 de Google Maps.

IMAGEM 53

Edição: autoria própria. Fotografia exterior habitação. Retirado em Fevereiro 10, 2023 de Google Maps.

IMAGEM 54

Desenhos técnicos originais projeto Germano Castro Pinheiro.

IMAGEM 55

Desenhos técnicos originais projeto Germano Castro Pinheiro.

IMAGEM 56

Desenhos técnicos originais projeto Germano Castro Pinheiro.

IMAGEM 57

Desenhos técnicos projeto de reabilitação de Fogos do Bairro Caixa Têxtil, Matosinhos Habit: arquiteto João Ascensão.

IMAGEM 58

Estudos de organização espacial.

IMAGEM 59

Estudos de organização espacial.

IMAGEM 60

Axonometria layout de organização de espaço.

BAIRRO CAIXA TÊXTIL
A ética do design na inclusão de pessoas com
mobilidade condicionada nos espaços habitacio-
nais de génese social.

Ana Rita Carvalho Pinto Freitas

Mestrado em Design: especialização em Design de Interiores

orientador: Paulo Jorge Seco Fernandes de Almeida

co-orientador: Ana Sofia Carneiro e Cardoso

2024



esad
arte+
design